

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
FILOSOFIA

DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO

**MAQUIAVEL E A FUNÇÃO POLÍTICA DA ARTE DA
GUERRA**

TOLEDO
2015

DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO

MAQUIAVEL E A FUNÇÃO POLÍTICA DA ARTE DA
GUERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Ames

TOLEDO
2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Z88m Zorzo, Douglas Antônio Fedel
Maquiavel e a função política da arte da guerra / Douglas
Antônio Fedel Zorzo. -- Toledo, PR : [s. n.], 2015.
153 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Ames
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Humanas e Sociais.

1. Filosofia italiana 2. Maquiavel, Nicolau, 1469-1527 – Crítica
e interpretação 3. Ciência política – Filosofia 4. Guerra (Filosofia) 5.
Ciência militar I. Ames, José Luiz, orient. II. T.

CDD 20. ed. 195
320.01

DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO

MAQUIAVEL E A FUNÇÃO POLÍTICA DA ARTE DA
GUERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em 06 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz Ames (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Carlo Gabriel K. Pancera
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aos meus *nonni*, Anatólia e Noé.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Luiz Ames, pela orientação resoluta e extremamente eficaz; pelos aconselhamentos, sugestões e críticas; pelas cruciais indicações e pelo comprometido acompanhamento ao longo do percurso (trajeto que remonta à graduação).

Aos professores Carlo Gabriel Pancera e Geraldo Magella Neres, pelas pertinentes recomendações durante a banca de Qualificação, muitas delas incorporadas à redação provisória-final.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIOESTE, por proporcionar as condições materiais, financeiras e intelectuais para a realização da pesquisa; e à Maria Damke, pelo zelo exemplar com nossa Secretaria.

Aos colegas de Mestrado, pelas profícuas discussões e pelo companheirismo que se estendeu muito além do ambiente acadêmico. Um aceno especial às contribuições da Anna Maria Lorenzoni, do Evânio Guerrezi e do Gerson Padilha de Lima, na formalidade da academia ou na informalidade das conversas de taberna.

À Fabiana Benetti, pelo compartilhamento das angústicas acadêmicas e pelo auxílio primoroso na formatação final dessa Dissertação.

À tia-educadora Marlene Zorzo pelo entusiasmo, motivação e otimismo, e à Natally A. Zorzo Rotta, pela constante e orgulhosa confraternidade.

Aos meus pais – Vilmar e Márcia – e aos meus irmãos – Rafael, Mariana e Heloísa –, pelo amparo fraternal e pela ininterrupta preocupação.

Enfim, aos amigos de uma vida, André C. dos Santos, Diego Fedel, Rafael Adamczuk e Eduardo Vieira, pelo ombro, pelo retorno às origens, e pela quebra da monotonia.

"La guerra fa i ladri, e la pace gl'impicca".
(Nicolau Maquiavel)

*"La guerre! C'est une chose trop grave
pour la confier à des militaires".*
(Georges Clemenceau)

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. *Maquiavel e a função política da arte da guerra*. 2015. 153 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

RESUMO

A teoria política de Nicolau Maquiavel é atravessada por uma preocupação constante e inflexível: a questão militar. Os problemas sobre as relações de governo são acompanhados lado a lado pelas considerações sobre a necessidade política da formação e da organização de exércitos nacionais. A teoria militar maquiaveliana, diluída no conjunto de suas obras, se revela como um aspecto imprescindível para a manutenção das ordenações estatais e para a conservação do *vivere civile*. O êxito das instituições políticas é dependente da capacidade de coordenação e plena absorção das estruturas direcionadas para o exercício da guerra: a arte militar e a arte política, no âmago do pensamento de Maquiavel, criam laços de uma articulação incindível. O relacionamento adequado com o aparato marcial é uma condição para a sobrevivência dos Estados. Nesse sentido, o objetivo primário do trabalho aqui apresentado é o de delinear e o de expor em que medida as concepções bélicas de Maquiavel são pensadas e alicerçadas no núcleo de argumentos políticos. Por um lado, buscaremos ilustrar a função exercida pela arte da guerra no interior da dinâmica estatal, avaliando os requisitos necessários para a fusão de guerra e política, além de dedicarmos uma atenção particular às implicações desse papel nos governos republicanos e principescos. Por outro, pretendemos expor o modo por meio do qual as interpretações de cunho técnico sobre as disposições militares defendidas pelo Secretário florentino foram fortemente guiadas por questões governamentais.

Palavras-Chave: Maquiavel; Guerra e política; Armas e leis; Pensamento militar.

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. *Machiavelli and the political role of the art of war*. 2015. 153 p. Dissertation (Master's Degree in Philosophy) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

ABSTRACT

The political theory of Niccolò Machiavelli is permeated by a constant and inflexible preoccupation: the military question. The problems about the government relations are followed alongside by considerations about the political necessity of formation and organization of national armies. The Machiavellian military theory, diluted in the set of his works, is revealed as an essential aspect for the maintenance of state ordinations and the conservation of the *vivere civile*. The success of political institutions is dependent on the capacity for coordination and full absorption of the structures directed for the exercise of war: the military art and the political art create, at the heart of Machiavelli's thought, bonds of an inseparable articulation. The proper relation with the martial apparatus is a condition for the survival of States. In this sense, the primary objective of the study here presented is to delineate and to expose how the Machiavelli's warfare conceptions are thoughtful and grounded in the core of political arguments. On the one hand, we will seek to illustrate the function exercised by the art of war in the interior of the dynamic of state, evaluating the necessary requirements for the fusion of war and politics, beyond to devote one particular attention to the implications of this role in republicans and princely governments. On the other hand, we will intend to expose the way in which the interpretations of the technical nature of the military arrangements advocated by the Florentine secretary were strongly guided by government issues.

Keywords: Machiavelli; War and politics; Laws and arms; Military thought.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O ELEMENTO MILITAR COMO FUNDAMENTO DOS ESTADOS E A NECESSIDADE DE ARMAR-SE	19
2.1	Os fundamentos do Estado em Maquiavel: as boas leis e as boas armas..	19
2.1.1	<i>A construção e o alcance universalista da tese maquiaveliana.....</i>	19
2.1.2	<i>A interação entre boas leis e boas armas e a prioridade do aspecto militar.....</i>	24
2.2	O substrato das armas próprias: os <i>umori</i> , os tumultos e a inconciliável dissensão.....	30
2.2.1	<i>A cisão natural e constitutiva dos organismos políticos.....</i>	32
2.2.2	<i>O entrechoque dos desejos.....</i>	36
2.3	A questão militar nas repúblicas: o papel político do povo e o domínio da Fortuna.....	39
2.3.1	<i>As "coisas antigas" e a experiência romana.....</i>	40
2.3.2	<i>O povo e a república: os tumultos, o aperfeiçoamento constitucional e o germe da potência militar.....</i>	44
2.3.3	<i>A popularização do governo: a guarda da liberdade ao povo.....</i>	51
2.3.4	<i>Entre a conservação e a expansão: a participação política popular e o domínio da fortuna.....</i>	54
2.4	A questão militar nos principados: da guerra à política, dos príncipes ao povo.....	63
2.4.1	<i>O nexo entre guerra, política e povo em O Príncipe.....</i>	63
2.4.2	<i>Entre a necessidade de armar-se e a necessidade das armas próprias.....</i>	66
2.4.3	<i>O sentimento popular como condição para a segurança dos principados....</i>	74
2.4.4	<i>A organização das milícias próprias em O Príncipe.....</i>	78
3	ENTRE A TÉCNICA, A GUERRA E O ESTADO: A PERSPECTIVA POLÍTICA DA FORMAÇÃO DAS MILÍCIAS CIDADÃS E DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES.....	85
3.1	O papel de a <i>Arte da Guerra</i> : o enlace estrutural de guerra e política.....	85
3.2	A guerra do Estado: a atividade militar como monopólio público e o exemplo romano.....	91
3.3	A formação das armas próprias.....	98
3.3.1	<i>A caracterização da ordenança: o serviço militar em tempo parcial.....</i>	99
3.3.2	<i>O recrutamento e suas atribuições políticas.....</i>	101
3.4	A proeminência da infantaria sobre a cavalaria: motivações técnicas e políticas.....	108
3.4.1	<i>A infantaria e a formação de cidadãos.....</i>	113
3.5	A perspectiva política da análise sobre a artilharia e sobre o papel do dinheiro na guerra.....	116
3.6	<i>La migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo: a perspectiva política da análise sobre as fortificações.....</i>	124
3.6.1	<i>A questão das fortalezas em O Príncipe.....</i>	125
3.6.2	<i>A questão das fortalezas nos Discursos.....</i>	132
4	COMENTÁRIOS FINAIS.....	143
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149

1 INTRODUÇÃO

A História da Humanidade frequentemente se confunde com a História Militar. As campanhas beligerantes são fenômenos inextirpáveis das narrativas cronológicas que ilustram nosso passado. A guerra, que revela os extremos da condição humana, que concentra e intensifica algumas das emoções mais vívidas dos indivíduos – como coragem e medo, resignação e pânico, egoísmo e abnegação, ambição e generosidade, patriotismo e xenofobia – é uma cicatriz indelével na História Universal, colocando em dúvida a capacidade de os homens organizarem-se sem incorrerem em episódios de violência¹. De todo modo, os conflitos minimamente sistematizados são uma característica absoluta: no desdobrar dos séculos, os eventos que marcaram a trajetória dos homens estiveram em contínua relação com eventos militares. Ou seja, as transformações históricas, sociais, políticas, além do desenvolvimento tecnológico e científico, inegavelmente foram acompanhadas lado a lado pelas práticas militares. Em certo sentido, o estímulo da guerra incitou os seres humanos a criarem prodígios de engenhosidade, improvisação, cooperação, mas, também, de vandalismo e crueldade. Como Heráclito, ainda no período pré-socrático, já delineava essa situação – inclusive, como elemento basilar de sua reflexão –, a guerra é a mãe de todas as coisas². Ora, se por um lado as atividades militares não podem ser consideradas como a única força motriz da história, por outro, não podemos deixar de situá-la como uma das mais poderosas. Os eventos marciais foram responsáveis por impulsionar o curso mundano para suas mais abruptas transformações. Tal constância, no decurso dos acontecimentos humanos, nos permite, então, unir o desenvolvimento desses dois campos em uma só trajetória. Nesse sentido, não seria descabido afirmarmos que a guerra é história³.

Contudo, os conflitos armados que se entrelaçam com o percurso da humanidade, são, também, fenômenos políticos. As práticas militares tornaram-se um assunto de Estado concomitantemente à própria formação dos Estados. Obviamente, a guerra civilizada surge como um mecanismo acessório à civilização, e a política, em

¹ Até mesmo as sociedades pré-estatais, amiúde, se lançavam em atividades guerreiras – muitas delas, inclusive, mais violentas que as guerras modernas. Sobre isso cf. KEELEY, Lawrence J. *A Guerra Antes da Civilização: o mito do bom selvagem*. Trad. de Fabio Faria. São Paulo: Realizações Editora, 2011. Servimo-nos brevemente da interpretação de Keeley nesse parágrafo introdutório (cf. p. 47-48).

² Na realidade, conforme o fragmento 53 de Heráclito, "a guerra é o pai de todas as coisas e de todos os reis; de uns fez deuses, de outros, homens; de uns, escravos, de outros, homens livres". (BORNHEIM, 1998, p. 39). No original, "a" guerra se referia ao *Polemos* (Πόλεμος), que na mitologia grega era "o" *daemon* da guerra e, portanto, o pai e o rei.

³ Para Antonio Campillo (1986, p. 16, tradução nossa), por exemplo, "não podemos entender nosso passado – e nosso presente – se não consideramos esse velho e cambiante costume humano, esse costume *demasiado humano* de matar os outros membros da nossa mesma espécie".

seus termos mais generalistas, absorve esse traço presente até mesmo nas sociedades pré-estatais. Assim, batalhas são encarnadas e levadas a efeito por potências politicamente organizadas, cujos interesses contrastantes são resolvidos, em uma última instância, por medidas extremas. Ao considerarmos que praticamente todas as sociedades, em determinados momentos, foram incitadas, de alguma forma, a lançar-se em expedientes beligerantes, a guerra se revela como uma característica permanente e frequente no campo da política internacional⁴. Em outros termos, as contendas configuram uma possibilidade que não pode ser descartada de antemão. Logo, a tensão entre potências é sempre uma constante: os interesses políticos virtualmente entrarão em choque com os interesses de outros Estados.

Nesses termos, a célebre afirmação de Carl von Clausewitz, que intuitivamente nos vem à mente, não pode ser esvaída de sentido. Segundo o general-filósofo alemão, a guerra é uma continuação das relações políticas através de outros meios. Em suma, é um instrumento da política⁵. Portanto, as práticas militares devem, necessariamente, acontecer sob este pano de fundo: os propósitos e as consequências políticas são prioridades diretivas nos assuntos marciais. A guerra, que aqui pode ser compreendida como um fenômeno social total – que, na iminência do conflito armado, mobiliza diversos setores de uma sociedade, como o econômico, jurídico, religioso, tecnológico, científico e moral – deve pressupor um propósito político. A movimentação de forças militares, e a subsequente articulação das demais esferas da sociedade civil, apenas podem ocorrer se amparadas em um sólido aparelho de Estado.

É justamente neste viés intrínseco e necessário de guerra e política que nossa dissertação pretende se inserir. O intuito da pesquisa aqui desenvolvida consiste em investigar o papel que os eventos beligerantes tiveram na teoria do pensador que lançou as bases do Estado moderno, o florentino Nicolau Maquiavel. No âmago de suas reflexões, em suas inquietações e preocupações de cunho essencialmente político, os conflitos entre potências granjeavam um destacado posicionamento. No pensamento

⁴ Conforme aponta Keeley (2011, p. 86-87), "de acordo com as visões mais extremistas, a guerra é uma característica inerente à condição humana, uma praga constante de toda vida social, ou (sob o disfarce de uma guerra real) uma perversão da sociabilidade humana criada por estruturas políticas centralizadas dos Estados e civilizações. De fato, pesquisas interculturais sobre a guerra puderam estabelecer que, apesar de terem existido algumas sociedades que não se engajaram em guerra ou o fizeram de forma extremamente rara, a maioria esmagadora das sociedades conhecidas (entre 90 e 95 por cento) esteve envolvida nesse tipo de atividade".

⁵ No capítulo 24 do Livro I em *Da Guerra*, diz Clausewitz (2003, p. 27): "a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios [...]", ou seja, "a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independente do fim".

maquiaveliano, a relação entre guerra e política se revela como um ponto nevrálgico e constante. Com isso em vista, o foco fundamental do escrito aqui desenvolvido reside em apresentar os modos através dos quais essa relação entre os dois âmbitos é articulada na argumentação do Secretário florentino. Ou seja, considerando o enlace estrutural entre poder político e militar, buscaremos situar o papel que as atividades bélicas cumprem na dinâmica do Estado e do governo para Maquiavel.

Para tanto, segmentamos nossa argumentação em dois momentos. No primeiro, buscaremos designar os motivos pelos quais Maquiavel colocava a arte da guerra como um fator indispensável do jogo político. Isto é, visaremos teorizar sobre o posicionamento ocupado pelas atividades armadas na estrutura estatal, e como a indispensabilidade de armar-se é alegada e encarnada tanto na configuração de governo republicana quanto na principesca. No segundo, levando em consideração a posição vital que os exércitos ocupam no interior das estruturas dos Estados, procuraremos, por um lado, explorar o elemento político que perpassa e está impregnado nas considerações de Maquiavel sobre a constituição das milícias próprias – ou ainda, exploraremos as consequências políticas internas ao âmbito público que emanam de sua proposta militar; por outro, nossa pesquisa tenderá, como desdobramento dessa questão, na direção de ilustrar em que medida certas acepções das práticas militares apresentadas pelo Secretário florentino eram permeadas e, de certo modo, determinadas pelas utilidades políticas por elas possibilitadas.

Para compreendermos a pertinência do esforço a que aqui nos dedicamos, devemos realizar uma sucinta contextualização do *status* que a teoria militar maquiaveliana auferiu de maneira um tanto concomitante com sua teoria política. A tradição exegética acostumou-se a situar as obras de nosso autor como divisor de águas entre a Idade Moderna e a Idade Medieval. Algumas noções políticas externadas em obras como *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*⁶ se desvelariam como um marco fundamental da política moderna. No entanto, muito próximo dessas inovadoras – e quase revolucionárias – concepções, Maquiavel situava um problema que estenderia o marco inaugural de suas ideias também à arte bélica. A incisiva investigação das relações entre o poder político e o militar, impelida pelas experiências e frustrações pessoais e pelo conhecimento das "coisas antigas", o levaram, como explica Felix Gilbert (1977, p. 266), a um "exame objetivo da crise militar da

⁶ A partir de agora, nos referiremos apenas como *Discursos*.

época em que vivia", tornando-se o "primeiro teórico militar da Europa moderna". Maquiavel teria sido, de fato, como reforça o notório intérprete militar Piero Pieri (1952, p. 525), o "maior teórico militar do Renascimento".

A relação entre guerra e política, bem como a influência que esse elo iria exercer no pensamento maquiaveliano, se torna explícita na obra que fundamentalmente trataria dos problemas militares, a *Arte da Guerra*. O livro compôs um raro momento na biografia de Maquiavel: escrito por volta de 1519 e publicado em 1521, foi uma das únicas grandes obras a ser impressa durante sua vida, rendendo-lhe, inclusive, certo reconhecimento como perito de guerra⁷. Nesse trabalho, todo o engenho do Secretário florentino era colocado à luz, e as portas da modernidade, também no âmbito militar, ao menos teoricamente, começavam a se abrir. Este era, de fato, "o primeiro tratado militar nitidamente moderno", considerando que não se tratava de um escrito "exclusivamente militar", mas "também de um tratado político": "não se trata[va] somente da infantaria, mas também do Estado, não apenas da melhor organização militar, mas também da melhor organização política" (CAMPILLO, 1986, p. 35).

Não é inconveniente notarmos que, de certa forma, o pensamento militar do século XVI baseou-se, em grande medida, nas fundações estabelecidas por Maquiavel. Houve, neste campo, uma ampliação e expansão de suas interpretações teóricas sobre as técnicas e práticas da composição da estrutura belicista. Conforme nota Gilbert (1986, p. 30, tradução nossa), o desenvolvimento de alguns problemas levantados pela argumentação maquiaveliana foi muito além daquilo articulado em sua própria teoria. No entanto, as conclusões mais modernas foram uma continuação lógica do inquérito que ele havia começado. O próprio Clausewitz⁸, no século XIX, eternizado por seu tino estratégico e pela teorização que em grande medida norteou o *warfare* moderno, crítico contumaz de uma série de escritores militares, realizou uma leitura comprometida e dedicada dos escritos do Secretário florentino, reconhecendo que ele havia tido "julgamento muito sólido nos assuntos militares" (CLAUSEWITZ, 1937, p. 41 *apud* GILBERT, 1986, p. 31).

⁷ O reconhecimento como escritor político viria a lume, como aponta Adverse na apresentação da edição brasileira de a *Arte da Guerra* (2006, p. VII), apenas cinco anos após sua morte, em 1532. Em vida, o nome de Maquiavel ganhava fama como teatrólogo – com a peça *A Mandrágora*, encenada pela primeira vez entre 1518 e 1520 – e como perito militar, a partir da publicação do *Dell'arte della guerra*.

⁸ Hugh Smith (2004, p. 59, tradução nossa), por exemplo, elenca Maquiavel como "a maior influência" de Clausewitz, cujos *Discursos*, *O Príncipe*, e a *Arte da guerra*, o general-filósofo alemão havia lido como estudante em Berlim. De acordo com o comentador, apesar de não compartilhar a crença de Maquiavel "em princípios eternos da guerra ou o seu interesse pela guerra antiga", Clausewitz aceitou "sua visão do caráter imutável da natureza humana e da luta política, tanto dentro como entre Estados".

Portanto, a pertinência dos problemas marciais no desdobrar-se das reflexões políticas através dos séculos, e a relevância atribuída por Maquiavel a esse âmbito fundamental da práxis governamental, parecem ter sido determinantes para que sua reputação – assim como seu nome – se solidificasse definitivamente como expoente na tradição filosófico-política posterior. Nesse sentido, se, por um lado, não podemos aceitar sem ressalvas a tese de que o Secretário florentino tornou-se "um pensador político porque era um pensador militar", uma vez que "sua visão dos problemas militares de seu tempo *modelou* sua visão política" (GILBERT, 1986, p. 11, grifo nosso), por outro, seria incoerente desconsiderarmos o fato de que todo o "pensamento de Maquiavel gravita inevitavelmente em torno da indagação sobre a função do poder militar na vida política" (GILBERT, 1977, p. 254).

É justamente esse o *background* sobre o qual nossa pesquisa se escora. Como destacamos sumariamente acima, para nossa tentativa de sistematizarmos a função que a arte da guerra cumpre na argumentação política de Maquiavel, dividimos a exposição em dois capítulos. No primeiro, visaremos tematizar "O elemento militar como fundamento dos Estados e a necessidade de armar-se". No segundo, aduziremos acerca da relação "Entre a técnica, a guerra e o Estado: a perspectiva política da formação das milícias cidadãs e das organizações militares".

No primeiro capítulo, nossa dissertação possui dois propósitos centrais. Em primeiro lugar, nos concentraremos em apresentar o lugar ocupado pela estrutura bélica no interior de um Estado. Como veremos, para Maquiavel, o posicionamento político das armas assume uma perspectiva lapidar: bons exércitos, somados às boas leis, são os *fundamentos* de todos os organismos estatais. Com isso em vista, buscaremos apontar como essa tese é construída no interior do pensamento maquiaveliano, desde seus primeiros escritos políticos, ecoando com o mesmo teor significativo até as obras clássicas. Em seguida, como sequência à nossa linha argumentativa, voltaremos a atenção para ilustrar como a dinâmica entre os fundamentos estatais, armas e leis, assume uma feição de essencial complementaridade, mas que, no entanto, não isenta Maquiavel de traçar, em termos comparativos, uma espécie de prioridade das armas em detrimento das leis. Assim, nos deteremos nesse aspecto que transita ora pela interação e articulação, ora pela preeminência.

No segundo momento de nosso primeiro capítulo, trataremos de delinear os motivos pelos quais a constituição de exércitos próprios para a defesa dos interesses estatais aparece, para Maquiavel, como um aspecto necessário e inelutável do jogo

político. Para expor as causas dessa inexorável condição, direcionaremos nossa pesquisa para o clássico argumento maquiaveliano que caracteriza os corpos políticos como naturalmente cindidos entre grandes e povo: a possibilidade para a formação das boas milícias passa, invariavelmente, pelo problema do conflito dos desejos; na verdade, *grandi* e *populo* serão o substrato das *buone armi*, e os modos através dos quais as constituições e regimes políticos lidam com essa sempiterna dissidência, a condição para sua efetividade. Com isso posto, encaminharemos nossa pesquisa para discutir como a necessidade militar – baseada, sobretudo, no reconhecimento e na dinâmica dos humores – reflete e se manifesta tanto nos governos republicanos quanto nos principescos. Por um lado, sob a sombra dos acontecimentos militares romanos, buscaremos abordar o papel assumido pelas estruturas militares no âmago das repúblicas, ponderando as condições e consequências desse movimento; por outro, visaremos ilustrar como a teoria militar é articulada no regime que é o tema central do afamado opúsculo *O Príncipe*, ressaltando as condições políticas e governamentais, bem como algumas insuficiências teóricas deixadas pelo Secretário florentino, para o estímulo de tal medida.

Dessa forma, possuímos o arcabouço teórico para adentrarmos em nosso segundo capítulo. Considerando nosso propósito central de analisar o motivacional político que acompanha as considerações militares do Secretário florentino, a argumentação desenvolvida, nessa instância, por uma questão sistemática, novamente se bifurca – muito embora o teor subjacente ao raciocínio se conserve. Em primeiro lugar, a partir de uma sucinta exploração de *Arte da Guerra*, e do papel por ela desempenhado – isto é, seu objetivo –, visaremos explicitar o modo argumentativo através do qual guerra e política são estruturalmente entrelaçadas para o Secretário florentino. Como meio de exemplificar a necessidade intrínseca dessa relação, conduziremos nossa reflexão para o interior do ambivalente exemplo romano: se a capacidade de atrelar guerra e política, isto é, de tornar a arte militar um monopólio público, havia sido uma das causas do esplendor romano, também quando essa ligação começa a afrouxar-se somos testemunhas do início da ruína do *vivere libero* naquele Estado. Consequentemente, adentraremos no argumento onde a articulação e a submissão da esfera bélica aos ordenamentos políticos é exponencialmente representada pela proposta militar de Maquiavel: a criação das milícias cidadãs. Orientaremos nossa caracterização dos princípios organizacionais desses exércitos, como a ordenança e os critérios de recrutamento, sobretudo por um fio condutor político, isto é, nosso foco

principal será as condições e os pré-requisitos políticos que são inerentes à constituição das tropas populares. Além disso, manteremos no horizonte de nossa pesquisa as consequências dessa medida, que, como veremos, também impactam na esfera dos governos estatais. Em outras palavras, o ponto crucial de nossa análise estará em elucidar como o imperativo da força armada reflete positivamente na estrutural política e social *interna* ao organismo estatal.

Em um segundo momento, buscaremos medir a influência que o posicionamento político de Maquiavel assume em algumas ponderações de caráter estritamente técnico dos problemas militares. Isto é, delinearemos a pertinência exercida pelos assuntos de governo em algumas interpretações do Secretário florentino – muitas delas, inovadoras – sobre a práxis da guerra. Nesse sentido, nos debruçaremos em sua proposta, e em seu motivacional técnico-político, para a reorganização dos exércitos fundados em tropas de infantaria, ao invés das tradicionais cavalaria do *Cinquecento* italiano. Sob a mesma perspectiva, intentaremos examinar a crítica maquiaveliana que se dirige, por um lado, à função desempenhada pelo fator financeiro – ou, dinheiro – nas coisas da guerra; por outro, visaremos reconstruir as motivações teóricas que levaram Maquiavel ao menosprezo da artilharia no campo de batalha – contracorrente ao desenvolvimento histórico dos exércitos. Enfim, como último elemento de nosso percurso analítico situado entre técnica e política, realizaremos uma incursão na concepção maquiaveliana sobre a ineficácia da construção das fortalezas e seus respectivos efeitos – negativos – ao tecido político e social.

Portanto, com esse itinerário metodológico, visamos chegar a uma localização do papel que a arte da guerra desempenhou nas considerações políticas de Maquiavel. A relação entre guerra e política, afinal, revela sua face essencialmente interacionista nos escritos maquiavelianos: se, por um lado, a necessidade do elemento militar é responsável por nortear certas assunções políticas do Secretário florentino, por outro, suas noções políticas também afetam decisivamente suas concepções militares. Se, na tradição moderna, guerra e política se fundem e se completam no vivo da ação governamental, igualmente na teoria maquiaveliana ambas as esferas se mesclam, interagem e, absolutamente, não subsistem uma sem a outra.

2 O ELEMENTO MILITAR COMO FUNDAMENTO DOS ESTADOS E A NECESSIDADE DE ARMAR-SE

2.1 Os fundamentos do Estado em Maquiavel: as boas leis e as boas armas

Todos os Estados para serem erigidos com segurança, e de modo estável conservarem-se, devem possuir em sua base dois sólidos elementos: boas armas e boas leis. Para Nicolau Maquiavel, são esses os fundamentos de todo e qualquer organismo político, independente, até mesmo, da forma de governo vigente. O anunciado se aproxima de uma verdade axiomática para o Secretário florentino. A existência dos Estados está condicionada ao modo como essas duas esferas são constituídas e articuladas no interior do aparelho estatal. Com efeito, esta é uma lei universal e imutável da política: um exército forte e a capacidade governativa são as duas pilstras sobre as quais se apoia *qualquer* Estado (FROSINI, 2004, p. 15, tradução nossa).

2.1.1 A construção e o alcance universalista da tese maquiaveliana

A precípua noção de que boas armas e boas leis constituíam as instâncias basilares dos Estados já estava fortemente presente nos *Primi Scritti Politici*⁹ de Maquiavel. Esse conjunto de escritos, redigidos enquanto funcionário da Segunda Chancelaria de Florença, revelam, em estágio embrionário, algumas das ideias e concepções políticas – sobretudo reflexões sobre o Estado e sobre as milícias – que seriam desenvolvidas com maior rigor e acuidade em suas obras clássicas. De modo particular e especial, esse exato posicionamento acerca dos fundamentos dos organismos políticos é algo enunciado por Maquiavel nesses escritos de modo acabado, atravessando, posteriormente, todas as obras "maduras" do Secretário, redigidas no isolamento das atividades práticas da política em Sant'Andrea in Percussina. Assim, armas e leis são os alicerces da política: esta é uma assunção teórica que não apresenta a oportunidade de ser reformulada, ou sequer questionada.

A constatação deste papel decisivo desempenhado pela força no interior de um Estado é apresentada por Maquiavel em um texto composto para solucionar um problema muito específico e prático da República de Florença. Desde a expulsão dos Medici e a instituição do regime republicano, a votação e o pagamento das taxas era um problema recorrente nos complexos processos deliberativos da cidade. Em um Estado

⁹ Seguimos aqui a designação dada por J. J. Marchand em sua edição de 1975, *Niccolò Machiavelli. I primi scritti politici (1499-1512)*. Pádua: Antenore. Sergio Bertelli, por seu turno, nomeia esse conjunto de escritos como *Scritti politici minori*. Cf. MACHIAVELLI, Niccolò. *Arte della guerra e scritti politici minori*. Milão: Feltrinelli, 1971.

frágil e sem armas próprias, como o caso da Toscana, era indispensável dispor de dinheiro suficiente, tanto para assoldar os *condottieri*, pagar os pesados tributos aos protetores (como por exemplo, ao rei da França), ou, até mesmo para dissuadir, eventuais inimigos da tentativa de uma intervenção militar (MARCHAND, 1975, p. 52, tradução nossa). Como agravante, as incursões de Cesare Borgia junto às fronteiras florentinas, amparado pelo poder papal de Alexandre VI, alimentavam o temor de uma possível investida sobre o território florentino. Nessa espécie de movimento preventivo, o provimento de armas para a cidade era indispensável. Todavia, para isso, uma grande soma de dinheiro tornava-se necessária.

A eleição de Piero Soderini para o cargo de Gonfaloneiro vitalício, como medida auxiliar para a estabilização das delicadas estruturas políticas da recente república, havia revelado a dramática situação financeira em que Florença se encontrava¹⁰. Para remediar a situação, uma significativa reforma tributária apresentava-se como uma alternativa pertinente. No entanto, as várias *Consulte* realizadas e o próprio *Consiglio Maggiore*, mantinham uma posição titubeante ao votá-las. É justamente neste contexto que Maquiavel redige as *Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa*¹¹, para serem pronunciadas por alguma personalidade notória no ambiente político de Florença, talvez o próprio Soderini, diante de alguma assembleia (*Consulte*, no *Consiglio degli Ottanta* ou no *Consiglio Maggiore*) exatamente para ressaltar a delicada situação em que se encontravam: carentes de armas e de dinheiro, persuadindo essas esferas governativas a abandonarem a postura irresoluta, aprovando as referidas taxas¹².

Desse modo, após nossa brevíssima contextualização história, nesse escrito afirmava Maquiavel que "Todos os Estados [*le città*] que em um momento determinado [...] tenham sido governados por um príncipe absoluto, por optimates ou pelo povo [...] têm contado como base de sua defesa com a *força* unida à *prudência* [*prudentia*]". A imprescindibilidade dessa união decorre do fato de que, por um lado, a prudência "sozinha não basta", mas, por outro, a força "ou não chega a resolver os assuntos, ou, se os resolve, não consegue torná-los duradouros". Nesse quadro, prossegue argumentando

¹⁰ "Nós encontramos a cidade muito desordenada de dinheiro" escrevia Soderini a Maquiavel em uma carta datada em 14 de novembro de 1502 (MACHIAVELLI, 1971, p. 1046).

¹¹ A partir de agora, nos referiremos apenas como *Parole*. Todas as citações que porventura utilizarmos são de nossa tradução.

¹² Em função de suas atividades na Chancelaria de Florença, Maquiavel havia estado em contato com os problemas "mais graves e acalorados da política europeia e italiana", assim "era uma das pessoas mais aptas para apresentar uma descrição realística da posição florentina, capaz de comover os cidadãos mais reticentes". (MARCHAND, 1975, p. 56).

o Secretário florentino, "essas duas coisas são o nervo [*nervo*] de todos os Estados [*signorie*] que foram ou serão no mundo". Por consequência, a privação de um desses âmbitos é o motivo do esfacelamento dos corpos políticos, pois quem tiver observado "as mutações de reinos, as ruínas das províncias e das cidades, terá visto que a causa [disso] não tem sido nada além do que a carência de armas ou de sentido comum [*senno*]" (*Parole*, p. 12)¹³.

Neste momento, a força, precisamente identificável com a capacidade militar do Estado – isto é, com as "boas armas" –, é o critério para a conservação do aparelho político, uma vez que "sem força as cidades não se mantêm e acabam sucumbindo". E este fim é desastroso, ocorrendo fatidicamente ou "pela destruição [*desolatione*] ou pela servidão" (*Parole*, p. 13). Era justamente para a urgência desta esfera que a atenção maquiaveliana estava, aqui, direcionada. De fato, a fragilidade de Florença encontrava sua causa na carência desse âmbito fundamental. Com a instituição do Gonfaloneiro vitalício em 1502, após a revolta de Arezzo e de Valdichiana, os florentinos haviam dado "algum lugar à prudência" em suas ordenações políticas¹⁴. Contudo, deviam agora "dar lugar à força". A situação da República de Florença era ainda mais delicada considerando sua posição diante das demais potências que compunham o turbulento cenário político da Itália do *Cinquecento*. Logo, diz Maquiavel à classe dirigente para qual essas *Parole* eram endereçadas: "Saíam agora de casa e olhem ao vosso redor: vós os encontrareis rodeados por duas ou três cidades [Lucca, Siena e Pisa] que desejam vossa morte mais que sua própria vida". Ou ainda, prossegue, "Ides mais além, saíam da Toscana e considerem toda a Itália: veríeis vós que giram sob o rei da França, venezianos, papa e o duque Valentino" (*Parole*, p. 13-14).

Apesar da dramaticidade com que Maquiavel ilustra a conjuntura florentina, o mais relevante para nosso propósito é ressaltar a dimensão que sua tese alcança. Força e prudência não são princípios diretivos que apenas Florença deveria providenciar para garantir sua sobrevivência, mas algo que *todos* os corpos políticos (*tucte le città, tucte le*

¹³ Nesse trabalho, seguimos o seguinte critério para a paginação das obras de Maquiavel: as citações cujo título esteja em italiano, correspondem ao volume I da edição *Opere* organizada por Corrado Vivanti (Torino: Einaudi-Gallimardi, 1997); as citações cujos títulos das obras estejam em português, correspondem à tradução apresentada na coleção da editora Martins Fontes. Algumas exceções, como excertos de cartas e documentos oficiais da Chancelaria extraídas de outras edições, serão devidamente sinalizadas.

¹⁴ A revolta de Arezzo e da Valdichiana havia colocado em grave perigo Florença. Além disso, os florentinos temiam que Vitellozzo Vitelli – irmão de Paolo, o condottiero justificado por traição de Florença em 1499 – agisse não somente por vingança e por ambição pessoal, mas também por instigação de César Bórgia (VIVANTI, 1997, p. 764, §2, nota 3).

signorie) deveriam prezar. Como ressalta Marchand (1975, p. 61), neste ponto se afirma uma tendência de procurar a lei geral por trás do fato particular, ou seja, de conectar "todo singular evento a regras fundamentais" com o intuito de melhor prever "as consequências futuras". Portanto, armas e leis, enquanto bases do corpo político, constituem o ponto de partida para toda a argumentação posterior. Nesse caso, os exemplos históricos – como se inscreveria a situação florentina – possuem a função secundária de asseverar a validade dessa regra geral. De outro modo, ignorar essa norma arrastava "qualquer Estado para uma rápida e total ruína: este é o ensinamento da história que Maquiavel opõe com segurança à atitude hesitante ou até mesmo apática de seus concidadãos" (MARCHAND, 1975, p. 63).

Desse modo, o caso particular florentino é orientado por uma norma geral da política, que preanuncia em um motivo extremamente fundamental *O Príncipe*, os *Discursos* e aqui também a *Arte da Guerra*: "todo Estado, para manter-se, deve estar bem armado; a força, e a força somente, é aquela que induz os outros ao respeito, nas relações entre Estados" (CHABOD, 1964, p. 325, tradução nossa)¹⁵. De fato, como assinalamos brevemente acima, a partir de sua primeira formulação das *Parole*, o teor dessa ideia torna-se uma constante no pensamento de Maquiavel, inclusive não apresentando oportunidade, nem sequer motivo, para ser revista. Considerando isto, não nos parece inteiramente descabido apresentarmos as demais ocorrências textuais onde essa máxima reaparece e reverbera, até mesmo para ratificar sua pertinência.

Assim, no *La cagione dell'ordinanza, dove la si truovi et quel che bisogna fare*¹⁶, documento de 1506, Maquiavel apresentava sua tese como uma verdade claramente manifesta, uma vez que "todos sabem que quem diz império, reino, principado, república, quem diz homens que comandam, [...], está dizendo de *justiça* e de *armas*" (*La cagione*, p. 26). Isto é, a política, em sua totalidade, independente da forma de

¹⁵ A título histórico, Benito Mussolini, que se vangloriava de ser um seguidor de Maquiavel, apresentaria uma noção de *forza* semelhante à esboçada pelo Secretário nos *Primi Scritti* e reproduzida em *O Príncipe*. Segundo Mussolini, "retire de um Governo qualquer a força – e se entende força física, força armada – e deixe-o somente com seus imortais princípios, e aquele governo estará à mercê do primeiro grupo organizado e decidido a abatê-lo". Este excerto pertence ao artigo *Forza e Consenso* publicado pela primeira vez na revista oficial do fascismo, *Gerarchia*, em março de 1923, citado e traduzido por nós de MUSSOLINI, Benito. *Opera Omnia*. Vol. XIX. Firenze: La Fenice, 1956, p. 196. Além disso, Mussolini demonstrava uma abrangente leitura das obras maquiavelianas em seu *Preludio al Machiavelli* publicado originalmente na mesma revista em abril de 1924. Para isso, Cf. MUSSOLINI, Benito. *Opera Omnia*. Vol. XX. Firenze: La Fenice, 1956. p. 251-254.

¹⁶ Ou simplesmente *La cagione*, como nos imputaremos a partir de agora. Diferente do que propõe Adverse em sua introdução à edição brasileira de a *Arte da Guerra*, este não é "o primeiro texto de Maquiavel a tratar o problema da arte militar" (2006, p. XII). Como apontamos acima, a ideia já estava fortemente presente nas *Parole*.

governo peculiar ao Estado, estaria condicionada ao modo como se relaciona com seu aparato militar e legal. Novamente, devemos notar, que não se trata de uma observação válida exclusivamente para o contexto de Florença, mas de uma regra aplicável "a qualquer regime, em qualquer período, em qualquer situação" (MARCHAND, 1975, p. 139). Havia, de certo modo, a intenção de incluir as medidas militares florentinas nas "regras perenes e absolutas do agir político". Ora, se consideramos que é justamente este relatório a base da futura lei sobre as ordenanças (a *Provisione*) – no qual Maquiavel esboça os princípios gerais para o estabelecimento de uma milícia cidadã no território florentino, indicando as disposições referentes ao alistamento, comando, pagamento e disciplina dos infantess das tropas –, nada parece ser mais pertinente para um Estado que visava compor sua própria força militar do que estar ciente da essencial função que ela ocupava em seu seio.

Ideia análoga é reintroduzida por Maquiavel na própria lei que regulamentaria e institucionalizaria as milícias em Florença, a *Provisione della Ordinanza*¹⁷. O esforço do Secretário florentino havia sido crucial para a aprovação da lei, tendo ele próprio, inclusive, redigido o esboço que nortearia sua estrutura e apresentação final – o *Militie florentine ordinatio*¹⁸. Destarte, a disposição legal, aprovada em 6 de dezembro de 1506 pelo *Consiglio Maggiore*, era aberta cordialmente com os seguintes termos:

Considerando vossos magníficos e excelsos Senhores como *todas* as repúblicas¹⁹ que em tempos passados se mantiveram e engrandeceram, contaram sempre com duas coisas como seu principal fundamento, isto é: a justiça e as armas, para poder conter e corrigir os súditos e para poder defender-se dos inimigos (*Provisione*, p. 31, grifo nosso).

Nos escritos políticos clássicos essa posição claramente ecoa as *Parole*, a *La cagione* e a *Provisione*. Nos capítulos voltados aos assuntos militares em *O Príncipe*, Maquiavel alertava aos governantes sobre a necessidade de o Estado possuir bons fundamentos, uma vez que, advertia o Secretário florentino, "caso contrário se

¹⁷ Doravante apenas como *Provisione*, sendo a tradução do italiano de nossa autoria.

¹⁸ De acordo com Marchand (1975, p. 148) "Se a "Provisione" sobre a ordenança assinala uma data importante na atividade chanceleresca de Maquiavel e sua aceitação constitui um sucesso político pessoal, o texto próprio não tem uma importância notável para o conhecimento do pensamento e do estilo do autor". De fato, a passagem mais significativa, por expressar um posicionamento político claramente maquiaveliano é a aqui citada.

¹⁹ "[...] *come le republiche*". Trecho modificado na redação da *Provisione*. No esboço Maquiavel estendia universalmente sua ideia "[...] *come le republiche et stati*". O esboço ainda apresentava alguns traços característicos da escrita maquiaveliana, mas que foram dissolvidos na lei final. Por tratar-se de um projeto de lei, ocorre uma atenuação de todas as sugestões mais originais do pensamento de Maquiavel: "a crítica da política florentina (justiça), a evocação das grandes figuras históricas (que contrastam com as irresolutas de Florença) e paralelamente uma ampliação dos argumentos tradicionais: vantagens das milícias da ordenança, alusão aos motivos econômicos" (MARCHAND, 1975, p. 153).

arruinará". Desse modo, em termos equivalentes, reestabelecia que "os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas". Novamente, a tese maquiaveliana universalmente se estendia a todas as tipologias, ou configurações, de principados. Todavia, nessa instância, uma importante observação – que analisaremos doravante – era acrescentada. Ainda que as boas leis e as boas armas reapareçam como esteios da edificação política, no opúsculo o pensamento de Maquiavel será norteado, após a constatação da mesma fundamentabilidade da díade, pela preeminência militar, pois "como não se podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas" (*O Príncipe*, XII, p. 57).

Enfim, a postura adotada nessa passagem em *O Príncipe* parece, ainda, ser recordada por Maquiavel no capítulo 31 do Livro III dos *Discursos* quando, ao apontar como premissa para uma boa milícia a relação entre exercícios militares e a composição das tropas pelos próprios súditos, afirmava que "embora doutra vez já tenha dito que o fundamento de todos estados é a boa milícia, e que onde ela não existe não pode haver boas leis nem coisa alguma que seja boa, não me parece supérfluo repeti-lo" (*Discursos*, III, 31, p. 416-417).

2.1.2 A interação entre boas leis e boas armas e a prioridade do aspecto militar

Com essa investigação, em parte bibliográfica e em parte histórica, temos o par indissociável de elementos que conferem solidez e segurança ao corpo político: de um lado, a prudência, o sentido comum [*senno*], a justiça²⁰ e as boas leis, que podem ser apontadas como termos sinônimos, enquanto expressão das capacidades de governo da classe política dirigente; e, por outro, a força, as boas armas, a boa milícia, o braço armado do Estado, responsável por assegurar, exteriormente, suas posições diante das demais potências e, conseqüentemente, oferecer proteção aos indivíduos em seu interior.

Neste momento, é indispensável notarmos o caráter complementar e articulatório

²⁰ A importância que a "justiça" assume no ambiente político florentino é digna de nota. Como exemplo disso, o governo florentino havia determinado que o discurso de posse do Gonfaloneiro (chamado, inclusive, de Gonfaloneiro de Justiça) deveria necessariamente versar sobre esse tema. O próprio Maquiavel redige uma alocução para ser pronunciada por um Gonfaloneiro, seguindo fielmente o estilo e método recomendados para a composição de tal escrito. Assim, afirma que onde falta a Justiça "se origina a destruição de reinos e repúblicas". E nos Estados em que se faz presente gera "a união, potência e a manutenção dessas; esta [a Justiça] defende os pobres e os impotentes, reprime os ricos e os poderosos, humilha os soberbos e os audazes, freia os rapaces e avarentos, castiga os insolentes e dispersa os violentos; esta gera nos Estados aquela igualdade, desejável em um Estado, se alguém quer conservá-lo" (*Allocuzione ad un magistrato*, In: *Opere*, 1997, p. 713-714, tradução nossa).

existente entre esses dois âmbitos. As leis, como salientava Maquiavel nas *Parole*, por si não são suficientes para assegurarem a ordem, tanto interna quanto externa, do corpo político; a força, por seu turno, também sozinha não é capaz de conferir segurança ao Estado, ou, ainda que conseguisse algum resultado satisfatório, desprovida dos mecanismos legais adequados, dificilmente teria capacidade de conservá-lo²¹. Certamente, a possibilidade de criar algo sólido e duradouro no campo da política apenas pode ser observada na medida em que armas e leis atuarem concomitantemente, isto é, cada qual desempenhando sua devida função no organismo político, porquanto nenhuma delas é capaz de manter o bom funcionamento do aparelho estatal por si.

Todavia, esse aspecto necessário de complementaridade que o âmbito bélico e o âmbito legal assumem não isenta Maquiavel de traçar, em termos comparativos, a preeminência de uma dessas esferas sobre a outra. Era justamente este o movimento realizado pelo Secretário florentino na passagem há pouco citada em *O Príncipe* e ratificada nos *Discursos*. Aliás, era a questão dessa certa primazia que conduzia nosso autor a não se ater nos problemas concernentes à lei, mas voltar-se aos assuntos militares no capítulo XII da obra sobre os principados. Dessa maneira – recordemos –, asseverava que "como não se podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas". Ora, aqui a importância do elemento militar nitidamente se destaca em sua relação com o sistema legal. Com efeito, pela argumentação maquiaveliana, a possibilidade de existência de um conjunto de leis coeso acaba, de algum modo, atrelada à capacidade de o Estado organizar sua estrutura militar. Sob essa perspectiva, e considerando, obviamente, nosso propósito de analisar a dinâmica existente entre esses dois âmbitos enquanto fundamentos dos Estados, algumas questões se manifestam: qual é a razão dessa prioridade das armas sobre as leis (que é, afinal, o elemento motivacional para a sequência argumentativa em *O Príncipe*)? Por quê, para o Secretário florentino, quando as armas são boas também as leis costumam ser? Qual seria a natureza dessa delicada primazia?

Antes de adentrarmos na discussão, cabe realçar que a relação estabelecida por Maquiavel sobre este ponto não corresponde a um mero movimento estilístico do qual o autor teria se servido, como, por exemplo, propõe Gennaro Sasso. Escorado no capítulo XII de *O Príncipe*, o comentador italiano afirma que "aquilo que unicamente Maquiavel

²¹ "[...] porque esta [a prudência] sozinha não basta, e aquela [força] ou não chega a resolver os assuntos, ou, se os resolve, não consegue torná-los duradouros" (*Parole*, p. 12).

diz é que, posta a complementaridade dos dois termos, a ele é bem lícito, segundo a específica oportunidade do discurso, tratar das "armas" e deixas sobre o fundo as "leis" (SASSO, 1980, p. 343, tradução nossa). Entretanto, a insistência maquiaveliana sobre a questão não nos autoriza a operar tamanha simplificação, nem tampouco resolver o problema dessa maneira. De fato, apesar de compartilharem a mesma condição – a de base do corpo político –, Maquiavel entrelaça estruturalmente os termos de modo que a eficácia das leis acaba, de certo modo, condicionada à realidade das boas armas. É isso, na realidade, que direciona o argumento maquiaveliano para um trato mais apurado dos assuntos militares.

Em primeiro lugar, ainda sob o vestígio do aspecto da complementaridade, notamos que a qualidade bélica reaparece, para Maquiavel, em sua estreita relação com a qualidade da organização política e constitucional. Por este viés, no Estado onde as armas são boas conseqüentemente também as leis deveriam ser: a existência de bons exércitos é a prova concreta da justeza de suas leis, uma vez que possibilitaram a instituição e a regulação dessa estrutura armada. Todavia, tal constatação não faz mais do que reforçar o caráter de interação, já evidente, entre os fundamentos.

No entanto, a esfera militar não se limita a ser um mero indicativo do bom funcionamento do sistema legislativo de um Estado. O ponto nevrálgico da questão se situa no entendimento de que é justamente a necessidade dessa estrutura bélica que conduz o corpo político a um melhoramento de suas leis. Boas armas, por exigirem um coeso aparato legal, conduzem as estruturas políticas a um significativo reordenamento. Ou seja, a inevitabilidade de armar-se – e, assim, consolidar um dos alicerces essenciais tanto ao Estado quanto ao governo – é o *elemento motriz* do aperfeiçoamento constitucional. Dessa forma, a questão da preeminência militar é revelada na medida em que compreendemos sua face *reestruturante* das condições políticas de um Estado. É sob esta perspectiva que Maquiavel sustenta que onde existem boas armas também as leis comungam dessa qualidade: no Estado *devidamente* armado o conjunto legal sofreu modificações – e para melhor, como é lícito supormos – que permitiram a benéfica inclusão dessa estrutura no seio do corpo político, coisa que, por sua vez, só é possível se determinadas e específicas condições políticas também forem observadas²².

²² Conforme buscaremos expor adiante no subcapítulo 2.3.2 ("O povo e a república: os tumultos, o aperfeiçoamento constitucional e o germe da potência militar"), quando olhamos com maior circunspeção para a história das modificações institucionais de Roma – a pedra de toque maquiaveliana – essa tese parece ser reforçada. De certo modo, o melhoramento institucional das estruturas republicanas em Roma, com a criação dos Tribunos, foi levada a efeito pela derradeira necessidade intrínseca ao Estado do

Nesse contexto, o discurso maquiaveliano que se envereda pelas considerações militares é atravessado pela noção de necessidade. Logo, aquilo que está em jogo é a existência do próprio Estado. A exigência de um bom governo, regulado pelas boas leis, é determinada, primeiramente, pela derradeira necessidade de o Estado armar-se visando sua própria conservação. Ou, dito de outro modo, a necessidade da defesa armada da cidade é aquilo que determina, em uma primeira instância, a qualidade das estruturas legais e políticas. Dessa maneira, na dinâmica dos fundamentos, a estrutura militar se sobressai, precisamente por ser responsável por direcionar as leis à sua melhor forma.

Entretanto, de que modo – ou de que natureza – essas transformações, legais ou institucionais, deveriam acontecer? Certamente, nesse sistema de relação e corresponsabilidade pela manutenção do conjunto estatal, cabe às instituições políticas a incumbência pelo estreitamento do laço entre indivíduos e Estado. A realidade de um exército próprio, como tinha em mente Maquiavel, só era possível se houvesse uma íntima relação de *fidelidade* entre indivíduos políticos e a cidade. Favorecer a ligação e a identificação entre os cidadãos e a própria pátria, por meio das leis, é uma das principais circunstâncias – quiçá a principal – para que a defesa dos interesses políticos estatais seja feita através dos seus próprios meios. Nisto, boas leis são necessárias para oportunizar esse reconhecimento entre cidadão e Estado. No entanto, a razão essencial responsável por impelir a essa identificação – algo, também, extremamente salutar – é justamente a imprescindibilidade da existência de um corpo armado para garantir a autonomia do corpo político.

Essa situação fica mais clara quando direcionamos nossa atenção ao contexto florentino. Era justamente a falta dessa disposição – ou seja, do encurtamento da relação entre governante e governado –, além da incapacidade da classe dirigente de aperceber-se disso, que Maquiavel denunciava com veemência nas *Parole*. Assim, incisivamente afirmava o Secretário florentino:

Não nos enganemos com nosso erro; examinemos um pouco melhor nosso caso e comecemos a observá-lo de dentro: vós os encontrareis desarmados, vereis súditos *sem fé* [...] E é razoável seja assim, porque os homens não podem e não devem ser servos fiéis de um senhor que não pode nem defendê-los nem guiá-los (p. 13, grifo nosso).

Neste caso específico da República, os súditos eram os habitantes das cidades

elemento militar. Ou seja, a inexorável exigência da defesa armada do aparelho estatal – reconhecida, tanto por parte dos cônsules quanto por parte dos senadores – certamente foi determinante à concessão do estabelecimento dessa instância política.

submetidas à Florença, todos eles igualmente privados de quaisquer direitos políticos – diferindo, nisto, dos cidadãos florentinos – e frequentemente hostis à cidade. Essa falta de fé, ou seja, de fidelidade, em relação ao Estado era o resultado direto das más organizações políticas e legais da cidade, que impossibilitavam e inviabilizavam qualquer tentativa plenamente segura de criar uma força armada para sua defesa.

Consequentemente, compreendemos, no encalço de Frosini (2004, p. 16), que existe aqui um problema de consenso, já que é ingenuidade pretender "fidelidade e lealdade se não existe uma base de reciprocidade dada pelo bom governo e pelos direitos". Ao faltar o bom governo, essa fidelidade entra em processo de colapso, expondo o Estado a qualquer potência disposta a dominá-lo. Existe assim, reforça o comentarista italiano, uma "*prioridade lógica da guerra sobre a política*", pela qual a guerra determina as formas "boas" da política". Em outros termos, a possibilidade de um bom exército florescer nasce apenas quando os indivíduos não encaram o próprio Estado como um inimigo. A remodelação das leis, levadas a efeito pelas instâncias jurídicas enquanto uma exigência para a implementação de um sistema militar próprio, é, portanto, a chave da preferência de Maquiavel pelos assuntos belicistas. De fato, dado o caráter complementar que ambas as esferas desempenham no corpo político, é apenas neste sentido que pode haver certa sobreposição²³.

Enfim, a estrutura bélica desempenhava, ainda, sua função mais explícita e usual na relação com o aparato legal. De fato, boas armas são necessárias para salvaguardarem que as próprias disposições legais e constitucionais do Estado não sejam ameaçadas em sua soberania. Isto é, representam a escolta para que o conjunto político estatal mantenha sua fluidez sem o temor de intervenções externas: é apenas a capacidade militar que pode conferir estabilidade ao conjunto legal nas relações entre Estados. É precisamente isto que Maquiavel ilustra no prefácio de a *Arte da Guerra*, quando exprime a debilidade das ordenações que são estabelecidas em uma cidade "para que se viva no temor das leis e de Deus", mas que, no entanto, ignora a própria defesa.

²³ Não se trata de pensarmos o binômio armas-leis de um ponto de vista estritamente temporal, como, por exemplo, pretende Michael Mallett no artigo *Theory and Practice of Warfare in Machiavelli's Republic*. Após apontar uma série de pertinentes problemas acerca das concepções militares práticas de Maquiavel, afirma o comentarista que "boas leis necessitavam preceder boas armas no sentido que ele pretendia; as soluções militares ideais só surgiriam em um Estado resolvido, com instituições justas e equitativas" (1993, p. 179, tradução nossa). No entanto, a crítica nos parece um tanto descabida. Em primeiro lugar, as "soluções militares ideais" não podem ser o resultado posterior de instituições justas. De fato, como ressaltamos acima, é a própria necessidade militar que conduz seu sistema legal ao aperfeiçoamento. Em segundo lugar, era impensável para Maquiavel alcançar esse incólume sistema constitucional sem a existência do braço armado estatal amparando-o.

Essas cidades, ainda que bem ordenadas, sem o socorro militar, desordenar-se-iam "tanto quanto as instalações de algum soberbo e régio palácio que, conquanto ornadas de gemas e de ouro, em não estando cobertas, nada teriam que da chuva as protegesse". (*Arte da Guerra*, Proêmio, p. LXXVII-III).

Com efeito, a imprescindibilidade de armar-se reside no fato de que "toda cidade, todo Estado, deve reputar como inimigos todos aqueles que possam tratar de ocupá-la e aqueles contra os quais ele não pode se defender". Além do mais, pondera Maquiavel, "jamais existiram nem senhor nem república sensatos que quiseram manter seu Estado a mercê dos outros, ou que mantendo-o acreditassem havê-lo seguro" (*Parole*, p. 13). Neste contexto, toda tentativa de manter o Estado em uma situação de contínua ameaça seria politicamente incoerente. A única maneira para abandonar essa condição é também representar um risco, algo que só é possível através da imposição militar às outras potências. Dito de outro modo, a política entre Estados só é possível se escorada em um eficaz regimento militar, pois se "entre os homens privados são as leis, os escritos e os pactos o que fazem observar a fé", "entre os senhores somente as armas a mantêm" (*Parole*, p. 14).

O aparato militar, então, torna-se uma das condições para a existência de certa igualdade política na esfera internacional. A observância dos pactos firmados entre Estados é assegurada quando por trás do conjunto legal existem uma força armada, treinada e apta ao enfrentamento, fornecendo suporte. É precisamente este o aspecto que determina a pertinência, ou a condição de possibilidade, para os acordos políticos interestatais. Como reforça Frosini (2004, p. 17), entre leis e guerra, portanto, existe sempre uma relação: "a disponibilidade à guerra é o único modo para conferir validade aos pactos, assim, para estabelecer condições de amizade". Em suma, a paz é fundada sobre a guerra "exatamente como a amizade é fundada sobre a igualdade", e sobre o terreno da política internacional "a única igualdade possível é a igual potência bélica dos Estados".

Portanto, no âmago do pensamento maquiaveliano, as armas assumiam de modo definitivo sua posição no jogo político. No final das contas, são elas que asseguram a existência do próprio jogo. Em seu aspecto externo, são fiadoras da asseveração da posição política do Estado diante das demais potências. Ou seja, viabilizam as condições de igualdade política na esfera internacional, possibilitando o relacionamento com as demais potências sem o temor de uma latente invasão e submissão. Na dimensão interna, enquanto exigência para sua própria implementação, a estrutura bélica é

responsável pelo reordenamento constitucional e institucional, adequando as estruturas estatais para uma maior identificação entre Estado e indivíduo, entre pátria e patriota. E, justamente, por esse movimento que impele à reestruturação do âmbito jurídico, exercem uma prioridade lógica sobre as leis.

Com isto em vista, passamos agora ao estudo dos modos através dos quais essa *fundamentabilidade* (forçosamente cunhando o neologismo) é minuciosamente construída no interior da argumentação maquiaveliana. Se reconhecemos que a estrutura bélica cumpre uma exigência universal a todos os Estados, devemos analisar as particularidades políticas da repercussão dessa necessidade tanto nos regimes republicanos quanto nos principescos. Dessa forma, investigaremos como a inevitabilidade de constituir um corpo armado é apresentada em ambas as formas de governo, considerando, sobretudo, as reordenações políticas que são o pressuposto para que isso aconteça. Contudo, como buscaremos apontar como desdobramento da questão, o problema da constituição do suporte militar no seio dos Estados, para Maquiavel, depende do acréscimo de um fator essencial ao cálculo político-militar: o povo. A necessidade intrínseca de armar-se apenas pode ser sanada mediante ao modo com que as instituições, as constituições e o poder soberano lidam com essa categoria de indivíduos. Assim, para balizarmos com clareza a imprescindibilidade do âmbito militar, além da natureza das modificações políticas necessárias para sua composição, devemos adentrar na profícua e controversa teoria maquiaveliana acerca dos "humores". Apenas a partir disto poderemos avançar para a análise de como a manifestação da necessidade de armar-se reflete nas providências a serem tomadas pelos dirigentes políticos nas repúblicas e nos principados.

2.2 O substrato das armas próprias: os *umori*, os tumultos e a inconciliável dissensão

Como destacamos acima, a presença de uma estrutura armada no interior dos Estados é indispensável para a manutenção daquilo que poderíamos chamar – de certo modo antecipando a sistematização de Jean Bodin – como "soberania". Para Maquiavel, as armas próprias, somadas a um fluído sistema legal, eram incontestavelmente a base de todo e qualquer organismo político. Nesse sentido, considerando a indispensabilidade do fator militar, nosso esforço agora converge para indicar os modos pelos quais essa "fundamentabilidade" é construída na argumentação maquiaveliana. Isto é, buscaremos apontar em que medida a necessidade de armar-se se manifesta na

estrutura política dos Estados, influenciando e modificando as determinações legais e constitucionais para suprir essa demanda vital tanto nos regimes republicanos quanto nos principescos.

Porém, para balizarmos com clareza a dimensão que o aparato militar cumpre no desenrolar do jogo político, devemos avançar metodicamente para outras normas gerais da ação política apresentadas por Maquiavel, intimamente conectadas com nosso problema. Neste momento, por ocasião da pesquisa, invariavelmente devemos adentrar na promissora discussão que orbita os primeiros capítulos dos *Discursos*, mas que, no entanto, se espalha através de sua obra e forma um ponto constante no pensamento maquiaveliano: a concepção maquiaveliana de que todo organismo político é, por natureza, cindido será o ponto de partida para a pesquisa que doravante se encaminha para os entremeios de sua teoria militar. Com efeito, em uma primeira instância, nosso pano de fundo será a afamada tese acerca da implacável e inevitável cisão política dos Estados, que, encarnada em sujeitos cuja recíproca oposição é a característica principal, é potencialmente capaz de arrastar o conjunto social aos tumultos que – aparentemente – perturbam a ordem política e a conduzem à eferescência.

Analisar a divisão que atravessa universalmente os corpos políticos, além da dinâmica dos apetites contrapostos responsáveis pelo desacordo, é justificável na medida em que compreendemos que é precisamente dos tumultos, do entrelaço de desejos e das dissidências que por vezes se avizinham a guerra civil, que emanam as possibilidades para a formação de exércitos em condições de defender a pátria. Conforme argumenta Maquiavel, a potência dos Estados – isto é, a força militar – está diretamente atrelada aos modos pelos quais as constituições políticas, sejam elas republicanas ou principescas, lidam com esse dado inexorável do *vivere civile* – a divisão natural e a permanente eventualidade do conflito. Em outros termos, a possibilidade para a formação da *buona milizia* passa invariavelmente pelo problema do conflito dos desejos. Grandes e povo são, portanto, o substrato das *buone armi*, e os modos através dos quais as constituições e os regimes políticos lidam com essa sempiterna dissidência, a condição para sua efetividade.

Com isso em vista, metodicamente falando, nossa argumentação a partir de agora se divide em dois núcleos temáticos. No primeiro, mais pontual e sumário considerando nosso propósito, apresentaremos a caracterização dos humores políticos sobre os quais a gênese das armas próprias está escorada. No segundo, mais extenso e com maior teor argumentativo, buscaremos ilustrar os modos através dos quais a

necessidade do aparato militar reflete nas considerações maquiavelianas acerca das estruturas políticas e constitucionais dos Estados.

Novamente, para tanto, subdividimos nossa exposição: em um primeiro caso, direcionaremos nossa pesquisa para a dinâmica da estrutura armada no interior dos regimes republicanos, isto é, em linhas gerais, para avaliar a influência que o elemento militar exerce no campo político das repúblicas, induzindo modificações institucionais necessárias para o desenvolvimento deste âmbito fundamental, que, por sua vez, é prescrita pela inevitável condição de armar-se como meio para a manutenção do poder estatal. No segundo momento desta subdivisão, nosso trabalho se concentrará nos modos através dos quais a teoria militar maquiaveliana se manifesta nas influentes teses do Secretário florentino acerca dos principados. Ora, não diferente do que acontece nas repúblicas, também aqui o aparato bélico cumprirá uma função vital nas relações de força e na interação entre potências. Ainda que Maquiavel não construa uma teoria militar em *O Príncipe* no sentido específico do termo, podemos identificar alguns elementos que nos auxiliam a visualizar e compreender os encaminhamentos de sua argumentação que, no final das contas, busca unir guerra e política sob uma mesma designação. Como buscaremos expor, a necessidade de armar-se, nos principados, é responsável por propor e moldar uma nova forma de interação entre o poder soberano e os súditos.

2.2.1 A cisão natural e constitutiva dos organismos políticos

Maquiavel, como muitas vezes já notado, assume conscientemente a responsabilidade de defender um ponto de vista radicalmente inédito na longa história da Filosofia Política. De modo pioneiro, os escritos maquiavelianos não apenas colocavam em xeque a concepção dos Estados como unidades políticas harmoniosamente constituídas, mas também – e este era, de fato, o grande nó da questão – apresentavam a possibilidade dos conflitos internos ao corpo político engendrarem bons efeitos. Entre essas consequências do desacordo, a soberania militar.

O argumento do Secretário florentino, escandaloso aos olhos de seus contemporâneos²⁴, estabelecia, subversivamente, um ponto de interrogação tanto à noção grega de *homonoia* (ὁμόνοια), amplamente difundida desde Platão, quanto à

²⁴ A condenação desses conflitos, como nos recorda Bignotto (2005, p. 84-85), era um dos raros pontos em torno do qual "todos os florentinos tinham a mesma opinião. De Dante aos humanistas, todos se apressavam em demonstrar seu papel negativo na vida política da cidade".

visão ciceroniana de *concordia ordinum*, seguida de perto pelo humanismo cívico. Ambas interpretavam os conflitos entre os membros da cidade como uma grave doença, e a harmonia entre as partes do corpo político como o cimento da comunidade e a imprescindível condição de seu florescer²⁵. Porém, com Maquiavel, uma ordem política incólume de dissidências era enfaticamente inviabilizada. Toda cidade, afirma, toda forma de organização política, é atravessada por uma divisão que separa os indivíduos em dois grupos diametralmente distintos: grandes e povo. Por certo, "quem espera que uma república possa ser unida muito se ilude com tal esperança" (*História de Florença*, VII, 1, p. 422).

A explicação para essa desunião que, em essência, divide o organismo político, está no fato de que "em *toda república [ogni republica]* há dois humores diferentes". De um lado "o do povo" e, de outro, "o dos grandes" (*Discursos*, I, 4, p. 22, grifo nosso). Na realidade, quem considerar as coisas presentes e as antigas – diz Maquiavel – verá facilmente que "são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos [*tutte le città ed in tutti popoli*], e que eles sempre existiram". (*Discursos*, I, 39, p. 121). Em termos substancialmente idênticos, a mesma ideia era reiterada no capítulo IX de *O Príncipe*, pois "em *todas as cidades [ogni città]* existem esses dois humores diversos", motivados pela seguinte razão: "o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo" (p. 43, grifo nosso).

A pertinência dessa tese era estendida também aos relatos na *História de Florença*, quando as contendas entre guelfos e gibelinos haviam se acalmado nos territórios florentinos, permaneceram acesos "apenas os humores que naturalmente costumam existir em todas as cidades [*naturalmente sogliono essere in tutte le città*] entre os poderosos e o povo", pois, visto que o povo "quer viver de acordo com as leis, e os poderosos querem comandá-las, não é possível que se ajustem" (*História de*

²⁵ Evitamos atribuir a essa corrente de pensamento o caráter de "tradição" porque, como nota Ames (2009, p. 183), rigorosamente falando, tal tradição não existe, uma vez que há diversas – e diferentes entre si – concepções de concórdia. Contudo, para nosso propósito, é conveniente notarmos a abrupta cisão operada por Maquiavel com os teóricos que o circundavam. Segundo Skinner (1990, p. 129, tradução nossa), um dos problemas centrais de escritores como Giovanni da Viterbo, Brunetto Latini e Matteo de Libri – inspirados nos escritos de Salustio – era justamente compreender como a concórdia cívica poderia ser mais bem preservada. Existe aqui um ponto de convergência entre todos esses autores: ainda que por vezes possa ser necessário fazer guerra aos outros em nome da liberdade e *grandezza* (termo cunhado para significar grandeza e magnitude), a preservação da paz dentro de sua própria cidade jamais pode ser comprometida. Evitar divisões internas e discórdias é considerado por todos como uma condição indispensável da grandeza cívica. Salustio, em *Bellum Jugurthinum*, por exemplo, afirmava que é "por meio da concórdia que pequenas comunidades dão origem à grandeza; é como resultado da discórdia que mesmo as maiores comunidades caem em colapso".

Florença, II, 12, p. 94-95). Cabe destacar, ainda na mesma obra, o célebre capítulo primeiro do Livro III, no qual Maquiavel traça em um quadro comparativo as divergentes condições e consequências dos tumultos florentinos e romanos, que era iniciado com o mesmo teor argumentativo. Conforme o Secretário florentino, "as graves e naturais inimizades [*naturale inimicizie*] que há entre os homens do povo e os nobres" são causadas "pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer" (*História de Florença*, III, 1, p. 157).

Como podemos notar, a divisão dos Estados entre grandes e povo é um aspecto inelutável da vida política. Do mesmo modo que a tese acerca dos fundamentos dos corpos políticos – como vimos acima – aparecia para Maquiavel como uma norma geral da ação política, também a cisão natural das cidades nesses dois grupos distintos alcançava essa denotação universalista. Independente da forma de governo, das disposições constitucionais e ordenatórias, *tutte le città, ogni repubblica, ogni città*, seriam essencialmente e *naturalmente* divididas: existiriam em todos os tempos e em todos os lugares duas espécies de habitantes na cidade; de um lado, denominado por um singular coletivo, o "povo", e, de outro, os "grandes" (GAILLE-NIKODIMOV, 2004, p. 24)²⁶.

Portanto, como destaca Marco Geuna (2005, p. 23, tradução nossa), a cisão, a diferenciação, do corpo político é *original* e *constitutiva*. Em outros termos, isso significa dizer que Maquiavel parte – como enfatiza o comentador italiano – de uma *pluralidade constitutiva* do corpo social e político. Para Gérald Sfez (1999, p. 172)²⁷, por seu turno, aquilo que o Secretário florentino propunha era fato da vida política estar fundada em um acordo *qui jure*. Isto é, "um acordo que pode submeter o desacordo", de tal modo que – como aponta Ames (2009, p. 184) em consonância com o intérprete francês – aquilo que "funda a relação política é a diferença definitiva dos humores".

Nesse momento, seria arriscado buscarmos investigar exaustivamente a raiz destes dois grupos distintos responsáveis por comporem os Estados. Nos escritos maquiavelianos a motivação para a "aglutinação" dos indivíduos em grandes ou povo não é autoevidente. Sua obra, diz Gaille-Nikodimov (2004, p. 47) nos situa num tempo da história "onde o processo de diferenciação entre o povo e os grandes teve lugar, onde

²⁶ A tradução que aqui utilizamos da obra de Marie Gaille-Nikodimov – *Conflit civil et liberté: la politique machiavélique entre histoire et médecine*, Paris: Honoré Champion, 2004 – fora realizada pelo prof. José Luiz Ames para uso pessoal e a nós gentilmente disponibilizada.

²⁷ Novamente, a tradução do trabalho de Gérald Sfez – *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999 – fora feita pelo prof. José Luiz Ames para uso privado, mas a nós cordialmente cedida.

seus humores já estão constituídos". Porém, vale notarmos, que esses *umori*, como designa Maquiavel tomando de empréstimo uma noção da tradição galênica-hipocrática – ainda muito comum na teoria médica da Itália renascentista²⁸ –, não podem ser caracterizados a partir de uma definição econômica, nem tampouco sociológica²⁹. Mas, antes, se revelam como grupos que possuem uma situação comum a defender.

Na realidade, não podemos omitir que em determinados momentos do *corpus* maquiaveliano as condições socioeconômicas exerçam certa influência em sua argumentação. É o caso, por exemplo, do capítulo 55 do Livro I dos *Discursos*, onde faz referência à existência de uma "igualdade" [*pari equalità*] entre os cidadãos ou à presença de "gentis-homens" nos Estados, caracterizando-os como aqueles que "vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência" (*Discursos*, I, 55, p. 161). Outro argumento com teor semelhante aparecia também nos *Discursus florentinarum rerum*, quando Maquiavel apresenta o corpo misto da república como composto não por aqueles dois humores – e suas caracterizações peculiares –, mas formado a partir de "três qualidade de homens, isto é, primeiros, médios, últimos" (*Discursus florentinarum*, p. 738)³⁰. No entanto, essas são passagens esparsas que, se por um lado possuem certa pertinência, sobretudo no aspecto econômico, por outro não são determinantes para as análises políticas de Maquiavel. Esse grupo restrito de considerações não influencia decisivamente na caracterização dos humores de grandes e povo. Por certo, em uma última instância, assumem uma posição secundária, ou, ainda, "um outro vetor ou percurso da reflexão maquiaveliana" (GEUNA, 2005, p. 24). Entretanto, dado nosso escopo e a limitação de nosso trabalho, não cabe aqui a análise de tal perspectiva.

Portanto, como nota com clareza Gaille-Nikodimov (2004, p. 27) nessa mesma esteira interpretativa, as categorias de povo e grandes não correspondem, no espírito de Maquiavel, a estratos socioeconômicos, mas, antes disso, se assemelham "a comunidades de interesses ou de situação a defender: seus membros partilham o mesmo

²⁸ Sobre a apropriação maquiaveliana da linguagem médica cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *op. cit.* Em especial, o capítulo III.

²⁹ Aqui não nos parece pertinente a interpretação de Claude Lefort (1976, p. 476) quando aponta para a "fecundidade da luta de classes". Por este viés, o aspecto materialista – que invariavelmente nos remeteria a uma espécie de antecipação das teorias clássicas do marxismo – seria muito mais determinante. No entanto, este não parece ser o caso.

³⁰ "Coloro che ordinano una repubblica debbono dare luogo a tre diverse qualità di uomini, che sono in tutte le città, cioè primi, mezzani e ultimi" (Cf. *Discursus florentinarum rerum post mortem Iunioris Laurentii Medices*. In: MACHIAVELLI, 1997, p. 733-745).

desejo e é esta partilha que está na origem de sua agregação". Para delinear os motivos pelos quais bons exércitos – armas compostas pelos próprios cidadãos, capacitadas e aptas ao enfrentamento – podem ser originados dessa diversidade de humores, basta nos atentarmos para o fato de que *grandi* e *popolo* se relacionam de modo diferente em respeito ao valor da liberdade. Portanto, a raiz desses dois *umori* é provavelmente uma raiz de matriz antropológica, assim como salienta Geuna (2005, p. 24), visto que faz referência "aos modos possíveis, para os homens, de entender e fazer experiência da liberdade". Para os grandes, a associação em torno deste grupo corresponde ao fato de que ser *livre* é comandar e oprimir; para o povo, por seu turno, a união se deve à expressão de seu *desejo de liberdade*: não ser comandado nem tampouco oprimido.

2.2.2 O entrechoque dos desejos

Considerando essa diversidade de humores, cuja recíproca oposição é a característica principal, Maquiavel apresenta uma das teses mais originais e pertinentes dos *Discursos*: o entrechoque dos desejos de grandes e povo, o conflito originado pelo desejo de opressão contraposto ao desejo de não opressão, pode engendrar efeitos benéficos aos Estados³¹. Entretanto, antes de adentrarmos nas considerações acerca das condições e efeitos causados pelas dissensões (entre eles a capacidade de fomentar tropas valorosas), a existência sempre latente de conflitos que envolvem essas duas categorias de indivíduos nos reporta à uma questão da qual não podemos nos esquivar sem prejuízo ao desenvolvimento do conteúdo: afinal, por qual motivo "grandes" e "povo" conflitam?

A noção de que os corpos políticos partem de uma pluralidade constitutiva encaminha a argumentação maquiaveliana para uma via de mão dupla. Para reconhecer que o *vivere civile* se funda sobre a dissidência é necessário admitir a possibilidade sempre presente de que as partes constituintes da sociedade entrem em conflito. Em outros termos, considerando a natural cisão, motivada pela diversidade de desejos de grandes e povo, os Estados e os dirigentes políticos são obrigados a lidarem com um

³¹ Como veremos adiante, no caso republicano o reconhecimento político desses dois humores, na esfera pública de governo, será um dos fatores imprescindíveis para a formação de bons exércitos (sobretudo a inclusão do povo nas instâncias deliberativas do Estado). No caso principesco, por sua vez, caberá ao príncipe lidar com esses atores políticos de modo que, no exercício de seu poder, dê ao desejo popular determinada preeminência sobre o desejo dos grandes. Por certo, como buscaremos esclarecer, a possibilidade para a composição de exércitos próprios nos Estados, independentemente de seu regime político, encontra sua causa precisamente nos modos pelos quais as ordenações institucionais lidam com esse dado inelutável do jogo político.

dado perturbador: a iminência dos conflitos. Esses tumultos, que atribulam a ordem social e a "harmonia" das cidades, possuem como causa justamente os *umori diversi*: ao manifestar e buscar a realização plena de seus desejos, grandes e povo se colocam em uma posição de intenso desacordo. O conflito político³², assim, é a decorrência da diversidade de humores que cindem naturalmente todos os Estados.

Para Maquiavel existe, dessa forma, um obstáculo intransponível que consiste na impossibilidade de satisfazer o humor dos grandes e o do povo, ou seja, em satisfazer plenamente o desejo que aqueles possuem de comandar e estes de não serem comandados (GAILLE-NIKODIMOV, 2004, p. 10). A existência basilar de dois humores que antagonizam motivados por seus respectivos desejos – de dominar e de não ser dominado – e que permanentemente se enfrentam e se contrapõem um ao outro, revela a impossibilidade de que ambos sejam saciados em conjunto.

Por isso, como explica Sfez (1999, p. 181), ao desejo desmesurado dos grandes pela apropriação e dominação total, cada vez maior e mais intensa, opõe-se ao mesmo tempo de maneira oblíqua e absoluta um desejo não menos desmesurado do povo de não-sê-lo, de não ser dominado nem tampouco dominar. No entanto, prossegue o intérprete (1999, p. 183), esses dois desejos não falam a mesma língua. Por um lado, não há a possibilidade de ser um desejo das mesmas coisas (riquezas, honrarias, glória), algo que poderia ser resolvido com a posse total do elemento em questão e a imposição de uma das partes sobre a outra; por outro, não é o desejo de coisas diferentes, pois, se assim fosse, não haveria motivos para os conflitos. Na realidade, não há medida comum entre estes desejos porque não se trata mesma *ação de desejar*.

Conforme afirma Ames (2009, p. 185) em consonância com Sfez, o conflito se instaura "porque a *maneira* como grandes e povo querem ser livres é diferente: para os grandes ser livre é poder dominar e comandar; para o povo ser livre é não ser dominado nem comandado". Nesse sentido, o embate irrompe uma vez que a maneira como cada

³² Como ressalta Gaille-Nikodimov (2004, p. 47), se não encontramos na obra maquiaveliana a hipótese justificadora do conflito, isto não é devido ao acaso nem à negligência. Os desejos dos grandes e do povo aparecem e se perpetuam de maneira solidária: eles não são pensáveis um sem o outro. Sfez (1999, p. 181) ratifica o fato de Maquiavel não construir o conflito político desde sua gênese. No entanto, apresenta uma tese significativa: anterior ao conflito político existiria um conflito característico da condição humana em geral, baseado no "desejo comum de levar vantagem sobre seu próximo, segundo a lógica da apropriação" (SFEZ, 1999, p. 173). Nessa instância, o desejo humano teria apenas um objeto: riquezas e honrarias. A busca de um bem que não podia ser dividido equitativamente – denominado pelo comentador como *interesse* – comandava "uma concorrência geral entre os homens e, por conseguinte, entre forças políticas". Ao lado deste momento, chamado de "lógica do homogêneo", Maquiavel colocaria outra lógica, a do heterogêneo, que revela a existência de uma relação dissimétrica entre duas ordens de cidadãos, os grandes e o povo.

parte tenta efetivar seu desejo contrapõe-se com a maneira que a outra categoria tenta consumir o seu. Cada parte tenta impor sua visão de liberdade absolutamente à outra. De um lado temos o desejo dos grandes, que se imposto de maneira universal tende à dominação total, e de outro, temos a vontade do povo, que se realizada completamente tende à liberdade desenfreada, à licenciosidade. Dessa forma, o entrelaçamento de desejos é um aspecto protelável na dinâmica dos Estados, mas de modo algum extirpável. A existência dos dois humores potencialmente em conflito é uma marca irreparável da vida política.

Neste momento, é justo nos perguntarmos: como esse argumento que se inicia e se envereda pelo discurso maquiaveliano acerca dos humores, influencia e se conecta com os problemas da guerra? Por ora, basta notarmos que a grandeza bélica de um Estado está diretamente relacionada com os modos através dos quais as constituições políticas lidam com essa dinâmica dos desejos conflitantes de grandes e povo³³.

Como veremos adiante, no regime republicano a necessidade de armar-se exige o reconhecimento político do povo na estrutura organizacional do Estado. Em linhas gerais, um organismo político apenas pode manter-se caso reconheça a função ativa do povo no jogo político: por um lado, a constatação e a institucionalização da dissidência evita que os tumultos descambem à guerra civil – esta sim, extremamente corrosiva e fatal ao tecido social; por outro, este é o único modo através do qual valorosos exércitos podem ser constituídos pela totalidade dos cidadãos da cidade. Resumidamente, em outros termos, o povo em armas é uma outra face da participação política implícita no regime republicano popular, ou democrático, que, por uma série de motivos – que analisaremos doravante – é a forma de republicanism mais adequada aos olhos de Maquiavel.

Nos principados, por sua vez, a função que a díade de grandes e povo desempenha na formação da estrutura armada não é apresentada tão diretamente quanto àquela acerca da participação militar dos cidadãos na defesa dos interesses das repúblicas. Por certo, no principado, o povo toma partido nas armas, mas não no exercício direto do poder. Contudo, o processo envolvido no ato de armar os súditos exige uma severa reestruturação política, que, por sua vez, deve partir do pressuposto da existência da cisão natural do tecido social e dos interesses conflitantes. Ou seja, para

³³ Analisaremos a questão das armas e da inevitabilidade de armar-se tanto no regime republicano, quanto no principesco, nos capítulos subsequentes. Nos próximos parágrafos, fazemos apenas breves indicações de nossos encaminhamentos teóricos.

compor a estrutura armada do Estado, o príncipe, independente das condições através das quais ascendeu ao principado, deve saber lidar com a dinâmica dos humores.

Dessa forma, a abordagem feita aqui – visando argumentar acerca da constatação da cisão natural, da caracterização de grandes, povo e de seus respectivos humores, e do embate em latência – cumpre a função de um indispensável prólogo ao discurso que se segue. Como ponderamos, os *umori*, uma vez compreendidos pelas instâncias políticas, são, para Maquiavel, o substrato das armas próprias. Em ambos os casos (tanto no regime republicano quanto no principesco), apesar das características peculiares de cada forma de governo e da substancial diferença quanto ao papel efetivo que cada uma dessas categorias desempenha na práxis política, a possibilidade da formação da força militar deve, impreterivelmente, basear-se nessa dinâmica dos humores.

Assim, a partir de agora, o foco de nossa pesquisa se encaminha para apontar como a inevitabilidade das armas próprias se manifesta, na argumentação maquiaveliana, no interior das estruturas políticas republicanas e principescas. Inevitabilidade que, via de regra, é construída mantendo sempre como pano de fundo a interação entre os humores e capacidade das instâncias políticas em reconhecê-los, incorporá-los e articulá-los à esfera estatal.

2.3 A questão militar nas repúblicas: o papel político do povo e o domínio da Fortuna

Ao refletir acerca da dinâmica do poder nas estruturas políticas dos Estados republicanos, Maquiavel, nos *Discursos*, indiretamente apresentava o crucial papel desempenhado pelo elemento militar no âmago destas formas de governo. Se em *O Príncipe* o aspecto bélico constituiria – como veremos adiante – o pano de fundo para várias reflexões do Secretário florentino acerca da política, também na afamada obra sobre as repúblicas essa preocupação se tornaria uma característica constante. Novamente, o campo legal e o militar são imbricados estruturalmente no discurso maquiaveliano. Afinal, armas e leis são os fundamentos de *todas* as cidades, independente do regime político que as orienta: o aparato bélico e as disposições legais são, nesse momento específico da obra maquiaveliana, reinterpretados concretamente como os fundamentos responsáveis pela asseguuração do edifício político. Todavia, para que a inter-relação entre bons exércitos e boas leis se efetive no berço dos Estados republicanos, é necessária a adição de um outro fator ao cálculo substancial que firma

os sustentáculos estatais: a díade de grandes e povo. Com efeito, a lisura do aparato institucional e constitucional das repúblicas dependerá dos modos através dos quais suas disposições conseguem lidar com essa cisão constitutiva que marca a natureza dos Estados. Mas, além disso e sobretudo, a possibilidade para a formação dos exércitos de cidadãos, como mecanismo de defesa dos interesses da cidade, será uma forma de decorrência dessa providência das instituições políticas.

Assim, é precisamente neste enlace entre leis, armas, grandes e povo que nosso trabalho doravante se inscreve. Como, afinal, Maquiavel concebe o problema militar no cerne dos regimes republicanos? Quais são as medidas, ou condições, necessárias para que os cidadãos possam defender pessoalmente os interesses da pátria? Considerando a interação entre *arme e legge*, como a necessidade da estrutura armada reflete nas disposições políticas? Afinal, por que o corpo armado se desvela como imprescindível para a manutenção tanto estatal quanto governamental? Em suma, como a inevitabilidade de armar-se reflete nas estruturas institucionais dos Estados republicanos, e, ainda mais pertinente, quais são as providências políticas necessárias para sua devida implantação?

2.3.1 As "coisas antigas" e a experiência romana

Contudo, antes de adentrarmos nos pormenores teóricos da obra de Maquiavel, devemos notar que suas considerações sobre o caráter indispensável do aparelho militar, e, conseqüentemente, da intersecção com o arcabouço político através da interação com as categorias de *grandi e popolo*, estarão essencialmente atreladas a um modelo político que enraizou-se na História Ocidental como um dos mais paradigmáticos exemplos dessa forma de governo, isto é, a República de Roma. Aparentemente, a recorrência aos acontecimentos romanos é justificável pelo fato de os *Discursos* versarem sobre os escritos do célebre Tito Lívio, que dedicou sua atenção para narrar a história daquela cidade. Porém, já no Proêmio do Livro I essa aparência é desembaraçada e revela que o intuito de Maquiavel está muito além de ser um mero comentador da obra liviana.

Nesse sentido, afirmava o Secretário florentino que, ao considerar o louvor e as homenagens que os homens prestam à Antiguidade³⁴, como, por exemplo, quando um fragmento de estátua antiga é "comprado por alto preço por quem deseja tê-lo consigo e com ele honrar sua casa, permitindo que seja imitado por quem se deleite com tal arte",

³⁴ Exacerbadamente, como podemos supor, no apogeu do Renascimento italiano em uma cidade crucial à tradição renascentista, como era o caso de Florença.

"não posso deixar de admirar-me e condoer-me ao mesmo tempo". Pois, enquanto as obras de arte são um meio para os homens se reconectarem ao período clássico greco-romano através da *imitação*³⁵, "as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas". Aliás, reforça, das ações gloriosas do passado "todos fogem", e da "antiga *virtù* não nos ficou nenhum sinal" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 6).

Se, por um lado, os indivíduos se dão conta de que os litígios civis e as mazelas humanas podem ser resolvidos recorrendo-se a "julgamentos ou remédios que pelos antigos foram proferidos ou ordenados"³⁶, por outro, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, "não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 6). A razão disto, prossegue o Secretário florentino, não é devido exclusivamente a fraqueza de caráter que a "atual religião" conduziu o mundo, e nem mesmo do mal que um "ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs", mas ao fato de "não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não se deixar extrair de sua leitura o sentido, de não sentir nelas o sabor que têm" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 7).

É justamente como meio para remediar essa situação que se inscreve o propósito maquiaveliano nos *Discursos*: revelar o verdadeiro *sapere* contido na Antiguidade para que possa servir como fundamento para imitações presentes. Maquiavel chamava a atenção para a necessidade de estender também à política a imitação das ações bem sucedidas dos antigos. Pois, ponderava, as pessoas sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos contidos nas histórias, "mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível", como se o "céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 7). Portanto, a "audiência

³⁵ Não podemos realizar aqui um estudo à exaustão da noção maquiaveliana de "imitação". Para nosso propósito, basta notarmos que Roma se revelava aos olhos de Maquiavel como o Estado que conseguiu, por suas ordenações políticas, lidar com maior eficácia com as eventualidades da Fortuna. As instituições romanas, por este motivo, deveriam ser intimamente observadas pelos dirigentes políticos e *imitadas* naquilo que manifestasse pertinência. Sobre o problema da imitação cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002. Em especial, o subcapítulo 2.3 – Imitação dos antigos e ação política, p. 73-88.

³⁶ Pois, afirma Maquiavel, "as leis civis nada mais são que sentenças proferidas pelos antigos jurisconsultos, sentenças que, ordenadas, ensinam nossos jurisconsultos a julgar. E a medicina ainda não vai além das experiências feitas pelos antigos médicos, que servem de fundamento aos juízos dos médicos do presente" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 6).

passiva" dessas narrativas não acrescenta, nem tampouco aprimora a experiência atual. Os acontecimentos do passado, devidamente interpretados, representam uma espécie de laboratório que fornece o material para análise e resolução dos problemas contemporâneos.

Nesse contexto, "desejando afastar os homens desse erro", isto é, da incapacidade de imitação dos exemplos da Antiguidade, "julguei necessário escrever acerca de todos os livros de Tito Lívio que não nos foram tolhidos pelos malefícios dos tempos", aquilo "que, do que sei das coisas antigas e modernas, julgar necessário ao maior entendimento deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 7). Ora, a interpretação que Maquiavel propõe dos relatos livianos cumpre, dessa forma, uma *utilità*. Se *O Príncipe* possuía – como a tradição exegética acostumou-se a ponderar – um escopo fortemente pragmático, igualmente os *Discursos* buscava sugestionar, ou até mesmo nortear, a realidade política dos Estados contemporâneos ao Secretário florentino.

No primeiro parágrafo do Proêmio, Maquiavel chegava aos termos de se comparar aos grandes navegadores de seu tempo, que, intrépidos, se lançavam mar a fora em busca de terras inexploradas, pois "devido à natureza invejosa dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar modos e ordenações novos [*trovare modi ed ordini nuovi*] quanto procurar águas e terras desconhecidas". Perigo, ao autor, que é fundado nessa *natura degli uomini*, que os predispõem a censurar qualquer ação alheia antes de louvá-las. Mas, ainda assim "levado pelo desejo natural que em mim sempre houve de trabalhar, sem nenhuma hesitação, pelas coisas que me pareçam trazer benefícios a todos", prossegue o Secretário florentino, "deliberei entrar por um caminho que, não tendo sido ainda trilhado por ninguém, se me trouxer enfados e dificuldades, também me poderá trazer alguma recompensa" (*Discursos*, I, Proêmio, p. 5). Entretanto, estes "modos e ordenações novos" podem ser encontrados mediante a uma devida interpretação dos modos e ordenações antigos.

Assim, como pedra de toque fundamental de sua argumentação, ou, como o paradigma político maior a ser imitado pelas instituições republicanas do *Cinquecento*, encontrava-se o caso romano. A cidade, nascida principado, transformada em república e alçada ao império, era a representação "ideal" do organismo político que conseguira, no aflitivo campo da política, conservar-se com relativa *virtù*. Para Maquiavel, Roma, em vários sentidos, havia conseguido, no ápice do regime republicano, encaminhar suas

ordenações a um autêntico e admirável *vivere civile e libero*. Portanto, a teoria maquiaveliana que entrelaça política e milícia, em sua argumentação nos *Discursos*, está *essencialmente* atrelada à leitura interpretativa feita pelo Secretário florentino dos acontecimentos romanos. Em razão disto, o específico estudo que aqui realizamos da conjuntura latina é justificado por esse posicionamento enquanto arquétipo político, cujas ações tomadas diante das imposições adversas do tempo podem ser – desde que observadas as peculiaridades de cada caso particular – imitadas pelas repúblicas contemporâneas. Em especial, e este será nosso maior enfoque, em sua capacidade de encontrar na mediação dos conflitos que atribulam a ordem política as condições para alçar-se à grandeza a qual chegou.

Na realidade, como buscaremos apontar a partir de agora baseando-se nos episódios romanos, a formação dos exércitos próprios, no pensamento maquiaveliano, passa obrigatoriamente pelo momento de *reconhecimento* político do *povo* na esfera pública de governo. No regime republicano, tal providência se revela como condição *sine qua non* para a manutenção das estruturas políticas sob um duplo aspecto: por um lado, bons exércitos apenas podem ser criados e organizados se as instâncias políticas observarem a função medular que o povo desempenha enquanto sujeito ativo na práxis governamental; por outro, apenas dessa forma um legítimo *vivere libero* pode originar-se no seio do organismo político, uma vez que impossibilita a subjugação de uma das "categorias" sobre a outra – neste caso, impede a maciça opressão dos grandes. Em outras palavras, o exemplo *sui generis* romano deixava explícito que a inclusão institucional do povo nos mecanismos de governo revelava efeitos imediatos nas disposições governamentais, tanto do ponto de vista externo à cidade (com a formação dos exércitos próprios), quanto do ponto de vista interno (da possibilidade do surgimento de um autêntico *vivere libero*).

Nesse sentido, assim ressaltada a impossibilidade de desatrelarmos a teoria republicana de Maquiavel do modelo romano, e visando direcionar nossa análise para a dinâmica desempenhada pelo aparato militar no jogo político, nossa proposta, a partir de agora, consiste em investigar pontualmente como os conflitos que tumultuavam a república romana – as dissidências entre "nobres" e a "plebe" – foram responsáveis pela potência militar daquele Estado. Para tanto, devemos considerar as reformas institucionais também por eles causadas, que, afinal de contas, possibilitaram a

conquista do mundo e a posterior – e paradoxal – formação do Império³⁷. Enfim, de que modo as instâncias políticas romanas conseguiram absorver plenamente o fenômeno da guerra?

2.3.2 O povo e a república: os tumultos, o aperfeiçoamento constitucional e o germe da potência militar

O capítulo 4 do primeiro livro dos *Discursos* porta em seu enunciado uma das principais teses desta obra: a desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana. Liberdade e potência, duas dimensões essenciais para que o nome desse Estado fosse fixado na história como paradigma do regime republicano. De fato, a grandeza de Roma não era passível de contestação, porém a causa dessa excelência ainda estava em aberto. E é aqui, precisamente, que Maquiavel opera aquele movimento de subversão – ao qual nos referíamos anteriormente – onde todo um legado do pensamento político é colocado em suspense, ao afirmar que foram os *tumultos* entre a plebe e a nobreza que tornaram Roma uma república *libera e potente*³⁸.

É apropriado notarmos que essas duas dimensões que encontram sua causa nos conflitos entre grandes e povo têm sido o foco de muitos estudiosos das obras maquiavelianas, sobretudo por aqueles que se dedicam a investigar o republicanismo vertente das teorias do secretário florentino. Todavia, entre a liberdade e a potência, é a

³⁷ Nesse sentido, Sasso ressalta a existência de uma *aporia*, à qual Maquiavel não legou uma resposta adequada. De acordo com o intérprete, foi justamente a liberdade romana, responsável por constituir sua essência civil e política – ou, aquele específico ordenamento político e constitucional – que tornou possível a conquista, a expansão territorial, isto é, o império. Entretanto, este "império" é, também, o "Império": em relação à república que o torna possível, é uma outra forma, diversa e alternativa àquela republicana e, portanto, negadora da sua essência. Império que não é o governo dos "muitos", mas do "um", cuja essência não é a liberdade, mas, "ao menos tendencialmente", a "servidão". Disto, prossegue o exegeta, se o *telos* intrínseco à república romana é – no exemplo maquiaveliano – a formação do Império, este *telos* "coincide com um singular, dramático e inexorável destino de autodestruição" (SASSO, 1980, p. 485). Às repúblicas livres e "bem ordenadas", como era o caso romano, cabe a conquista: somente elas podem lançar-se com sucesso à necessária aventura da ocupação. Mas, no entanto, o "resultado da conquista é a destruição", a "lenta consumação" e assim a negação do "instrumento político e constitucional que o havia tornado possível". Em suma e laconicamente, reforça o intérprete italiano, "a liberdade torna possível a conquista; mas a conquista destrói a liberdade" (p. 486). Dessa forma, para Maquiavel o "império" possui uma realidade ambígua: desejável e execrável. Sua "potencialidade" é essencialmente melhor que sua "atualidade": a "potencialidade" do império coincide, factualmente, com a plena atualidade do livre regime republicano. Mas a atualidade coincide, ao contrário, com a decadência do sistema republicano, com a *morte da liberdade*. Portanto, a situação intrínseca à fenomenologia do estado livre, e também apto à conquista, confirma sua "face cruamente antinômica". E o "horizonte da antinomia vem a coincidir com um destino de decadência" (SASSO, p. 494).

³⁸ Skinner (1990, p. 136), por exemplo, pondera que "ao insistir que os tumultos representam a principal causa da liberdade e da grandeza, Maquiavel coloca um ponto de interrogação sobre toda essa tradição de pensamento. O que ele está repudiando é nada menos do que a visão ciceroniana de *concordia ordinum*, uma visão até então aprovada pelos defensores das repúblicas autônomas de uma forma quase acrítica".

primeira que tem despertado maior atenção da literatura crítica³⁹. Por óbvio, o acalorado debate que se constrói em torno desta temática não é em vão. A própria liberdade no seio da comunidade política é uma das condições para a potência militar de um Estado, como sustenta Maquiavel. Contudo, essa liberdade, nascida da incompatibilidade dos humores do corpo político, só pode ser preservada se a autonomia política da república diante das demais potências também for assegurada. *Libertà e potenza*, assim, são complementares. Dessa forma, dedicaremos uma atenção privilegiada – quiçá quase exclusiva – a esta dimensão que, se não conquista um lugar distinto na argumentação maquiaveliana – como a noção de "liberdade" – ao menos não pode ter sua importância drasticamente diminuída para um conciso estudo de seu pensamento.

A virtude militar romana era um fato histórico incontestável, admirada inclusive por aqueles que viam em suas ordenações um Estado tumultuário e repleto de confusões. Essa corrente de opinião, difundida por "muitos", entre eles Plutarco e o próprio Lívio⁴⁰, atribuíam a esta capacidade militar, somada à boa fortuna, as razões pelas quais aquela caótica república havia conseguido manter-se por um longo período, pois se faltasse tal virtude “ela teria sido inferior a qualquer outra república” (*Discursos*, I, 4, p. 21). Era exatamente contrário a essa opinião que Maquiavel argumentava que, aqueles que consideram os acontecimentos romanos sob essa ótica, não compreendiam que "em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles. (*Discursos*, I, 4, p. 22). Como pontuamos anteriormente, humores diversos, grandes e povo, nobres e plebe, ou, no nível institucional, Senado e Tribunos: são esses os atores dos tumultos, responsáveis por originar em Roma um autêntico *vivere libero e civile*, conduzindo-a a grandeza. No interior das estruturas políticas e militares da república latina, as consequências do embate entre esses desejos incompatíveis foram não apenas salutares para sua ascensão enquanto potência. Na realidade, a diversidade de humores e a

³⁹ Cf., por exemplo, GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit civil et liberté: La politique machiavéllienne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion, 2004. NADEAU, Christian. Machiavel: domination et liberté politique. *Philosophiques*, Quebec, v. 30, n.2, p.321 – 351, Outono 2003. PETTIT, Philip. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford: Oxford University Press, 1997. AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris: Vrin/Ehess, 2005. Em língua portuguesa, cf. ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*. São Paulo, v. 30, p. 33-52, 2007. p. 33-52. e AMES, José Luiz. Liberdade e conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. In: *Kriterion*. Belo Horizonte, nº119, p. 179-196, 2009.

⁴⁰ "Foi opinião de muitos – e, entre estes, Plutarco, seriíssimo escritor – que o povo romano, na conquista do império, foi mais favorecido pela fortuna que pela virtù. [...] E parece que essa mesma opinião foi abraçada por Lívio, porque são raras as vezes em que, citando algum romano que fale da virtù, não lhe acrescente a fortuna. Opinião que não pretendo professar de modo algum, e não creio tampouco que possa ser defendida". (*Discursos*, II, 1, p.181)

eventualidade dos conflitos levados a efeito pela manifestação dos desejos de "liberdade" – além, de fato, da capacidade institucional das disposições romanas em valer-se dessa condição intrínseca à composição dos Estados – estão nas bases dessa influente potência.

A primeira ocorrência dos conflitos como condição para alçar a república romana à grandeza a qual chegou é, de certa forma, indireta. Isto é, não foi uma consequência explícita, mas uma decorrência desse primeiro movimento. As dissensões entre a plebe e a nobreza foram responsáveis pelo *aperfeiçoamento constitucional* de Roma em direção a um Estado republicano sob o regime misto de governo, além de dar-lhe feições democráticas. Essa reforma institucional significava que a plebe havia alcançado uma instância que a reconhecia politicamente, possibilitando que os exércitos romanos fossem formados – aumentados e melhor capacitados – pelos próprios cidadãos advindos da plebe.

Com efeito, foram os conflitos entre a plebe e a nobreza que tornaram Roma uma *republica più perfetta*. Ao contrário de Esparta, os itálicos não compartilhavam a sorte de terem tido um ordenador como Licurgo e tampouco de haverem sido ordenados da mesma forma que foi esta cidade. Segundo Maquiavel, essa diferença nos modos de ordenação se deve ao fato de que algumas cidades receberam suas leis já em sua fundação por “um só homem e de uma só vez – como as leis que foram ditadas por Licurgo aos espartanos” enquanto outras “as receberam ao acaso e em várias vezes, segundo os acontecimentos – como ocorreu com Roma” (*Discursos*, I, 2, p. 12-13). Enquanto Esparta, desde o momento de sua fundação, desfrutava da ordenação política primada por Maquiavel, o governo misto⁴¹, Roma a conquistava a duras penas. Enquanto Licurgo ordenava suas leis, “dando aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes”, possibilitando que seu Estado durasse mais de “oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade” (*Discursos*, I, 2, p. 17), Rômulo e os outros responsáveis pela fundação romana, com o intuito de fundar um reino, deixavam as ordenações incompletas ou insuficientes para um Estado republicano. Assim quando aquela cidade se tornou livre “faltavam-lhe muitas coisas que cumpria

⁴¹ A importância atribuída por Maquiavel ao governo misto está no fato de que “quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro”. (*Discursos*, I, 2, p.17). Desse modo, o principado não se corrompe em tirania, o governo dos optimates não se transformam em oligarquia e o governo popular não caia na licenciosidade. Tal distinção segue as seis formas “puras” de governo, já apresentadas por Políbio, Platão e Aristóteles, “das quais três são péssimas [tirania, oligarquia e licença] e três são boas [principado, optimates e governo popular] em si mesmas, mas tão fáceis de corromper-se, que também elas vêm a ser perniciosas”. (*Discursos*, I, 2, p.14)

ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis” (*Discursos*, I, 2, p. 18).

Contudo, aquilo que havia sido ofertado em Esparta por um legislador, em Roma foi fruto do acaso, ou seja, da desunião entre plebe e nobreza. Os tumultos foram os verdadeiros responsáveis pelo aperfeiçoamento das ordenações de Roma através da criação dos Tribunos da Plebe, uma vez que "depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para a segurança da plebe" (*Discursos*, I, 3, p. 21). A organização desta instituição política, que visava representar o povo nos assuntos da república, decorre dos acontecimentos que sucederam à deposição da monarquia romana com a expulsão do seu último rei, episódio narrado suntuosamente por Maquiavel no terceiro capítulo do Livro I dos *Discursos*. Segundo ele, a presença dos Tarquínios intimidava a nobreza romana, que se continha para não abusar da plebe, tratando-a humanamente, por medo que ela se aproximasse daqueles reis. Todavia, após a destituição do regime monárquico, os grandes "começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito" (*Discursos*, I, 3, p. 20). Dessa forma foi preciso criar uma instituição que produzisse os mesmos efeitos que os Tarquínios haviam produzido em vida: o controle dos grandes. Com tal medida, através dos caprichos da fortuna, Roma encarnava o verdadeiro governo misto, com os Cônsules representando o principado, o Senado, os *optimates*, e os Tribunos da Plebe o governo popular.

A implementação dos Tribunos não significava, no interior da estrutura política romana, apenas a representação formal de uma esfera até então faltosa para o governo misto, mas, sobretudo, traduzia institucionalmente os anseios populares com a fixação de uma instância política que forçava os grandes a reconhecerem, de fato, a plebe como sujeitos políticos. A condição para servir-se da plebe na guerra, assim como os eventos romanos demonstravam, era que o Estado reconhecesse os conflitos que acometem todo organismo político, regulando-os institucionalmente através de *ordini e leggi*. Incluir o povo no centro do jogo político representava, com efeito, o primeiro passo a ser dado para a posterior conquista do mundo. A criação dos tribunos tornou-se, então, uma condição preambular da sucessiva potência e grandeza da república, isto é, a premissa do império. Pois, o povo que constituía o "nervo" dos exércitos romanos e arriscava a vida nos campos de batalha pelo mundo, como destaca Sasso (1980, p. 462), sabia que, "tão alto, aquele risco devia bem ser corrido em defesa de uma pátria, que não era a propriedade dos patrícios, mas a casa de todos os romanos".

Assim considerado, sugere Maquiavel, "digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição [*sfogare l'ambizione sua*]", acima de tudo as cidades que "queiram valer-se do povo nas coisas importantes" (*Discursos*, I, 4, p. 22). Os Estados, independente do sistema político que os norteia, devem criar mecanismos institucionais para que o povo expresse seus anseios. As cidades não podem *affogare* – isto é, suprimir – os tumultos com o intuito de evitar os inconvenientes por eles causados. O custo para uma organização estatal onde a "categoria" popular permanece politicamente inerte é o de tornar-se uma presa fácil para as demais potências. Portanto, os tumultos, como veremos adiante, devem ser considerados como um "inconveniente necessário" para a manutenção do poder do Estado.

Em Roma, quando o povo desejava obter uma lei, faziam esses tumultos florescerem, onde era possível "ver o povo junto a gritar contra o senado, o senado contra o povo, a correr em tumulto pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma" (*Discursos*, I, 4, p. 22); ou, simplesmente, "se negava a arrolar seu nome para ir à guerra", de tal modo que, "para aplacá-lo, era necessário satisfazê-lo em alguma coisa" (*Discursos*, I, 4, p. 23). Nesse sentido, não nos parece inapropriado vincularmos os acontecimentos romanos com nossa argumentação precedente. De certo modo, o melhoramento institucional das estruturas republicanas em Roma, com a criação dos Tribunos, foi levada a efeito pela derradeira necessidade intrínseca ao Estado do elemento militar. Ou seja, a inexorável exigência da defesa armada do aparelho estatal – reconhecida tanto por parte dos cônsules quanto por parte dos senadores – certamente foi determinante à concessão do estabelecimento dessa instância política.

John McCormick (2001, p. 300, tradução nossa), por exemplo, recapitula que nos eventos que precederam a instituição do Tribunato, em 494 a.C., a plebe havia abandonado Roma em massa após ter sofrido o abuso dos nobres em decorrência da expulsão dos reis. A nobreza, "temendo pela defesa da cidade, chamou-a de volta e concordaram em estabelecer os Tribunos". Como podemos notar, Maquiavel insensivelmente descumpra a promessa feita no início do capítulo 4 do Livro I dos *Discursos* que visava abordar os eventos particulares que tumultuaram a cidade desde a morte dos Tarquínios até a criação dos tribunos⁴². Apesar disto, não podemos

⁴² "Não quero deixar de falar dos tumultos que houve em Roma desde a morte dos Tarquínios até a criação dos tribunos; depois, quero dizer algumas coisas contra a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a *virtù* militar não tivessem

desconsiderar que neste caso específico, neste incidente real dos tumultos que Maquiavel pretendia discutir, a plebe, agindo sob a autoridade de Sicinius, se recusou a ir à guerra contra os Équos e retiraram-se em direção ao Monte Sacro. Para reverter essa situação, exigiam que a eles fossem concedidos magistrados próprios: essa rebelião resultou na criação dos tribunos⁴³. De todos os modos, essa circunstância nos revela, novamente, que nas bases desse aperfeiçoamento institucional, encontrava-se, como elemento motriz, a necessidade do Estado equipar-se e valer-se de seus exércitos.

Este posicionamento é reforçado por Gaille-Nikodimov, pois, como afirma, na história romana a formulação de leis em troca da participação na guerra "aparecem como acontecimentos inelutáveis". A longa duração da cidade e de seu império "impuseram adequações constitucionais". De acordo com a intérprete, no encalço de Maquiavel, o povo romano "tinha o costume, para obter uma lei, de recusar-se ao alistamento para guerra ou provocar tumultos". Na realidade, identificamos em Tito Lívio numerosos episódios em que essa barganha era forjada através de tumultos ou da recusa ao alistamento ao exército. Por exemplo, diante do ataque dos Sabinos, em 457 a.C., o alistamento da plebe é negociado em troca de um aumento no número de tribunos do povo. Do mesmo modo, a possibilidade dos casamentos entre membros da plebe e membros das famílias patrícias é concedida à plebe por ocasião da guerra contra os Fidênios e os Etruscos, em 445 a.C. (GAILLE-NIKODIMOV, p. 56).

Assim, no decurso da história, marcada pelos aprimoramentos políticos, essas medidas originaram um Estado em condições militares de conquistar o mundo. Entretanto, reconhecer e permitir as dissensões pelas vias legais é, neste sentido, dar vida a uma república não apenas potente, mas também onde o *vivere libero* se manifesta de modo mais intenso, e, por isso mesmo, onde campanhas bem sucedidas de expansão

suprimido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república" (*Discursos*, I, 4, p. 21). Apesar da promessa, Maquiavel falha em discutir aqueles tumultos particulares, que Tito Lívio descreve no Livro II, entre os capítulos 22 e 32, e dedica sua argumentação contra a opinião dos "muitos", nos tumultos contínuos aos quais devemos olhar para compreender aqueles tumultos particulares.

⁴³ Tito Lívio (1974, p. 352-353) relata este episódio no capítulo 32 do Livro II da *História de Roma*, onde a retirada da plebe e dos exércitos de Roma havia gerado um "grande pânico na cidade" ["*pavor ingens in urbe*"], e os "ânimos de todos estavam suspensos pelo recíproco temor". Os plebeus que haviam sido deixados por seus companheiros na Cidade, temiam a violência dos patrícios; os patrícios temiam que os plebeus que ainda permaneciam na cidade, e não sabiam decidir se preferiam que ficassem ou partissem. "Até quando", se perguntavam, "permaneceria tranquila aquela multidão que havia feito a secessão?". "O que aconteceria se, neste entremeio, surgisse uma guerra exterior?" Acreditavam, diz Tito Lívio, que todas as suas esperanças residiam na concórdia entre os cidadãos, e que esta deveria ser restaurada a qualquer preço.

territorial podem ser levadas a cabo. No final das contas, a "liberdade"⁴⁴ se revela como uma das premissas para o expansionismo do Estado. Como aponta Maquiavel, "a experiência mostra que as cidades nunca crescem em domínio nem em riquezas, a não ser quando são livres" (*Discursos*, II, 2, p. 186-187). Em um governo livre, em uma república, aquilo que é conquistado não se torna propriedade exclusiva de um sujeito, mas soma-se ao bem público. É válido pensarmos que o encurtamento da distância entre a grandeza da pátria e o interesse individual constitui um elemento motivador a mais para o soldado, advindo da plebe, no campo de batalha.

Aquilo que está em questão, conforme nota Helton Adverse (2007, p. 38), "é uma identificação entre o bem da cidade e o bem do cidadão". Mais uma vez, o exemplo romano é paradigmático para ilustrar a tese maquiaveliana: essa cidade, depois que "se libertou de seus reis", tornando-se, portanto, uma república, alcançou admirável grandeza. A razão disto, para Maquiavel, consiste no fato de que aquilo que "engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum [*perché non il bene particolare, ma il bene comune è quello che fa grandi le città*] (*Discursos*, II, 2, p. 187). Apenas uma república capaz de manter a liberdade interna pode voltar-se para campanhas expansionistas bem sucedidas e preservar aquilo que foi conquistado, isto é, manter a liberdade externa. Dessa forma, como salienta Sasso (1980, p. 476-7), "as leis que se fazem por impulso desses dois "humores", potentes e insuprimíveis, são, sempre, leis de liberdade; e "liberdade" significa aquilo que já sabemos: "força", potência, capacidade de conquistar". Todavia, para ser livre "o estado deve ser forte; para ser livre e forte, deve ser "popular" e "democrático"" (SASSO, 1980, p. 475). Como o governo romano provava, a "popularização" e "democratização" das estruturas políticas revelava-se fundamental para a potência e a liberdade estatal. Dar feições factualmente democráticas a Roma significava, segundo o discurso maquiaveliano, depositar a "guarda da liberdade" nas mãos da plebe. Assim, é esse o argumento que doravante analisamos.

⁴⁴ As interpretações acerca da *liberdade* assumem posições discordantes. Sasso (1980, p. 470-471), por exemplo, insiste no fato de que o sujeito e o protagonista da liberdade, para Maquiavel, é, antes de tudo, o Estado: "Em suma, aquilo que conta, para Maquiavel, não é que os cidadãos sejam 'livres', mas que o estado seja efetivamente 'senhor' do seu conteúdo, político e social, e, portanto dure – por isso, e neste sentido, os cidadãos devem ser livres [...]. A liberdade não é, por isso, nada além do termo que compreende em si os atributos do estado 'bem ordenado', na sua forma régia, e, sobretudo, naquela 'republicana'". Ao contrário, Quentin Skinner (2002, p. 186-212) tem proposto uma interpretação que coloca em primeiro plano a liberdade individual, isto é, sustenta que a liberdade teorizada por Maquiavel é considerada como uma forma de liberdade negativa, ligada seguramente a liberdade individual e coletiva. O breve mapeamento aqui apresentado é exposto por Geuna (2005, p. 51, nota 28).

2.3.3 A popularização do governo: a guarda da liberdade ao povo

Como vimos acima, considerando a instituição dos Tribunais da Plebe, os tumultos foram responsáveis por "concederem a parte que cabia ao povo na administração" (*Discursos*, I, 4, p. 23) e, conseqüentemente, representaram uma das condições para a ascensão militar romana. Mas, não se limitaram a isso. As dissensões entre grandes e povo também foram a razão pela qual a "guarda da liberdade" em Roma fosse outorgada à plebe. Essa medida, como veremos, fora essencial para que a estrutura política desta república se voltasse para campanhas de expansão. Com efeito, ordenar um Estado que visasse a formação de um império, como era o propósito romano, dependia fortemente dessa providência. Mais uma vez, o papel fortemente ativo do povo nas instâncias políticas é o elemento condutor da argumentação maquiaveliana.

Assim, retomando a peculiar distinção dos humores, o Secretário florentino iniciava sua exposição ponderando que como "em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda" (*Discursos*, I, 5, p. 24). É justamente essa clivagem de possibilidades que remete o pensamento maquiaveliano a uma análise prática de casos, que orientará o capítulo 5 do Livro I dos *Discursos* – ecoando decisivamente também no capítulo 6 – e que para o trabalho aqui proposto é de singular valor: afinal, em quem confiar a guarda da liberdade? Aos nobres, como fizeram os lacedemônios e, em um tempo mais recente, os venezianos, ou ao povo, como fizeram os romanos? Ou ainda, como veremos a partir do desdobramento desta questão inicial, qual modelo constitucional é preferível às repúblicas, o conservacionista ou o expansionista?

Enfim, em que consiste essa guarda da liberdade? Antes de tudo, compete ressaltarmos que Maquiavel nunca chegou a precisar com clareza se a guarda que estava propondo significava um poder preponderante ou alguma forma especializada de autoridade (POCOCK, 2006, p. 284, tradução nossa)⁴⁵. Contudo, podemos esboçar seu significado enquanto uma esfera encarregada de preservar o conjunto social da tomada absoluta do poder de modo que resultasse na supressão da liberdade e na derrocada do

⁴⁵ Francesco Guicciardini foi um dos primeiros (senão o primeiro) a observar essa carência expositiva de Maquiavel: "Eu não entendo o título da questão, isto é, o que quer dizer o colocar a guarda da liberdade ou no povo ou nos grandes, uma coisa é dizer quem deve ser o governo: os nobres ou a plebe - e disto Veneza é um exemplo porque ali o poder está nas mãos dos nobres já que todos os plebeus têm sido excluídos - e outra, dizer ali onde todos têm uma participação no governo, quem tem especial responsabilidade ou cuidado na defesa da liberdade que se encontra a atribuída tanto aos magistrados plebeus quanto aos nobres, e a isso pode servir o exemplo de Roma, onde, participando nobres e plebe, o magistrado dos tribunais que parecia que tivesse guarda particular da liberdade" (GUICCIARDINI, 1974, p. 617, tradução nossa).

Estado republicano, isto é, uma magistratura de controle. Estar imbuído da guarda da liberdade, como propõe Helton Adverse (2007, p. 41), correspondia no nível institucional "dispor de autoridade para, por meio de seus representantes, exercer magistraturas e, no exercício dessas magistraturas, o povo não deverá visar a dominação". Ser guardião da liberdade implicava "o direito de exercer o poder, seja por via representativa, seja por via direta" e, deste modo, "o reconhecimento (ou concessão) desse direito satisfaz, no âmbito institucional, o desejo de participação na vida pública" (ADVERSE, 2007, p. 41).

Em Roma, a observância pela manutenção da liberdade havia sido depositada no povo, motivada, sobretudo, pelos conflitos entre grandes e plebe; Veneza e Esparta a haviam confiado, através de seus processos ordenatórios, à nobreza. Assim, Maquiavel inicia seu raciocínio ponderando os motivos pelos quais cada Estado confiou essa função a partes diametralmente opostas: "E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la"⁴⁶. Dessa forma, considerando o objetivo dos nobres e o dos plebeus, "veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes". Assim, encarregar o povo da guarda da liberdade é mais prudente, visto que zelam mais por ela e, "não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem". (*Discursos*, I, 5, p. 24). Do outro lado estão as razões de "quem defende a ordenação espartana e veneziana" que afirma que quem deposita a guarda nas mãos dos poderosos realiza com isso duas boas ações: a primeira "é satisfazer mais a ambição deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento"; a segunda reside no fato de que assim "negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe", que é a razão de "infinitas dissensões e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos". (*Discursos*, I, 5, p. 24-25).

Dessa forma o debate é resumido a uma dupla alternativa: a liberdade é

⁴⁶ Segundo Lefort (1972, p. 477) não podemos desconsiderar o fato de que quando Maquiavel escolhe o exemplo romano fala em "seu próprio nome, fazendo preceder o argumento de um "eu digo" (*dico*), enquanto que põe na boca de um interlocutor indeterminado a defesa de Esparta e de Veneza (*chi defende l'ordine spartano o veneto dice*)". Contudo, vale ressaltarmos que a preferência pessoal de Maquiavel pelo regime popular não é o motivo de sua escolha por Roma, uma vez que constrói seu raciocínio pautado em argumentos principalmente históricos. A tradução do notório trabalho de Claude Lefort – *Le Travail de L'Oeuvre: Machiaveli*. Paris: Gallimard, 1972 –, mais uma vez, fora feita para o uso particular do prof. José Luiz Ames, mas a nós concedida.

ameaçada em maior escala por aqueles que pretendem conservá-la – os grandes – ou por aqueles que pretendem conquistá-la – o povo? A resposta para este dilema depende, no final das contas, do caráter do Estado ao qual nos referimos. Por um lado, se considerarmos um Estado que deseja se expandir e conquistar império, a guarda da liberdade deve ser atribuída ao povo, assim como fez Roma. Por outro, se as ordenações visarem uma cidade à qual baste manter-se, essa guarda deve ser confiada aos nobres, assim como Esparta e Veneza haviam feito⁴⁷.

Contudo, Maquiavel aqui apenas enuncia o problema que será tratado no capítulo sexto (onde fará suas considerações pormenorizadas sobre o caráter dos Estados conservacionistas e expansionistas). Aparentemente a questão poderia ser dada como resolvida, uma vez que o problema "a quem confiar a guarda da liberdade?" depende de uma outra premissa, isto é, "qual é o caráter do Estado em questão?". No entanto, o Secretário florentino retorna a um assunto que está intimamente relacionado a este problema e que servirá de base para dar início a desconstrução da tese aristocrata: qual é o tipo de homem "mais nocivo a uma república" aquele que "deseja conquistar", como o povo, ou aquele que "teme perder o que conquistou" (*Discursos*, I, 5, p. 25), como os nobres? Ou seja, qual humor é mais corrosivo ao corpo político se nele depositada a guarda da liberdade?

Nesse ponto Maquiavel realiza um movimento que começa a enfraquecer a tese aristocrata (até abandoná-la inteiramente no final do capítulo sexto, quando dispara o *coup de grâce*), invertendo as considerações tradicionais baseadas em um lugar-comum de matriz nobiliária, que afirmava que a ambição dos indivíduos que nada possuem (liberdade, riquezas, honrarias), e assim desejam conquistar, é muito maior do que aqueles já possuem. Segundo o Secretário florentino, os "enormes tumultos", na maior parte das vezes, são "causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar", e além disso, "os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro" (*Discursos*, I, 5, p. 26). Assim, o temor de perder aquilo que se tem impele os homens a cometerem as mesmas violências que incorrem aqueles que desejam adquirir. Aliás, não existe a possibilidade da pura conservação daquilo que se possui, como demonstra Maquiavel. De fato, conservar é querer sempre mais. Como afirma

⁴⁷ "E no fim, quem examinar tudo sutilmente chegará a esta conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um império, como Roma, ou numa à qual baste manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer tudo como Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta". (*Discursos*, I, 5, p.25)

Claude Lefort (1972, p. 478), a tese de inspiração aristocrática fica totalmente anulada, "pois se revela que repousava sobre uma mentira", isto é, "que o desejo dos grandes não é o de conservar o adquirido, o qual é insaciável, que é desejo mesmo de adquirir". Com isso, o equívoco da noção conservadora, de que os nobres são os verdadeiros responsáveis pela paz civil, é descoberto.

Para retomarmos nossa questão – e para não cairmos em um trabalho puramente analítico – nesse momento seria lícito nos perguntarmos: em que medida o problema da guarda da liberdade e os primeiros indícios da primazia democrática influenciam na grandeza militar romana em sua correlação com os tumultos? Recordemos que atribuir a guarda da liberdade ao povo era uma das condições indispensáveis para servir-se dessa força nos campos de batalha. Incumbir aos nobres essa função era um capricho que apenas os Estados preocupados em manter-se em limites exíguos – portanto sem a necessidade de armar e conceder autoridade política ao povo – podiam desfrutar. Sobretudo, a efetiva participação política da categoria popular não poderia ser opcional às repúblicas que almejassem a ampliação territorial de seus limites. Privar-se do povo nos assuntos do Estado apresentava uma condição muito clara para Maquiavel: não precisar contar com seu apoio, tanto na acepção de "consentimento" às ações soberanas, quanto na efetiva participação e suporte nas assim chamadas "coisas importantes". Excluir o povo significa, em outros termos, inviabilizar qualquer dependência que o Estado possa ter da suma maioria: entre elas, a formação de uma defesa bélica em condições de resguardar os interesses estatais.

Dessa forma, é exatamente para demonstrar a fragilidade das ordenações que sob a evasiva de manter a ordem interna ao Estado incólume de atribuições omitem a participação popular, que Maquiavel traça, no capítulo 6 do Livro I dos *Discursos*, a comparação e a caracterização dos Estados expansionistas em contraposição com os Estados conservacionistas, novamente se servindo dos acontecimentos romanos, espartanos e venezianos.

2.3.4 Entre a conservação e a expansão: a participação política popular e o domínio da Fortuna

A questão que norteia o capítulo sexto é relativamente simples, no entanto as consequências que dela emanam causam um grande impacto. Maquiavel se pergunta: poderia Roma ter chegado à tamanha grandeza (política, territorial e assim histórica) se tivesse eliminado as inimizades entre o povo e o senado? Para conjecturar sobre isso é

necessário, afirma, "recorrer às repúblicas que sem tantas inimizades e tumultos permaneceram livres por longo tempo, vendo que tipo de estado nelas havia, e se era possível introduzi-lo em Roma" (*Discursos*, I, 6, p. 27). Dessa maneira, serve-se de duas repúblicas emblemáticas já familiares ao leitor pela sequência da obra: Esparta, como um exemplo antigo, e Veneza, como um moderno.

Entretanto, antes de se lançar na comparação de fato, Maquiavel se dá conta de que não pode falar de repúblicas diferentes como se fossem iguais, isto é, sem que com isso se entrasse nas peculiaridades de suas histórias. Nesse momento era essencial o "estudo da sua gênese, da sua composição social, dos seus escopos" (SASSO, 1980, p. 481), reconstruindo historicamente os motivos pelos quais Esparta e Veneza ordenaram Estados capazes de apaziguarem os conflitos internos, coisa que Roma não teve a capacidade, ou a pretensão, de fazer, para só então analisar se este modelo era cabível às suas ordenações. Assim, com grande equilíbrio, banindo "todo apriorismo doutrinário, Maquiavel coloca em rigorosos termos históricos o problema de Esparta, Roma e Veneza, e de seu confronto". Não discute, ao menos nesse primeiro momento, "a superioridade de uma sobre a outra", mas "estuda sua gênese, e, deste ponto de vista, a sua fisionomia específica" (SASSO, 1980, p. 483).

As ordenações venezianas, afirma o Secretário florentino, responsáveis por uma constituição equilibrada, surgiram através da deliberação de seus primeiros habitantes e de certo auxílio do acaso [*caso*]⁴⁸. Reunidos sobre "os escolhos onde agora fica aquela cidade", o número dos moradores daquele território havia aumentado de tal modo que, para viverem juntos, necessitavam de leis: destarte, ordenaram uma forma de governo. Deste modo, reunindo-se frequentemente em conselhos [*consigli*] para deliberar sobre os rumos da cidade, "quando lhes pareceu ser seu número suficiente para constituírem uma vida política, vedaram a todos os que ali passassem a morar o acesso à participação em seu governo". Porém, prossegue Maquiavel em tom histórico, com o tempo, muitos habitantes estavam fora da participação do governo, e, com o intuito de dar reputação aos que governavam, nomearam estes "gentis-homens" [*gentiluomini*], e, aqueles outros, "populares" [*popolani*]. Com isso Veneza pôde nascer e manter-se sem tumultos "porque, quando nasceu, todos os que ali moravam então participaram do governo, de tal modo que ninguém podia queixar-se", por outro lado, "os que lá foram morar depois, encontrando o estado fixado e delimitado, não tinham razão nem facilidade para criar

⁴⁸ "Esse modo lhes foi ditado mais pelo acaso que pela prudência de quem lhes deu as leis". (*Discursos*, I, 6, p. 27).

tumulto. (*Discursos*, I, 6, p. 27-28). Todavia, pondera Maquiavel, não tinham razão para tumultuar o Estado porque nada havia sido retirado desses habitantes cuja participação no governo havia sido vedada, tampouco havia facilidade para isso, pois quem "governava os matinha refreados e não os empregava em coisas das quais eles pudessem extrair autoridade" (*Discursos*, I, 6, p. 28).

Esparta⁴⁹, como já frisamos anteriormente, havia recebido suas ordenações de uma só vez pelas mãos de um só legislador, Licurgo. A própria observância dessas leis eliminava as razões para os tumultos. Os lacedemônios, afirma Maquiavel, eram governados por um rei e por um pequeno senado, mantendo a unidade interna de suas ordenações pelo fato de acatarem os preceitos de Licurgo com reverência. Além disso, Esparta era um Estado cujo número de habitantes era restrito e o acesso de forasteiros, vedado. A tranquilidade lacônia era ainda assegurada pelo fato das leis instituídas por seu ordenador terem criado "mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos", uma vez que a cidade padecia de igual pobreza e os plebeus não eram ambiciosos, "pois os cargos da cidade se distribuía por poucos cidadãos e eram mantidos fora do alcance da plebe, enquanto os nobres nunca lhe deram, com maus tratos, desejo de possuí-los" (*Discursos*, I, 6, p. 28-29). Portanto, existiam duas causas centrais para a unidade interna espartana: em primeiro lugar, pela ocasião do número reduzido de habitantes, havia a possibilidade de serem governados por poucos; em segundo lugar, como não aceitavam o ingresso de forasteiros à república, nem as leis nem tampouco os espartanos tiveram a oportunidade de corromper-se de tal modo que isso se tornasse insuportável aos poucos que governavam.

Em outros termos, Veneza pôde preservar a harmonia no interior de seu Estado primeiramente por condições ambientais muito específicas, depois tendo sido a nobreza constituída por todos os seus primeiros habitantes, incluídos no governo da república desde então, os tumultos não encontraram espaço, tampouco razões, para se desenvolverem e marcarem a história da *Serenissima Repubblica di Venezia*⁵⁰. Esparta,

⁴⁹ É oportuno notarmos que Maquiavel trata aqui de Esparta como uma oligarquia feita moderada pela presença dos reis, e não como um verdadeiro governo misto com o poder compartilhado entre príncipe, aristocracia e povo.

⁵⁰ Devemos lembrar que o mito de Veneza povoava o imaginário dos republicanos florentinos desde os tempos de Savonarola, tendo servido, inclusive, de modelo para algumas reformas políticas em Florença. Sobre a influência do mito de Veneza em Florença cf. GILBERT, Felix. La costituzione veneziana nel pensiero politico fiorentino. In: *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977. p. 115-167. Cf. também GAILLE-NIKODIMOV, Marie. L'ideale del governo misto tra Venezia e Firenze: un aristotelismo politico a doppia faccia. In: *Filosofia Politica*. XIX, nº 1, p. 63-76, 2005. Sobre Maquiavel e Veneza cf. GILBERT, F. Machiavelli e Venezia. *op. cit.* p. 319-334.

por sua vez, garantiu a *homonóia* ao assegurar a "igualdade das fortunas" e ao impedir a entrada de estrangeiros, motivo que não possibilitou a corrupção das leis de Licurgo, podendo assim "se manter igual a si mesma por muitos séculos" (BIGNOTTO, 2005, p. 92).

Agora o terreno estava pronto para Maquiavel retomar a questão proposta anteriormente: baseado nesses Estados que suprimiram o conflito, poderia Roma ter chegado aonde chegou se tivesse se ordenado como Esparta ou Veneza? A resposta de Maquiavel é desconcertante: se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos estaria eliminando também as razões que a levaram a ampliar-se. As condições para se estabelecer um governo que suprima os conflitos internos são: "não empregar a plebe na guerra", como fizeram os venezianos, ou "não abrir caminho para os forasteiros", assim como os espartanos. Como Roma havia feito as duas coisas, principalmente empregado o povo na guerra: "deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos" (*Discursos*, I, 6, p. 29). Como não se dedicaram à formação de um império, bastando a manutenção de sua independência, Esparta e Veneza não precisaram conceder ao povo autoridade política, podendo, assim, gozar de paz interna e da estabilidade do corpo político. Roma, por sua vez, decidiu angariar império, como salienta Pocock (2006, p. 285-286), em "um audaz intento de dominar o mundo exterior e, portanto, em favor da inovação e de uma *virtù* que lhe permitisse controlar a desordem que suas próprias ações haviam ajudado a causar". Desse modo, precisou "armar o povo, padecer dos conflitos provocados pelas reclamações de aumentar seu poder e fazer concessões para satisfazer suas exigências".

Em suma, apesar das leis venezianas permitirem a permanência de estrangeiros, o povo era governável, pois, a eles não eram confiadas armas. Essa medida exigia dos dirigentes políticos saídas tergiversadoras, pois buscava suprir a necessidade do aparato bélico através da contratação de armas mercenárias – algo tacitamente rejeitado por Maquiavel –, delegando a estrangeiros um papel que em Roma cabia essencialmente ao seu povo. Esparta, apesar de ter armado uma pequena parcela de seus cidadãos, não admitia forasteiros. Isso impossibilitava, diz Maquiavel, a ocasião para tornar-se corrupta ou crescer tanto a ponto de ficar ingovernável aos poucos que governavam, mas igualmente impedia a concepção e formação de exércitos numerosos. A vital característica espartana, a proibição dos estrangeiros, era também sua principal imperfeição. Contudo, Roma não "permaneceu quieta", os legisladores romanos acolheram os forasteiros e os armaram, dando ao povo "força, aumentando seu número,

e proporcionando a eles infinitas ocasiões para criarem tumultos". Assim, as causas do tumulto foram as causas do crescimento (MANSFIELD, 1996, p. 87, tradução nossa).

A partir disto, o Secretário florentino reintroduz a distinção feita no capítulo quinto entre Estados conservacionistas e expansionistas. Agora, o foco principal são as consequências da distribuição interna do poder na política externa. Deste modo, fingindo imaginar a escolha de um legislador, recomenda adotar um ou outro dos partidos, segundo o fim que atribui ao Estado, estabelecendo nele os meios (LEFORT, 1972, p. 481). Assim, se "alguém [...] quiser ordenar uma nova república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder, como Roma, ou que permaneça dentro de limites exíguos" (*Discursos*, I, 6, p. 30), como Veneza e Esparta.

Por um lado, os ordenadores de repúblicas que desejam que ela se expanda, devem inspirar-se no modelo romano, e "dar lugar da melhor maneira possível a tumultos e a dissensões entre cidadãos; porque, sem grande número de homens bem armados, nunca república alguma poderá ampliar-se, e, caso se amplie, não poderá manter-se" (*Discursos*, I, 6, p. 30). Pois, diz novamente em tom de aconselhamento, "se queres criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não poderás depois manejá-lo a teu modo" (*Discursos*, I, 6, p. 30), ou seja, deverá institucionalizar o conflito e dar *sfogo* aos humores. Por outro lado, para ordenar uma república à qual baste manter-se, assim como Esparta e Veneza, será necessário manter o povo em pequena quantidade e, sobretudo, desarmado "para poderes manejá-lo", e dessa forma evitar os tumultos e dar garantias a um Estado harmonioso. Porém, o ordenador de semelhante república deve ter o cuidado para que as leis e ordenações criadas em tal corpo político sejam feitas de modo que, em hipótese alguma, ela se lance em expedientes de conquista, pois "o crescimento é o veneno de semelhantes repúblicas" de modo que "quem as ordena deve proibir, de todas as maneiras possíveis, que haja conquistas" (*Discursos*, I, 6, p. 30).

Todavia, evitar que um Estado cresça – ou se expanda – independe da vontade de um ordenador ou de ordenações. É impossível encontrar um sistema político que tire do caminho todos os inconvenientes e perigos. A realidade, pondera Sasso (1980, p. 483), é variada, isto é, precisa ser adequada periodicamente, não admitindo medidas unívocas de avaliação. Repúblicas como Esparta e Veneza, decididas a permanecerem em breves termos, estão, na realidade, constantemente expostas às variações da Fortuna. O problema das ordenações que não reconhecem o povo enquanto sujeito político encontra, enfim, seu fatídico desfecho. A carência de um povo armado, decorrente do

modelo aristocrático assumido, fragiliza as estruturas desses Estados caso se voltem para o campo militar, uma vez que as "conquistas, se apoiadas numa república fraca, são motivo de sua ruína", de modo que, "se conquistares domínios, não os poderás conservar ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar" (*Discursos*, I, 6, p. 30).

Contudo, a decisão de não armar o próprio povo para manter a "harmonia" não impede que na turbulenta dinâmica das relações entre potências o Estado, que visa apenas manter-se e não lançar-se em expedientes de conquistas armadas, não sofra o assédio dos territórios que o circunvizinham. O mundo é inamistoso, e decisões tomadas visando apaziguar os ânimos do povo – evitando, assim, os tumultos no interior da cidade – estão derradeiramente fadadas a um catastrófico desfecho. Em outras palavras, diante das imposições da necessidade não existem deliberações. Dessa maneira, caso a cidade conseguisse evitar o contato com seus vizinhos, até poderia limitar seus exércitos e "viver para sempre em uma estabilidade aristocrática", "porém como se trata de uma pretensão impossível, rechaçar a expansão significaria expor-se à fortuna sem pretender dominá-la" (POCOCK, 2007, p. 286).

E foi precisamente este o destino tanto de Esparta quanto de Veneza, paradigmas de repúblicas conservacionistas, provas históricas de que quando tais Estados são impelidos pela necessidade a abandonar seu modelo, se arruínam. Com o propósito de defender sua independência, foram obrigadas a impor-se aos seus vizinhos, tarefa que resultou mal sucedida tanto para elite militar espartana quanto para os mercenários contratados por Veneza. Assim, Esparta, após submeter quase toda a Grécia, "mostrou num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento, porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república". Veneza, por sua vez, "depois de ter ocupado grande parte da Itália – e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia –, quando precisou dar provas de suas forças, perdeu tudo em uma só batalha" (*Discursos*, I, 6, p. 31), a saber, contra a liga de Cambrai, formada exatamente para conter o expansionismo veneziano.

Assim, tanto Esparta quanto Veneza foram incitadas a abandonar seu modelo de conservação, pois a necessidade as direcionavam até mesmo para onde a razão as proibia de ir. Uma república ordenada desse modo, mas forçada pela necessidade a ampliar-se, teria seus fundamentos destruídos e seria levada prematuramente à ruína, já

que a necessidade é mais poderosa que a razão⁵¹. Como ressalta o Secretário florentino, "todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas", portanto, "é preciso que estejam subindo ou descendo (*Discursos*, I, 6, p. 32)⁵². Ou seja, é impossível determinar *a priori* o posicionamento do Estado diante de situações extremamente singulares e peculiares, como é o caso das tensões armadas entre potências. Como propõe Lefort (1972, p. 481), é vão erigir a segurança em um princípio de ação, "pois os efeitos do tempo não poderiam ser dominados por ninguém".

Por outro lado, conjectura Maquiavel em um argumento hipotético, se o "Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria [a cidade] efeminada ou dividida; coisas que, juntas ou cada uma por si, seriam razão para sua ruína" (*Discursos*, I, 6, p. 32). *Ozio* que representa o elemento desordenador dos Estados, pois a *virtù* "gera a tranquilidade, a tranquilidade gera o ócio; o ócio a desordem, e a desordem, ruína". É por isso, prossegue, que os "homens prudentes observaram que as letras vêm depois das armas e que nas províncias e nas cidades os capitães nascem antes dos filósofos": depois que as "boas e ordenadas armas geram vitórias, e as vitórias geram a tranquilidade, a forteza da coragem guerreira não pode ser corrompida com mais honesto ócio do que com o ócio das letras". E o ócio, "não pode entrar nas cidades bem instituídas com maior e mais perigoso engano do que esse" (*História de Florença*, V, 1, p. 281-282)⁵³. De certo modo, a potência parece ser a única chave para a sobrevivência estatal. Isto é, as repúblicas não podem sobreviver a não ser ampliando continuamente seus domínios (AMES, 2009, p.189-190). Essa providência permite que o Estado não seja o objeto da ambição das cidades vizinhas, nem tampouco que a ociosidade de seus cidadãos encaminhe suas ordenações à ruína política.

⁵¹ "[...] a muitas coisas que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo à ruína" (*Discursos*, I, 6, p. 32).

⁵² No Proêmio do Livro II dos *Discursos*, Maquiavel reintroduzia essa ideia afirmando que "como estão sempre em movimento, as coisas humanas ora sobem, ora descem" (*Discursos*, II, Proêmio, p. 178), e, na *História de Florença*, esclarece que "não permitindo a natureza que as coisas mundanas tenham parada, quando elas chegam à sua máxima perfeição, não podendo subir mais, é mister que desçam; e, assim também, depois de descerem e pelas desordens chegaram à máxima baixeza, como já não podem descer, haverão necessariamente de subir, e, assim, sempre se desce do bem ao mal, e do mal se sobe ao bem" (V, 1, p. 281).

⁵³ Maquiavel retoma, tanto o exemplo veneziano e espartano, como a conclusão, no *Asino*: "*San Marco impetuoso ed importuno, / credendosi aver sempre il vento in poppa, / non si curò di ruinare ognuno; / né vide come la potenza troppa / era nociva, e come il me' sarebbe / tener sott'acqua la coda e la groppa*" (§43-45). Do mesmo modo: "*Atene e Sparta, di cui sì gran nome / fu già nel mondo, allor sol ruinorno / quando ebber le potenze intorno dome*" (§58-60). E conclui: "*La virtù fa le region tranquille: / e da tranquillità poi ne risolta / l'ozio: e l'ozio arde i paesi e le ville*" (§94-96). Para o poema, cf. o volume III da edição *Opere* de Corrado Vivanti, p. 51-78.

Destarte, das formas institucionais analisadas por Maquiavel, a romana é a única que se revela como salutar. As ordenações e disposições políticas da república latina possuíam a capacidade de lidar e dominar as eventualidades da Fortuna de modo eficaz, diferente de Esparta e Veneza que, retraídas em sua aspiração de concórdia, permaneciam à mercê de seus desígnios. Para Maquiavel, não existe "*via del mezzo*" entre os modelos republicanos examinados. Toda a sua argumentação é construída buscando consolidar a preferência pela opção de um regime democrático. "Creio", afirma o Secretário de Florença, "ser necessário seguir a ordenação romana, e não a das outras repúblicas", pois "não acredito ser possível encontrar um meio-termo entre uma e outra, e as inimizades que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente necessário para se chegar à grandeza romana" (*Discursos*, I, 6, p. 32). Portanto, o ordenamento político romano é o paradigma constitucional a ser imitado, por possuir um maior domínio contra as eventualidades impostas pela Fortuna; e, se por um lado, a República não durou oitocentos anos, como Esparta, por outro conquistou o mundo com exércitos que eram fruto de seu profícuo *vivere libero*. Deve-se, conclui Maquiavel, escolher o partido mais honroso, aquele que, caso a necessidade exigisse a ampliação, assim estivesse em condições de fazê-la, além de estar apta para conservar aquilo que já tivesse sido conquistado. Ou seja, deve-se escolher a opção constitucional que estivesse preparada "para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas" (*O Príncipe*, XVIII, p. 85).

Enfim, considerando o propósito de analisar os eventos que possibilitaram que a república romana se tornasse uma imponente potência política-militar, identificamos, na base desse poderio, a dissensão entre grandes e povo e o respectivo entrechoque dos desejos, ou seja, os tumultos. A necessidade de valer-se do povo nos assuntos do Estado – e, em uma instância mais urgente, nos assuntos militares – foi responsável por forçar as ordenações daquela cidade a reconhecerem institucionalmente o papel do desejo popular no jogo político. Aliás, podemos afirmar, que foi a própria necessidade militar um dos elementos motrizes para o aperfeiçoamento constitucional romano em direção a uma república democrática sob o governo misto. Assim, como consequência desse reconhecimento, foi possível transformar o povo, a plebe, os *ignobili*, não apenas em soldados, mas em um exército em condições de conquistar o "mundo" e assegurar com firmeza os interesses do Estado – destreza pela qual Maquiavel estenderia o *status* de paradigma também à organização das disposições militares romanas.

No sentido em que aqui argumentamos, democratizar o governo nos regimes republicanos significava, para Maquiavel, o máximo controle possível das investidas da Fortuna. A exemplaridade de Roma, nessa esteira interpretativa, consistia justamente em sua maleabilidade para enfrentar as variadas situações impostas ao Estado e ao governo na dinâmica política. Diferentemente das repúblicas conservacionistas e aristocráticas, que também padeciam da divisão dos humores, Roma não buscou sufocar os conflitos em nome de uma pretensa harmonia. Cidades como Veneza e Esparta, que suprimiram os conflitos entre as partes exatamente por privarem o povo de sua dimensão política, foram obrigadas a desestabilizarem o equilíbrio interno a partir dos eventos que assombravam a ordem externa. Negando o reconhecimento do papel político do povo – neutralizando assim os riscos e inconvenientes que os tumultos portavam consigo – acabaram por encaminhar suas ordenações aristocráticas ao caos militar externo.

Em outros termos, a *possibilidade* de haver conflitos internos é a responsável principal pelo asseguramento da eficácia dos conflitos externos. Isto é, regular institucionalmente os eventos que atribulam a ordem política interna é dar garantias que para que os confrontos externos vindouros, e de certa maneira inevitáveis e alheios à vontade do Estado, sejam bem sucedidos. Com essas medidas, não apenas a autonomia política da república diante das demais potências estaria assegurada, mas a própria liberdade interna, característica essencial deste regime político, poderia permanecer incólume. Assim, a liberdade externa se revela como complemento para a manutenção da liberdade interna: indivíduos, grandes e povo só podem gozar da liberdade que lhes é peculiar (desejando dominar ou não ser dominado) se a liberdade do Estado for assegurada. E foi precisamente isso que a *virtù* romana possibilitou que a República fizesse, nos diz Maquiavel, imortalizando seu nome na história como um Estado livre e de admirável capacidade militar.

De todos os modos, reconhecer o papel popular no interior das estruturas de governo era uma medida que não apenas serviu a Roma, mas que deveria ser observada também pelas repúblicas modernas. É esse o ensinamento primeiro que a história romana pode oferecer para os legisladores e governantes contemporâneos a Maquiavel. Assim, notamos que o discurso maquiaveliano – tanto aqui, quanto nos principados, como veremos – se encaminha para este forte apelo em referência à tomada de consciência da função popular no seio dos regimes políticos. Também em *O Príncipe*, a formação do elemento militar estará atrelada ao modo como o soberano se relaciona

com essa fundamental categoria de indivíduos. E é justamente sobre esta interação que doravante nos deteremos.

2.4 A questão militar nos principados: da guerra à política, dos príncipes ao povo

Nesse momento, algumas questões naturalmente saltam aos olhos do leitor acostumado com o *corpus* maquiaveliano. Como fica patente, até aqui, concentramos nossos esforços para delimitar os modos por meio dos quais a imprescindibilidade da estrutura bélica se manifesta na dinâmica da díade de armas e leis no interior do regime republicano, isto é, no modelo político priorizado por Maquiavel em sua exposição nos *Discursos*. Entretanto, nessa instância, uma série de perguntas são não apenas pertinentes, mas cruciais ao desenvolvimento de nossa argumentação: como a necessidade da mesma estrutura bélica é apresentada pelo Secretário florentino também nos principados? Quais são as implicações políticas que a necessidade da esfera militar desempenha no interior do regime que rendeu ao pensamento maquiaveliano a controversa e ambígua – má – fama⁵⁴ no desdobrar da história? Quais providências devem ser adotadas para que as armas possam desempenhar seu papel basilar no jogo político? Em suma, em que medida a "fundamentabilidade" de um corpo armado se manifesta e reflete na estrutura política de um Estado cuja forma de governo é o tema central de *O Príncipe*?

2.4.1 O nexa entre guerra, política e povo em *O Príncipe*

No decorrer de uma leitura sequencial da obra magna do Secretário florentino, após uma eloquente discussão acerca das diferentes espécies de principados (hereditários, mistos, ou inteiramente novos) e das diversas vias de ascensão ao poder (por *virtù* e armas próprias, por fortuna e armas alheias, por atos criminosos e por apoio civil), Maquiavel interrompia sua incisiva investigação política para voltar-se, ao menos parcial e aparentemente, para algumas considerações pertinentes ao poder militar. Assim, um notável espaço no interior da estrutura argumentativa de *O Príncipe* era reservado aos problemas marciais: são justamente as reflexões sobre o poder bélico o núcleo temático que norteia o conjunto de capítulos situados entre o décimo e o décimo

⁵⁴ Para a construção dessa fama no curso da história e, de certo modo, de seu caráter pejorativo, remetemos ao trabalho de Davide de Camilli, *Machiavelli nel tempo: la critica machiavelliana dal Cinquecento a oggi*. Pisa: Edizioni Ets, 2000.

quarto⁵⁵. Entretanto, o discurso que aparentemente guinava para os apontamentos técnicos acerca das concepções dos exércitos, é novamente reassumido e incorporado diretamente aos modos de ação do poder principesco. Portanto, é mais uma vez na intersecção de guerra e política que o pensamento maquiaveliano também em *O Príncipe* é construído.

Na realidade, este nexos se revela como um dado constante neste momento específico da obra. Nos principados a interação entre "armas" e "leis", de maneira similarmente fundamental àquilo que acontecia nos regimes republicanos, será de extrema relevância. Entretanto, o pensamento maquiaveliano que transita entre esses âmbitos só se torna compreensível na medida em que acrescentamos um outro fator à equação político-militar: o povo. De fato, a relação entre o campo bélico e o legal apenas pode ser efetivada a partir do momento em que balizamos a real importância do elemento popular no jogo político. Dito de outro modo, o diálogo entre guerra e política nos principados passa, primeiramente, pela interação entre súditos e príncipe.

Vemos, por exemplo, Lefort atribuir à relação entre governantes e governados o motivo pelo qual Maquiavel retoma o problema acerca do poderio militar no opúsculo. Segundo o intérprete, essa temática já havia sido abordada em diversas passagens, como a conquista de Milão por Luís XII no capítulo III e a da Romanha por César Borgia no VII, fornecendo a ocasião para enunciar alguns princípios⁵⁶. No entanto, se o Secretário florentino recobra a questão é porque "ela se esclarece em conexão às considerações precedentes sobre a relação que um príncipe deve manter com súditos". Assim, as exigências de uma autoridade fundada sobre o povo, uma vez descobertas "irão determinar a ideia de um modo e de uma organização militar específicas" (LEFORT, 1972, p. 389).

Na dinâmica dos humores constitutivos dos organismos políticos, no

⁵⁵ O capítulo XI, voltado aos Principados Eclesiásticos, aparenta estar deslocado quanto ao eixo temático deste conjunto de capítulos. Contudo, como argumenta Lefort (1972, p. 394), uma leitura mais atenta revela que a crítica da política dos papas se mescla àquela de um sistema de defesa característico de alguns Estados contemporâneos. Com os olhos voltados para o modo de ação político eclesiástico, esboçando suas primeiras críticas ao sistema mercenário, "Maquiavel se interroga sobre suas origens e põe em evidência o papel desempenhado pela Igreja na sua instituição". Portanto, "parece que a impotência dos Estados de formar um exército de cidadãos tem alguma coisa a ver com a da Igreja, naturalmente destinada a recrutar suas tropas de fora", de modo que "o espetáculo de sua impotência para conceber as necessidades do governo e da defesa revela a exigência de uma política fundada sobre as armas e de um sistema militar fundado sobre uma política" (LEFORT, 1972, p. 395).

⁵⁶ A argumentação que precede os capítulos voltados aos assuntos militares traria, diz Lefort, dois princípios centrais: "em primeiro lugar, que o sucesso do príncipe supõe um cálculo exato das relações de força, não somente tais como elas estão estabelecidas no presente, mas tais como elas irão se modificar sob o efeito de sua própria ação; em segundo lugar, que as tropas mercenárias ou auxiliares jamais são seguras e que ele precisa dispor de armas próprias" (LEFORT, 1972, p. 389).

entrechoque permanente dos desejos – como caracterizamos anteriormente – cabe, ao príncipe, encontrar no povo seu alicerce, ou seja, naquela "parte" definida pelo fato de não possuir nem poder nem riqueza, mas por constituir o conjunto majoritário da população. Nos principados, do mesmo modo que ocorria nos regimes republicanos, a natural cisão obriga os dirigentes políticos a lidarem com essas duas categorias. Se nas repúblicas a possibilidade da estabilidade política – entendida como o não dilaceramento do tecido social pelas guerras civis – e militar passava pelo reconhecimento do papel popular na esfera pública, a mesma estabilidade será determinada, nos principados, pela relação estabelecida entre príncipe e povo. Em outros termos, apenas a "benevolência" popular pode conferir solidez aos governos principescos.

Conforme afirma Maquiavel, "os estados organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em satisfazer o povo e fazê-lo contente", pois "esta é uma das principais funções que cabem a um príncipe" (*O Príncipe*, XIX, p. 90). Então, ao relacionar-se com grandes e povo, o governante deve compreender seus respectivos anseios e dar preeminência ao desejo popular, visto que buscam apenas não ser ofendidos pelos grandes. Fundar o governo sobre o povo é, portanto, conferir solidez às estruturas bélicas e legais do Estado. Se por um lado um príncipe "deve valorizar os grandes", por outro deve "não se fazer odiar pelo povo" (*O Príncipe*, XIX, p. 91), conquanto essa valorização não implique em medidas que suscitem a aversão popular.

Sob essa perspectiva, endossamos o posicionamento de Frosini (2004, p. 21), segundo o qual se considerarmos a política do ponto de vista da *inovação*⁵⁷, isto é, como um projeto que visa a fundação de um Estado novo sob a tutela de um sujeito de *virtù* – como era, de certo modo, o propósito de *O Príncipe* –, o nexos entre o ato do indivíduo de *virtù* que leva a ação a efeito e a inovação se torna impensável sem a efetiva participação do "povo". Dessa maneira, se a "política é um projeto inovativo [*innovativo*], a inovação se definirá em relação à solidez que consegue conferir à nova construção, e esta solidez dependerá inteiramente do modo pelo qual o príncipe

⁵⁷ O intérprete desenvolve seu argumento alegando que existe "[...] do capítulo II ao VII [de *O Príncipe*] uma *progressão*, cujo critério é a progressiva extinção de qualquer ligação objetiva entre a situação nova e a velha: os Estados mistos têm um fundamento maior do que os inteiramente novos nascidos *unicamente pela virtù*, os quais por sua vez têm um fundamento maior do que os nascidos *unicamente pela fortuna*, etc. Esta progressão visa à formulação do tema da *inovação enquanto inovação*, ou seja, da *política enquanto política*" (FROSINI, 2004, p. 20). A *virtù*, por seu turno, é o elemento que afasta deste projeto a incerteza acerca da impossibilidade de sua realização.

consegue *envolver o povo neste empreendimento*".

Assim, o grupo de capítulos voltado à temática militar, que – como veremos no próximo capítulo – representa, via de regra, um brado angustiado em prol das armas próprias e uma análise desanimadora da conjuntura política (e, portanto, militar) italiana, será perpassado por essa precípua relação entre súditos e príncipe. Enfim, como a argumentação de Maquiavel nos orienta, as condições de possibilidade para a defesa autônoma dos Estados pelos meios armados dependerá do modo pelo qual o poder principesco se relaciona com os súditos sob sua regência. Se, por um lado, o Secretário florentino não chega aos termos de esboçar uma reflexão sistematizada acerca da importância do *apoio* popular enquanto mecanismo legitimatório do governo – alheio, inclusive, a configuração de poder no principado –, por outro acaba por revelar a necessidade do príncipe de não prescindir de certa estima popular, tanto para assegurar seu governo político quanto para garantir o poderio bélico do Estado.

2.4.2 Entre a necessidade de armar-se e a necessidade das armas próprias

Antes de adentrarmos em uma investigação mais pormenorizada acerca do vínculo entre povo e príncipes, é relevante nos atentarmos para os motivos pelos quais a urgência para a constituição do elemento armado emana também nos principados. De fato, no campo da política internacional, nas frágeis fronteiras que separam provisoriamente interesses estatais frequentemente diversos, não existe a isenção para a iminência dos conflitos armados. Todos os regimes políticos estão submetidos, indiferentemente, à inconstância dos acordos entre potências. Os Estados devem lidar, necessariamente, com este risco virtual que ronda – e assombra – os limites das relações internacionais. Como nos recorda Lefort (1972, p. 392), é preciso unicamente entender que as "tarefas militares se colocam imediatamente diante da realidade do Estado e se impõem a qualquer governo, seja qual for a natureza do regime".

De certo modo, o posicionamento maquiaveliano assumido nas *Parole* pode ser transposto adequadamente para o caso dos principados⁵⁸. Nesse texto, recordemos, o

⁵⁸ Pinzani (2006, p. 52), por exemplo, afirma que nesse escrito Maquiavel chega até mesmo a esboçar um modelo de relações internacionais que mais tarde se tornaria famoso na história do pensamento político como "modelo hobbesiano": os indivíduos são obrigados pela lei a manter a palavra dada, mas os Estados se curvam apenas diante da força das armas, pois não existe nenhum ordenamento jurídico internacional. Sobre este ponto, vemos Clausewitz harmonizar com Maquiavel, de quem herdou a "teoria da política internacional". Para ele, "o Estado é o ator político mais importante, e, por natureza, busca seus próprios interesses que se chocam periodicamente com os de outros Estados. A guerra é, portanto, uma característica permanente e inevitável da política internacional, mantendo-se uma possibilidade constante, assim como o combate é uma possibilidade constante na guerra" (SMITH, Hugh, 2004, p. 223).

Secretário florentino afirmava que se "entre os homens privados são as leis, os escritos e os pactos o que fazem observar a fé", entre os "senhores somente as armas a mantêm" (*Parole*, p. 14). Isso decorre do fato de que toda cidade, "todo Estado, deve reputar como inimigos todos aqueles que possam tratar de ocupá-lo e aqueles contra os quais ele não pode se defender": jamais existiram "nem um Senhor nem uma República sensatos que quiseram manter seu Estado a mercê dos outros, ou que mantendo-o acreditassem havê-lo seguro" (*Parole*, p. 13).

Da mesma maneira que acontecia nos regimes republicanos, armar-se, para o príncipe, significa dominar parcialmente as eventualidades da Fortuna. Segundo Maquiavel, em termos análogos às *Parole*, "sem armas próprias nenhum principado estará seguro". Aliás, prossegue o Secretário florentino, "estará inteiramente à mercê da fortuna, não havendo *virtù* que confiavelmente o defenda na adversidade" (*O Príncipe*, XIII, p. 66). Isto posto, a imprescindibilidade do fator militar faz referência à sua capacidade de dominar a metade das ações que a Fortuna deixa a cargo dos homens, ou seja, de precaver-se contra as eventualidades que escapam ao pleno controle humano⁵⁹. Formar uma estrutura armada é construir, de acordo com as palavras de Maquiavel, as "barreiras e diques" para controlar a ação impetuosa da fortuna, "que demonstra a sua força onde não encontra uma *virtù* bem ordenada, pronta para lhe resistir e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la" (*O Príncipe*, XXV, p. 120). E, não sem razão, as palavras de Tácito se adequam ao discurso maquiaveliano, afinal "nada há de mais instável e fraco do que a fama de uma potência que não se apoia na própria força" (*O Príncipe*, XIII, p. 67)⁶⁰.

A necessidade dos exércitos, desse modo, se apresenta a todas as formas de principados, sejam eles mistos, hereditários ou novos. Não importa, ao agente político, a via pela qual ascendeu ao poder, se com armas e *virtù* próprias, ou com armas e fortuna alheias, através de atos criminosos, ou por meio do favor de seus concidadãos: armar-se é uma obrigação inexorável nas relações de força, que não leva em consideração as peculiaridades de cada forma de ascensão ao principado. Nesse sentido, não podemos aceitar, sem ressalvas, a interpretação que Sasso nos apresenta sobre este ponto. De

⁵⁹ "[...] já que o nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase" (XXV, p. 119).

⁶⁰ Maquiavel cita de memória a passagem: "*quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potential non sua vinixa*". Em Tácito (*Annale*, XIII, 19), lemos: "*nihil rerum mortalium tam instabile ac fluxum est quam fama potentiae non sua vi nixae*". Em tradução livre, "nada nos assuntos mortais é tão instável e fugaz do que a fama de um poder que depende de uma força que não a sua própria" (cf. TACITUS, *The Annals*. Trad. de A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004. p. 253).

acordo com o intérprete, o tema das armas em *O Príncipe* estaria essencialmente conectado com o tema dos principados civis⁶¹. Organizar um exército próprio passaria, antes de mais nada, pela questão da "*civiltà*" dos principados.

Essa forma de configuração do poder principesco, tema do capítulo IX, é constituída quando "um cidadão particular se torna príncipe de sua pátria, não por atos criminosos nem outras violências intoleráveis, mas pelo apoio de seus concidadãos". Considerando a cisão natural dos organismos políticos, "digo que se ascende a este principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes" (*O Príncipe*, IX, p. 43). Resumida e sumariamente⁶², Maquiavel deixa claro que independente do modo pelo qual o cidadão torna-se príncipe, se com o favor do povo ou dos grandes, é em prol dos interesses populares que deve voltar sua atenção: "quem se tornar príncipe pelo favor do povo deverá manter sua amizade, o que será fácil, pois tudo que lhe pedem é não serem oprimidos". Contudo, quem se tornar príncipe pelo favor dos grandes "e contra o povo deverá, antes de qualquer coisa, procurar conquistá-lo, o que também será fácil, se lhe der proteção" (*O Príncipe*, IX, p. 45). Por isso, o príncipe que se apoia no povo, que "pode comandar" e é um "homem de coragem", "que não se deixa abater na adversidade" nem negligencia outras providências, que mobiliza "a maioria com seu ânimo e seu regime", "jamais ficará desiludido com o povo e verá que lançou bons fundamentos" (*O Príncipe*, IX, p. 46).

Disto, entende Sasso, que "civil" é o príncipe que governa no interesse do povo. Nesse sentido, argumenta, é perfeitamente viável que no exercício do poder o principado torne-se "não civil", caso o governante, ascendido à sua posição através do "favor dos grandes" – merecendo, por isso, o título de civil – governe em nome destes e contra o povo. Por outro lado, a situação contrária também pode acontecer, isto é, quando aquele que tornado príncipe com a violência, a crueldade e a usurpação, ganha, no "exercício concreto do poder" em benefício ao povo, "o título da *civiltà* que, apesar da gênese, certamente não o pertenceria por direito"⁶³. Para o intérprete a garantia para a

⁶¹ "O tema das "armas" está conectado com outro, dos "principados" que devem ser "civis", fundados sobre o "favor" do povo e não sobre a arrogância dos "grandes"". (SASSO, 1980, p. 344). Sasso aborda a questão dos principados civis em *Niccolò Machiavelli: storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino, 1980. p. 342-357.

⁶² Não podemos aqui realizar uma investigação aprofundada acerca dos principados civis. Para isso, obviamente, cf. o capítulo IX de *O Príncipe*, p. 43-47. Remetemos também ao estudo interpretativo de Paul Larivaille, Il capitolo IX del Principe e la crisi del «principato civile» in *Cultura e scrittura di Machiavelli: Atti del convegno di Firenze-Pisa 27-30 ottobre 1997*. Roma: Salerno, p. 221-239.

⁶³ O comentador italiano vai além, pois, segundo ele "*O Príncipe* é certamente [...] uma descrição dos principados guiada por um critério de valor e, por consequência, por uma "escolha". O critério de valor, e a escolha que consegue à sua consciente assunção, são constituídos pelo "principado civil"". (SASSO,

civiltà não está, portanto, fixada na origem do principado, mas se fundamenta no desenrolar político. Assim, só pode ser "civil" o Estado governado em benefício do povo, onde o título da *civiltà* seja adequado pelo fato do poder principesco estar voltado para "defender o povo contra a ambiciosa rapina dos grandes" (SASSO, 1980, p. 349): apenas com essa medida as armas próprias se tornariam uma realidade possível.

Ora, o equívoco de Sasso está em estender o título de "civil" a todo e qualquer regime principesco que, alheio a sua origem, volte a atenção do poder soberano à angariação da amizade popular. Entretanto, Maquiavel deixa claro que a "*civiltà*" faz referência *apenas* à forma de ascensão ao poder, e não precisamente ao seu exercício. Podemos concordar, com efeito, que a formação dos exércitos próprios nos principados civis gozaria de uma relativa tranquilidade, considerando que a distância entre povo e príncipe seria diminuída: por ser um indivíduo advindo da "classe" dos governados, sendo alçado ao poder por uma fortuita exigência "aristocrática" ou "democrática", e reconhecendo a necessidade de estabelecer os fundamentos do seu governo sob o alicerce popular, o elemento bélico seria mais facilmente constituído.

No entanto, no exercício do poder, nenhum principado pode tratar os interesses populares de modo marginal. Maquiavel é enfático quando afirma que nenhum governo – seja ele republicano ou principesco – é estável se fundado na contracorrente popular. Porém, esse fato não nos permite desdobrar a "*civiltà*" para todos os Estados que dão preeminência aos anseios do *populo*. Assim, é de certo modo incontestável que nenhuma das várias configurações do poder principesco pode privar-se de certa estima popular: tanto os principados conquistados pelas armas próprias e pela *virtù* – como aconteceu com Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu –, ou aqueles conquistados pelas armas e fortuna de outros – como foi o caso de César Borgia –, quanto dos que chegaram ao principado pelas vias criminosas e nefandas – como Agátocles Siciliano – ou pelas mãos dos próprios cidadãos.

Nessa instância, seguramente podemos nos colocar a seguinte interrogação: partindo do caráter inevitável do Estado em possuir uma estrutura militar para assegurar sua autonomia nas relações de força entre potências, quais são as características do exército do qual o príncipe deve servir-se? Ou, melhor dizendo, como Maquiavel considera e qualifica os exércitos disponíveis ao poder soberano? De acordo com o

1980, p. 345). Assim, essa obra não é "como por séculos se repetiu, e por muitos ainda se repete, uma teoria da tirania, mas é porém uma teoria do principado "civil"" (SASSO, 1980, p. 347).

Secretário florentino, "as armas com que um príncipe defende seu estado ou são [a] próprias ou [b] mercenárias ou [c] auxiliares ou mistas" (*O Príncipe*, XII, p. 57).

[a] As *arme proprie* são aquelas formadas pelos próprios súditos de um principado, ou cidadãos de uma república; são organizadas e treinadas *pessoalmente* pela figura do príncipe, ou por indivíduos subordinados e regulados pelo governo republicano. Com essas tropas, que serão a ideia medular de a *Arte da Guerra* – como exporemos no próximo capítulo – o poder militar está absolutamente submetido ao poder político. [b] As *arme mercennarie*, por sua vez, são as tropas contratadas a soldo sob a capitania de um *condottiero*, que se "alugam" inteiramente a um principado ou a uma república que esteja disposto a arcarem com suas exigências monetárias. Aqui, o campo bélico e o político enfrentam uma abrupta cisão: os soldados, nesse caso, não estão submetidos ao controle estatal, mas aos desígnios de um capitão independente, cujos interesses, frequentemente, não condizem com os anseios das repúblicas e principados. [c] Já as *arme ausiliare* são os exércitos enviados por outra potência com o intuito de auxiliar na defesa armada de um Estado ao qual não pertencem. Também nesse caso a interação entre os poderes é anulada, uma vez que essas tropas estão submetidas e respondem a uma *outra* autoridade soberana: ao invés de assegurarem a autonomia política dos Estados através da imponentia das armas, acabavam por proporcionar um efeito diametralmente inverso, fragilizando-as.

Então, logo após estabelecer essa tipologia, Maquiavel se apressava em ponderar que as armas "mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas" (*O Príncipe*, XII, p. 57). Em primeiro lugar, as armas auxiliares ou mistas, assim como as mercenárias, são "outra arma inútil", sendo úteis e boas apenas para si mesmos, "mas, para quem os chama, são quase sempre nocivos", isto é, "quando perdem, és derrotado junto com eles e, quando vencem, te aprisionam" (*O Príncipe*, XIII, p. 63). Portanto, pondera em uma passagem carregada de ironia, "quem quiser não poder vencer [*colui [...] che vuole non potere vincere*] deverá valer-se desses exércitos". Afinal, as tropas auxiliares são ainda mais nocivas do que as mercenárias, considerando que "a ruína é inevitável, pois são todos unidos e voltados à obediência de outrem" – ou seja, do governante do Estado ao qual estão submetidos – enquanto os mercenários "para te molestar, mesmo tendo sido vencidos, precisariam de mais tempo e melhor ocasião, pois não formam um corpo e são organizados e pagos por ti" (*O Príncipe*, XIII, p. 64).

Em segundo lugar, o governante que funda a segurança de seu governo e de seu Estado em armas mercenárias, como era o caso de grande parte das cidades italianas,

"jamais estará seguro e tranquilo", pois elas são "desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infieis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem probidade para com os homens" (*O Príncipe*, XII, p. 57-58). Nesse sentido, com um pessimismo em tons quase proféticos, o Secretário florentino prossegue alertando para que "o príncipe apenas terá adiada a sua derrota pelo tempo que for adiado o ataque, sendo espoliado por eles na paz e pelos inimigos na guerra". Isso decorre do fato de que os mercenários não têm "outra paixão nem razão" que os mantenham em campo "senão um pequeno soldo, que, todavia não é suficiente" para motivá-los a "morrer por ti". (*O Príncipe*, XII, p. 58)⁶⁴.

Ora, era justamente ao emprego quase exclusivo de exércitos capitaneados por *condottieri* que Maquiavel atribuía a situação calamitosa na qual a península itálica se encontrava diante dos demais Estados, pois "[...] a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias" (*O Príncipe*, XII, p. 58). Afirma, ironicamente, que o resultado da "*virtù*" dessas armas foi sua pátria ter sido "invadida por Carlos, pilhada por Luís, violentada por Fernando e vilipendiada pelos suíços" (*O Príncipe*, XII, p. 62). Ou seja, um cenário político-militar desolador, que poderia ser contornado pela formação de exércitos próprios.

Contudo, ao atacar indistintamente qualquer forma militar que se apresentasse exterior ao Estado, Maquiavel teria – conforme acusam uma série de comentadores e historiadores – incorrido em um equívoco histórico-político: o Secretário florentino teria incluído, indiferentemente, em um mesmo grupo *mercenários* comandados por *condottieri* e *soldados profissionais*, rechaçando o uso de *qualquer* força profissional, alheio as particularidades de cada exército. Pieri (1952, p. 533, tradução nossa) alega, por exemplo, que Maquiavel teria generalizado sua "profunda e quase inata aversão à profissão militar para envolver em uma única e cruel condenação toda forma, não apenas de mercenarismo, mas de profissionalismo". De acordo com essa chave de leitura, o desacerto maquiaveliano teria sido o de não compreender o papel fundamental que algumas tropas profissionais desempenham em certos exércitos, como o da monarquia francesa e espanhola, serviam-se de soldados suíços e lansquenetes alemães, mas que, todavia, não recorriam às "companhias de ventura" comandadas pelos

⁶⁴ A inutilidade dos mercenários, retomava Maquiavel no capítulo 43 do Livro I dos *Discursos*, reside, em parte, no fato de não possuírem outro motivo "para se manterem firmes além do pouco de soldo que lhes é dado. Motivo este que não é nem pode ser bastante para mantê-los fiéis e amigos, capazes de morrer por ti" (p. 132). Aqui, devemos realizar um adendo metodológico: do mesmo modo que a incisiva crítica maquiaveliana às tropas mercenárias se encontra diluída em diversos momentos, também a retomaremos em várias ocasiões.

condottieri.

Nesse contexto, os soldados mercenários profissionais e as companhias de ventura não poderiam ser unidos sob uma mesma definição. Esses últimos eram cavaleiros pouco numerosos, que se alugavam "como um todo a um senhor ou uma república". Os mercenários, como os suíços e os alemães, por sua vez, formavam parte da infantaria e estavam "integrados em outras unidades regulares sob o comando do rei da Espanha ou da França" (VEGAS, 2009, p. 149, tradução nossa). De acordo com Chabod (1964, p. 77, nota 1), confundem-se aqui dois fatos que poderiam ser distintos: por um lado, havia a possibilidade de se manter um exército de mercenários, dominados realmente pela própria figura do soberano político; mas, por outro, havia o *condottierismo*, que impossibilitava quaisquer mecanismos seguros de defesa. Teriam sido essas as armas responsáveis pela decadência militar italiana, uma vez que elas podiam desenvolver-se somente após determinadas condições políticas, precisamente aquelas dos principados da península itálica: aqui era de se insistir, alerta o comentador italiano, quais seriam os motivos pelos quais os próprios príncipes teriam se esquecido da *sua arte*, isto é, a milícia⁶⁵.

Em todos os casos, nesse específico momento da argumentação maquiaveliana, a possibilidade de um Estado ser amparado por qualquer outra força senão a própria era veementemente desqualificada. Assim, concluía Maquiavel sem hesitar, um príncipe "sábio" sempre evitará estes exércitos mercenários e auxiliares, "valendo-se dos seus próprios, e preferindo até perder com suas tropas a vencer com tropas alheias, por não considerar verdadeira a vitória alcançada com armas alheias" (*O Príncipe*, XIII, p. 64). Para ilustrar seu posicionamento, recorre à figura bíblica de Davi, presente no Velho Testamento, que se oferecendo a Saul para combater Golias, um agitador filisteu, foi equipado com as armas cedidas por Saul para "dar-lhe ânimo". Contudo, "ao experimentá-las [...] Davi as recusou, dizendo que com elas não poderia bem valer-se de si mesmo; em vez disso, queria enfrentar o inimigo com sua funda e seu punhal" (*O Príncipe*, XIII, p. 65)⁶⁶. Aquilo que podemos extrair deste exemplo, e da argumentação

⁶⁵ Chabod (1964, p. 77) estende a crítica afirmando que "propriamente naqueles tempos o mercenarismo militar tornou-se uma necessidade absoluta para os monarcas, que visavam criar laboriosamente os Estados nacionais".

⁶⁶ Maquiavel realiza uma leitura alegórica da Bíblia, que em *I Samuel* 17, 38-40 narra: "E Saul vestiu a Davi de suas vestes, e pôs-lhe sobre a cabeça um capacete de bronze; e o vestiu de uma couraça. E Davi cingiu a espada sobre as suas vestes, e começou a andar; porém nunca o havia experimentado; então disse Davi a Saul: não posso andar com isto, pois nunca o experimentei. E Davi tirou aquilo de sobre si. E tomou o seu cajado na mão, e escolheu para si cinco seixos do ribeiro, e pô-los no alforje de pastor, que trazia, a saber, no surrão, e lançou mão da sua funda; e foi aproximando-se do filisteu".

maquiaveliana até o presente momento, é o fato de que apenas um Estado que dependa de si próprio possui a capacidade de realizar algo duradouro no campo da política. Todos os outros, na eterna dependência de outrem, estão fadados à submissão, tanto factual, com a tomada do poder e do Estado pelas vias bélicas, quanto formal, pela sujeição a acordos e barganhas políticas em troca da defesa armada.

Armas próprias, nesse sentido, significa que o príncipe deve assumir uma atribuição *pessoal* nos assuntos militares. O nexos entre guerra e política nos principados, onde as deliberações bélicas estão submetidas ao poder político, passa por essa aglutinação da função de comandante àquela de príncipe. Esse argumento fica mais claro no capítulo XIV, quando Maquiavel afirma que o poder soberano não deve ter "outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina" (*O Príncipe*, XIV, p. 69). De acordo com Frosini, a "guerra", aqui, pode ser entendida como uma série de atividades e de habilidades que colocam o poder principesco em relação direta com o próprio povo. Antes de mais nada, aponta o intérprete italiano, "o exercício da guerra é a capacidade de ter com o próprio exército um papel *efetivo* de guia e de comando, ou seja, de conquistar a admiração e o respeito dos próprios soldados" (FROSINI, 2004, p. 22). Tal constatação é algo notável no rígido aconselhamento maquiaveliano para o abandono das milícias mercenárias e o fundamento de armar-se com as "armas próprias": servir-se dos próprios súditos nas atividades bélicas supõe uma estreita relação instituída com o próprio povo.

Cabe, ainda ao príncipe – prossegue o Secretário de Florença – nos tempos de paz, exercitar-se para a guerra, "ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas" (*O Príncipe*, XIV, p. 71). Isso significa dizer que a conquista da potência militar é possível somente através da imitação dos grandes homens da antiguidade "para poder alcançar o 'louvor' e a 'glória' daqueles que souberam merecê-la, conquistando também, neste caso, o consenso popular aos próprios empreendimentos" (FROSINI, 2004, p. 22).

Assim, por um lado considerada a importância fundamental do poder militar enquanto garantia da autonomia política dos Estados sob o regime principesco, e, por outro, delineada a necessidade desse poder ser constituído pelos próprios súditos, quais seriam as medidas que os príncipes deveriam adotar como condição para sua organização? Ou, ainda, reconhecida a relação estrutural entre guerra e política, quais seriam as modificações políticas que acompanhariam as transformações das instituições

militares?

Vale notarmos, no entanto, que ambas as questões que agora nos colocamos – e não poderíamos deixar de fazê-lo, a não ser com algum prejuízo ao desenvolvimento do trabalho – não encontram em Maquiavel uma resposta clara nem tampouco argumentos ordenados. Todavia, isso não nos impede de identificarmos determinados elementos que estão estritamente conectados com a problemática aqui apresentada. Por certo, alguns deles revelam uma extrema pertinência ao contexto político-militar que nos norteia. É, por exemplo, precisamente este o caso do papel desempenhado pelas noções de "não ódio" – como a necessidade do príncipe ser odiado pelo povo – e do "temor" enquanto sustentáculos da relação entre governantes e governados. Dito de outro modo, como brevemente salientamos acima, o Secretário florentino nos revela o fato de que a segurança bélica dos Estados está, de certo modo, atrelada a uma espécie de sentimento popular. Se, até esse momento, não existem referências a um *apoio* do povo como consentimento e ato legitimatório do poder do príncipe (como nos referíamos anteriormente), também não podemos negar que a recorrência de noções como a de "ódio" – e todas as variações que a pertencem – possuem um aspecto assegurador do governo instituído, ao menos sob o aspecto da condição militar. Assim, é sobre esta perspectiva que nossa pesquisa doravante se debruça.

2.4.3 O sentimento popular como condição para a segurança dos principados

No capítulo XIX de *O Príncipe*, Maquiavel afirmava que o governante "deve ter dois receios": "um interno, por conta de seus súditos; e outro externo, por conta das potências estrangeiras". O meio para defender-se destas últimas, asseverava o Secretário florentino, são as "boas armas e os bons amigos" – e, "sempre que tiver boas armas terá também bons amigos". As "coisas internas", por sua vez, "continuarão firmes enquanto permanecerem firmes as coisas externas"⁶⁷, ou seja, a ordem interna se mantém incólume enquanto a ordem externa não é tumultuada pela iminência de uma invasão armada e da submissão do Estado à outra potência. Porém, mitigava Maquiavel, embora ocorram "agitações externas", se o principado for "bem ordenado", poderá fazer resistência a elas sem maiores riscos. Mas, por fim, concluía o Secretário, independente da existência ou não das perturbações exteriores que arriscam a unidade interna estatal, cabe ao príncipe "zelar" [*temere*] para que seus súditos "não conspiram" contra seu

⁶⁷ Maquiavel serve-se de uma espécie de jogo de linguagem: "*E sempre staranno ferme le cose di dietro, quando stieno ferme quelle di fuori*" (*Il Príncipe*, XIX, p. 168).

governo, para que também a coesão interna não seja atribulada, algo que pode ser assegurado "evitando ser *odiado* ou *desprezado*", ou, ainda, "mantendo o povo contente com ele" (*O Príncipe*, XIX, p. 88).

As conspirações, assunto longamente discorrido por Maquiavel no capítulo 6 do Livro III dos *Discursos*, revelam a potencialidade corrosiva que possuem para dilacerar o tecido político e social, isto é, de levar as coisas internas ao caos. Porém, as conjurações apresentam um fator motivacional muito claro: as tentativas de arrebatamento do poder têm em sua raiz o "ódio" suscitado pelo príncipe no *povo*. Então, "um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um príncipe contra as conspirações é não ser odiado pela universalidade [*è non essere odiato da lo universale*]" (*O Príncipe*, XIX, 88). Também nos *Discursos* a ideia era reiterada, pois "são muitas as razões [de conjuração contra um príncipe], mas uma delas é a mais importante de todas: ser odiado pelo povo [*universale*]", visto que o príncipe, uma vez tendo granjeado o "ódio universal", pode "supor que haja alguns cidadãos particulares que, por terem sido mais ofendidos por ele, desejem vingar-se". E, completa, "esse desejo cresce diante da malevolência geral que veem contra ele" (*Discursos*, III, 6, p. 320).

Desse modo, visualizamos na argumentação maquiaveliana uma dimensão que é quase lógica: furtar-se do ódio do universal é uma medida indispensável para assegurar a ordem tanto no âmbito interno quanto externo dos Estados, cujas razões para isso acabam por se entrelaçarem. Em primeiro lugar, a defesa dos principados contra as "potências estrangeiras" – inclusive como medida para não atribular as *cose di dentro* – apenas pode ser efetivada se o elemento militar se fundar em exércitos próprios formados pelos súditos sob o controle do poder principesco. Ora, como podemos supor, basear as forças armadas em um povo que mantém uma relação de ódio para com o soberano é não apenas imprudente, mas extremamente nocivo à segurança estatal, pois além de tumultuar as "coisas internas" através das conspirações (que seriam facilitadas por estarem armados), também fomentaria condições reais de submissão a outro Estado (com a formação de um exército inferior no sentido técnico da prática bélica). Em segundo lugar, a esquiva do ódio popular, como Maquiavel deixar claro, é uma das maneiras de impedir as agitações no interior dos principados, levadas a efeito através das conspirações, mas pode também ser apontado como um dos elementos possibilitadores da defesa militar dos Estados (as "boas armas"). Existe, assim, um aspecto correlativo entre o sentimento de "não ódio" do ponto de vista interno e externo:

evitar ser odiado é indispensável, tanto para a manutenção das "coisas internas", eliminando a razão principal às conspirações e agitações, quanto para a garantia da defesa das "coisas externas", através dos mecanismos militares. Não suscitar a ira popular é, portanto, uma das respostas para aplacar os "receios" que o príncipe deve constantemente manter.

Como fica patente, a necessidade de "não ser odiado" também está estritamente vinculada com a questão da defesa estatal. Isto é, a segurança do governo passa, impreterivelmente, pela relação entre súditos e príncipe. Não apenas do ponto de vista técnico-militar – considerando que a proteção das cidades através de fortificações exigiria a disseminação de uma espécie de consenso popular –, mas sobretudo político: o príncipe que consegue esgueirar-se do ódio popular pode abdicar de fortalezas e, com isso, fundar a segurança de seu governo e de seu Estado no seu próprio povo. É precisamente este o ponto central do capítulo X de *O Príncipe*, mas que também reflete no capítulo XX. Contudo, considerando nosso intuito de investigar o elemento político que subjaz as interpretações militares de Maquiavel, e sendo a esquiva desse sentimento uma das pilstras políticas da crítica maquiaveliana às fortificações, por uma questão metodológica, deixamos essa profícua reflexão para o próximo capítulo⁶⁸.

En passant, para não deixarmos uma lacuna teórica, devemos ter em mente que, como condensa Maquiavel em uma alegação icônica, "a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo", porque "ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão" (*O Príncipe*, XX, p. 103). Aquilo que o Secretário florentino propõe ao atrelar a salvaguarda dos interesses estatais ao engajamento popular, é que em todos os casos, tanto nas repúblicas quanto nos principados, é necessário "ligar a defesa material da cidade a uma política cuidadosa dos interesses do povo mais pobre" (LEFORT, 1972, p. 391). Se a constituição dos exércitos próprios no regime republicano – como o exemplo de Roma comprovava cabalmente – partia do pressuposto do reconhecimento político do povo e de sua inclusão nos assuntos da *res publica*, também nos principados o elemento popular desempenharia essa função central no jogo político-militar.

E de que modo, contudo, poderia o príncipe fugir do ódio popular? Nesse sentido, Maquiavel oferecia no decorrer de *O Príncipe* um prático aconselhamento ao homem de governo. Segundo ele, o príncipe, em seu relacionamento com os súditos,

⁶⁸ Será precisamente este o nosso objeto de estudo no subcapítulo 3.6, *La migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo*: a perspectiva política da análise maquiaveliana sobre as fortificações. Em especial, o ponto 3.6.1, quando, de modo específico, abordamos a questão em *O Príncipe*.

deve "fazer-se temer de modo que, se não conquistar o amor, pelo menos evitará o ódio"⁶⁹, pois "é perfeitamente possível ser temido e não ser odiado ao mesmo tempo", para isso, basta que se abstenha de se "apoderar do patrimônio e das mulheres de seus cidadãos e súditos". Se for necessário o uso de meios extremos para contornar alguma situação – "derramar sangue de alguém" – deverá fazê-lo apenas "quando houver justificativa conveniente e causa manifesta". Mas, sobretudo, e com isso Maquiavel traçava uma triste característica dos homens, deverá respeitar "o patrimônio alheio", porque "os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio" (*O Príncipe*, XVII, p. 80-81).

O secretário florentino endossava sua ideia nos *Discursos* quando refletia acerca do modo mais adequado para se comandar uma multidão – se com benevolência ou punição. Assim, afirmava, "quem comanda súditos [...] deve tender mais à punição do que à benevolência, para que eles não se tornem insolentes e, por excessiva condescendência de quem comanda, acabem por desprezá-lo". Contudo, ponderava, "a punição também precisa ser moderada para evitar o ódio: porque despertar o ódio jamais foi benéfico a príncipe algum". Como medida para abster esse sentimento, diz em consonância com *O Príncipe*, é preciso "respeitar o patrimônio dos súditos: porque nenhum príncipe deseja o sangue, a não ser que sob ele se esconda o roubo, e só o deseja em caso de necessidade, e essa necessidade ocorre raras vezes", mas, "quando a ela se mistura o roubo, ocorre sempre, e nunca faltarão razões e desejo de derramá-lo" (*Discursos*, III, 19, p. 382-383). Novamente, alguns capítulos adiante, o mesmo argumento reaparecia, pois "se vê bem e facilmente o que torna um príncipe odioso aos olhos do povo: dentre essas razões, a principal é privá-lo de um bem", sentimento do qual o príncipe deve fugir "como se foge dum escolho, pois atrair o ódio sem proveito é de todo temerário e pouco prudente" (*Discursos*, III, 23, p. 396).

Dessa maneira, ao atrelar a defesa bélica do Estado à ausência de um sentimento de aversão dos súditos para com o príncipe, Maquiavel revela o papel central que o povo ocupa também nos principados: se, por um lado, os governados dependem dos governantes, por outro, é apenas a partir do momento em que o povo é incorporado ao jogo político que as estruturas do principado podem se solidificar. Existe uma espécie

⁶⁹ Devemos recordar que no capítulo XVII Maquiavel desacreditava o vínculo entre súditos e príncipe baseado em um sentimento de *amor*, mas ponderava que essa relação deveria ser pautada pelo *temor*: "os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona" (*O Príncipe*, XVII, p. 80).

de *benevolência popular* aos empreendimentos principescos que pode conferir estabilidade à práxis política. No exercício do poder, portanto, deve o príncipe moldar e adequar suas ações para que não desperte a aversão do elemento popular. É somente através de medidas que compreendam o humor do povo que armas próprias podem emanar no seio dos regimes principescos.

2.4.4 A organização das milícias próprias em O Príncipe

Mas, afinal, qual é o posicionamento teórico de Maquiavel em relação à organização destes exércitos? Como ele tinha em mente cooptar política e guerra nos regimes principescos através das armas próprias? A resposta para essas perguntas deixa, naturalmente, o leitor de *O Príncipe* um tanto desorientado. É notório – como havíamos salientado brevemente acima – que o Secretário florentino não buscou abordar essa questão diretamente, e, de certo modo, nem sequer tangencialmente. Nas linhas finais do capítulo XIII, se limita a afirmar que "será fácil encontrar a forma de organizar as próprias armas, examinando-se as providências tomadas pelos quatro personagens que citei antes e mais Filipe, pai de Alexandre Magno, além de muitas repúblicas que se armaram e se organizaram" (*O Príncipe*, XIII, p. 67)⁷⁰. A tradição exegética aceita, sem maiores receios, a ideia de que estes "quatro personagens" modelos à composição dessas tropas são aqueles citados por Maquiavel no decorrer do capítulo XIII como possuidores das armas próprias: César Bórgia, Hierão de Siracusa, Davi e Carlos VII.

Na realidade, além de não apresentar uma teoria pontual sobre a constituição das armas próprias no principado, Maquiavel se limitava a expor alguns "modelos" sem, no entanto, se preocupar em caracterizá-los com certo rigor analítico para que deles pudessem derivar os princípios para aquelas milícias. Não podemos desconsiderar, por exemplo, que por trás dessas "muitas repúblicas" que se armaram estava o paradigma romano, a espinha dorsal de *Arte da Guerra* e objeto de estudo direto do Livro II dos *Discursos*, mas que nessa instância passa de certa maneira despercebido.

Em primeiro lugar está o exemplo de Hierão de Siracusa – ou Hierão II⁷¹ – que de simples cidadão tornou-se príncipe de Siracusa, pois "quando estavam os siracusanos

⁷⁰ "E il modo a ordinare l'arme proprie sarà facile trovare, se si discorrerà gli ordini de' quattro sopra nominati da me, e se si vedrà come Filippo, padre di Alessandro Magno, e como molte republiche e principi si sono armati e ordenati" (*Il Principe*, XIII, p. 156).

⁷¹ Hierão II tornou-se tirano de Siracusa com o apoio do exército. Políbio (I, 8) afirma que apesar de muito jovem, "era dotado de uma natureza extraordinariamente apta ao reino e ao governo. Obtido o comando e entrado na cidade com a ajuda de alguns familiares, debelou os adversários e assegurou o governo com tanta brandura [*mitezza*] e generosidade que os siracusanos, embora nada favoráveis à

subjugados, escolheram-no para capitão e a partir daí mereceu tornar-se príncipe" (*O Príncipe*, VI, p. 26)⁷². Entre as medidas tomadas após sua ascensão ao poder, estava a extinção da milícia antiga e a organização de uma nova, o abandono das amizades antigas e a contratação de novas, e "assim que teve seus próprios amigos e soldados pôde construir, sobre esta base, todo um edifício" (*O Príncipe*, VI, p. 26). Hierão, uma vez colocado à frente dos exércitos pelos siracusanos, "logo percebeu que eram inúteis as milícias mercenárias por serem os seus chefes do mesmo tipo dos nossos italianos". Por isso, julgando "não poder conservá-las, nem afastá-las, fê-las em pedaços, guerreando a partir daí com exércitos próprios e não alheios" (*O Príncipe*, XIII, p. 65)⁷³.

Do exemplo bíblico de Davi – do qual apresentamos acima a abordagem maquiaveliana – que recusou-se a enfrentar Golias com as armas alheias, podemos extrair apenas a pertinência de equipar-se de *arme proprie*. Apesar de Maquiavel desenvolver essa figura bíblica como portadora de um significado político, ela não nos fornece nenhum elemento relevante e sobremodo significativo ao propósito militar.

Carlos VII, por sua vez, que havia vitoriosamente colocado fim à Guerra dos Cem Anos, "com sua fortuna e *virtù* liberado a França dos ingleses", "sentiu necessidade de armar-se de exércitos próprios e criou em seu reino a ordenança de guardas e infantas" (*O Príncipe*, XIII, p. 65)⁷⁴. No entanto, após a essencial reforma militar dos exércitos franceses, Luís XI, herdeiro do trono de Carlos VII⁷⁵, "extinguiu a

eleição feita pelos militares, concordemente aceitaram que naquela ocasião Hierão conservasse o cargo de estrategista. Logo depois de seus primeiros planos, demonstrou claramente a todos que soubessem observar com alguma agudeza as coisas, que visava algo bem maior do que o mero comando militar". Trecho traduzido do italiano encontrado nas notas explicativas presentes na edição *Opere* de Corrado Vivanti (1997, p. 896, nota 9).

⁷² Hierão possuía tamanha *virtù* que, mesmo enquanto cidadão particular, "sobre ele se dizia que *quod nihil illi derat ad regnandum praeter regnum* [nada lhe faltava para reinar, exceto um reino]" (*O Príncipe*, VI, p. 26). O exemplo de Hierão é recordado na Dedicatória dos *Discursos*, onde Maquiavel afirmava que "os escritores louvavam mais o siracusano Hierão quando era cidadão privado do que o macedônio Perseu quando rei: porque para que Hierão fosse príncipe só lhe faltava o principado, ao passo que o outro não tinha qualidade alguma de rei, a não ser o reino" (*Discursos*, Dedicatória, p. 4).

⁷³ Narra Políbio (I, 9) que "tendo observado como os antigos mercenários eram desonestos e inquietos, [Hierão] encena uma expedição aparentemente voltada contra os bárbaros que tinham Messina [...]. Conduzindo o ataque os mercenários, deixou que fossem trucidados pelos bárbaros". Os fatos se referem a 275 a.C.

⁷⁴ De acordo com Corrado Vivanti (1997, p. 864, §5, nota 1), a partir de 1435-36, Carlos VII se dedicou à reforma de seu exército. Em 1445-6, constituiu as "companhias de ordenança" (vinte companhias de cavaleiros nobres, formadas de duzentas lanças para cada companhia e seis homens por cada lança; os comandantes eram escolhidos diretamente pelo rei); regulou posteriormente o corpo dos *franc-archers*, formado por voluntários e comandado por capitães territoriais.

⁷⁵ Novamente segundo Vivanti (1997, p. 864-5, §5, nota 2), Luís XI foi o verdadeiro e grande reordenador da monarquia francesa, assoldando em 1474 alguns suíços, abolindo a ordenança dos arqueiros, ou seja, da infantaria. Os cantões helvéticos, por outro lado, foram de não pequena ajuda a Luís XI na disputa que teve que sustentar por longos anos contra Carlos, o Temerário, duque de Borgonha: estes foram derrotados pela primeira vez por ele em Grandson, e, pela segunda vez, derrotado e enfim

infantaria e começou a contratar suíços a soldo", erro que, continuado pelos outros príncipes, "é a razão [...] dos perigos que corre aquele reino". Dessa forma, tendo dado "reputação aos suíços", "depreciou todo o seu exército pois extinguiu inteiramente a infantaria e subordinou seus guardas aos exércitos alheios", uma vez que "estando acostumados a guerrear junto com os suíços, passaram a acreditar que não podiam vencer sem eles" (*O Príncipe*, XIII, p. 65-66). O resultado das ações tomadas por Luís XI ao reordenar a monarquia é que "os franceses não podem contra os suíços e, sem os suíços, não podem contra os outros". A relativa autonomia político-militar alcançada por Carlos VII se embaraça com o governo de seu filho. Os exércitos franceses têm sido, portanto, "mistos, parte mercenários e parte próprios", "exércitos esses que, em conjunto, são muito melhores do que os exclusivamente auxiliares ou exclusivamente mercenários, mas muito inferiores aos exércitos próprios" (*O Príncipe*, XIII, p. 66).

Resta-nos ainda o paradigmático exemplo de César Borgia, considerado por muitos intérpretes⁷⁶ como o arquétipo principesco de Maquiavel. Acerca deste propósito, diz, considerando as ações do filho do Papa Alexandre VI, "eu não saberia em que censurá-lo [*non saprei riprenderlo*]": ao contrário "parece-me – como aliás o fiz – dever propô-lo como exemplo [*preporlo imitabile*] a todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outrem ascendem ao poder" (*O Príncipe*, VI, p. 34). Por certo a atuação do duque estava vívida na memória de Maquiavel enquanto compunha *O Príncipe*: entre os "personagens", evidentemente foi o que forneceu os maiores ensinamentos acerca da prática política e militar nos principados. Mas, também nesse caso, não identificamos o modo operacional para o abandono da dependência das tropas mercenárias e auxiliares e a sucessiva formação e utilização exclusiva dos exércitos próprios.

De acordo com Maquiavel, César Borgia inicia a conquista da Romanha com os "exércitos auxiliares", "compostos inteiramente de franceses" (*O Príncipe*, XIII, p. 64) concedidos por Luís XII após a conquista de Milão. Com essas tropas toma Ímola – em dezembro de 1499 – e Furlì – em janeiro de 1500. Entretanto, quando o duque

aniquilado em Morat em 1477. Em 1474, ao dar início ao assoldamento dos suíços, Luís XI dissolve o corpo dos *franc-archers*.

⁷⁶ Felix Gilbert (1970, p. 146-147, tradução nossa), por exemplo, destaca que Maquiavel esteve junto a César Borgia, como emissário do governo florentino, nos dias de Sinigaglia, e novamente nas semanas de negociação de César com Júlio II, após a morte de Alexandre VI. "Nem os fatos relatados por Maquiavel ao governo florentino acerca da conduta de Borgia em Sinigaglia, nem o retrato que Maquiavel fazia dele, com seu afanado agarrar-se aos argueiros [*pagliuzzze*] após a perda do apoio papal, correspondem ao perfil marcado em *O Príncipe* de um César Borgia que se move segundo um plano bem calculado, executando-o com decisão impiedosa, e que cai somente por causa dos maus infligidos pela "fortuna". Para Gilbert "é claro que Maquiavel modificou a realidade histórica para tornar Borgia o mais adaptado possível como exemplo de "príncipe novo".

Valentino procura assenhorar-se de Bolonha, em 1501, seus planos são frustrados pela proteção que o rei da França concedeu aos Bentivoglio. Por conseguinte, "não lhe parecendo seguros esses exércitos, tentou as tropas mercenárias, julgando menos perigosas". Assim, contratou a soldo "Orsini e Vitelli, que mais tarde dispensou, ao perceber, na prática, que eram dúbios e infiéis"⁷⁷.

Como Maquiavel frisa no capítulo VII, duas coisas impediam o duque de manter a Romanha recém-conquistada e continuar seu avanço: "uma era o seu exército, que não lhe parecia fiel, e a outra, a vontade da França". Ou seja, "temia que o exército de Orsini, de que se valera, lhe faltasse quando necessário e não somente o impedisse de conquistar, mas ainda lhe tomasse o conquistado; temia também que o rei lhe fizesse a mesma coisa" (*O Príncipe*, VII, p. 29). Ambos os receios foram em seguida comprovados: de Orsini "teve uma confirmação das suas suspeitas após ter entrado em Faenza, quando suas tropas se mostraram frias para assediar Bolonha", enquanto ao rei "o duque compreendeu seu estado de ânimo quando, conquistado o ducado de Urbino, invadiu a Toscana, empresa da qual o rei o fez desistir" (*O Príncipe*, VII, 29-30).

Por isso, deliberou o duque "não depender mais das armas e da fortuna alheias". Para isso, buscou libertar-se da dependência que possuía dos exércitos da França e das tropas capitaneadas pelos Orsini (nos eventos sucedidos em Senigallia, Bórgia assassinou os Orsini e os chefes dessas tropas)⁷⁸. Assim, voltou-se para "um exército próprio" (*O Príncipe*, XIII, p. 64), e através dessa providência pode-se verificar o substancial contraste "entre um tipo de exército e outro", levando em consideração a diferença da reputação do duque "de quando dispunha só dos franceses para quando tinha Orsini e Vitelli e, finalmente, quando passou a ter seus próprios soldados e ser senhor de si mesmo [*quando e' rimase con e' soldati sua e sopra sé stesso*]". Enfim, acrescentava Maquiavel, "sua reputação foi crescendo e jamais foi tão elevada como no momento em que todos viram que ele era o senhor absoluto de seus exércitos" (*O Príncipe*, XIII, p. 65).

Dessa série de exemplos podemos colher alguns elementos que condizem com aquilo que nos referíamos anteriormente acerca da necessidade de o príncipe em fugir do ódio do povo. Mais especificamente, contudo, nos casos de César Bórgia e da

⁷⁷ Referência à conjuração de Magione, que resultou na rebelião de Urbino, nos "tumultos da Romanha" e nos "infinitos perigos para o duque", superados com a ajuda dos franceses.

⁷⁸ Sobre os eventos ocorridos em Senigallia, cf. capítulo VII de *O Príncipe*, especialmente o §6. Sobre o assassinato dos conjurados e outros detalhes do ocorrido, cf. texto escrito por Maquiavel enquanto enviado de Florença junto a César Borgia, *Il modo che tenne il duca Valentino per ammazzar Vitellozo, Oliverotto da Fermo il signor Pagolo et il duca di Gravina Orsini in Senigaglia* (1997, p.16-22).

monarquia francesa, esse elemento se sobressai na argumentação maquiaveliana. Ainda que não o refira explicitamente, Maquiavel deixa entrever que não ser odiado pelos súditos, ou, conquistar certa afeição pautada no temor, parece ser imprescindível para a formação das hostes próprias.

Devemos notar que Borgia, após ter aniquilado os chefes mercenários e convertido seus partidários em amigos, havia lançado "excelentes fundamentos para seu poder", uma vez que detinha "toda a Romanha e mais o ducado de Urbino, além de ter conquistado a amizade da Romanha e atraído para si todo o povo, que começava a gozar de bem-estar" (*O Príncipe*, VII, p. 30-31). Porém, foi justamente como meio de evitar o ódio direto de seus súditos contra a figura do príncipe que Borgia havia concedido a *messer* Remirro de Orco, "homem cruel e expedito", plenos poderes para organizar a província que estava "coberta de latrocínios, tumultos e todas as formas possíveis de insolência" (*O Príncipe*, VII, p. 31). Em pouco tempo, prossegue, "Orco a pacificou e uniu, granjeando grande reputação". Todavia, o duque Valentino julgou a excessiva autoridade, que por vezes se manifestava em atos de pura violência, como desnecessária, por temer que ela "se tornasse *odiosa*". Assim, como sabia que as atitudes de Remirro haviam gerado "um certo ódio contra ele", "quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si". Para livrar-se de qualquer vestígio odioso que aquelas ocasiões haviam suscitado em seus súditos, certa manhã ordenou que cortassem Remirro ao meio em praça pública, "tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensanguentada". Com a ferocidade deste ato o povo ficou ao mesmo tempo "satisfeito e estarrecido" (*O Príncipe*, VII, p. 31).

A monarquia francesa, por seu turno, figurava entre os "reinos bem governados e bem organizados" exatamente por possuir uma [boa] instituição política que evitava o ódio do povo para com o soberano: o parlamento. Dessa instância dependia a "liberdade e a segurança do rei", pois quem organizou aquele reino, "conhecendo as ambições e insolências dos poderosos [*potenti*]" e, por um lado, "julgando necessário pôr-lhes um freio para corrigi-los" e, por outro, "conhecendo o ódio da universalidade contra os grandes, devido ao medo que estes lhe inspiravam", ao pretender proteger o *universale*, não desejou que essa preocupação recaísse sobre o rei, "a fim de poupá-lo de ser acusado pelos grandes de proteger o povo e de ser acusado pelo povo de favorecer os grandes". Por isso, pondera Maquiavel, no berço da monarquia foi instituído um "terceiro juiz" com a função de "controlar os grandes e favorecer os pequenos sem

comprometer o rei" (*O Príncipe*, XIX, p. 90). Elevando-se acima das categorias de grandes e povo, diz Lefort (1972, p. 417), o príncipe regula o conflito "de maneira a unir o povo sem se expor, por uma repressão direta, ao ressentimento da nobreza".

Nesse sentido, o príncipe da França e César Bórgia se assimilam, pois tanto o parlamento na monarquia quanto o ministro Remirro são apenas artifícios destinados a "disfarçar as intenções do príncipe", isto é, são anteparos interpostos entre eles e seus súditos de maneira a colocar sua pessoa ao abrigo do ódio: o rei da França serve-se do parlamento, "assim como Borgia [...] havia se servido de um ministro para reduzir as populações à obediência e descarregar sobre ele a tarefa ingrata que o tinha tornado impopular" (LEFORT, 1972, p. 417). Da função do parlamento de mediar a relação entre príncipe e súditos, absorvendo o ódio destes para que aquele não incorra no descontentamento popular, Maquiavel extrai uma "outra observação": os príncipes "devem fazer os outros aplicarem as punições e eles próprios concederem graças". E isso decorre do fato de que, como novamente conclui o Secretário florentino, "um príncipe deve valorizar os grandes, mas não se fazer odiar pelo povo" (*O Príncipe*, XIX, 90-1).

Como buscamos apontar no presente escrito, Maquiavel compreende os problemas militares nos principados em sua estreita relação com as determinações políticas que norteiam estes regimes políticos. A "fundamentabilidade" do quesito bélico, na dinâmica entre armas e leis, se manifesta novamente em sua capacidade de conferir o controle máximo, mas não absoluto, dos caprichos da Fortuna. Em outras palavras, a reflexão maquiaveliana acerca dos exércitos coaduna com seu posicionamento político de que os governantes devem depender o mínimo possível de forças que não as próprias. A autossuficiência política é o modo mais eficaz para evitar os sobressaltos do acaso, ou seja, bastar-se a si próprio é uma das únicas maneiras de conferir durabilidade aos projetos políticos.

Para isso, no entanto, é indispensável incluir nas considerações acerca do poder o "elemento popular". Os Estados, sejam eles republicanos ou principescos, apenas podem criar bons fundamentos se gozarem de certa estima por parte de seu povo. Cabe ao príncipe compreender que, no sempiterno entrechoque de desejos que atravessa seu principado, a existência da possibilidade para a formação de exércitos próprios, irrevogável do ponto de vista maquiaveliano, parte justamente dos modos através dos quais ele se relaciona com o povo. Se nas repúblicas eram necessárias reformas

institucionais para que o povo assumisse seu devido lugar na esfera pública de governo, e, assim, nos afazeres militares, nos principados um novo modo de relacionar-se com os súditos também se apresentava aos dirigentes políticos. Reformar as disposições políticas, como a monarquia francesa havia feito com a instituição do parlamento, ou remodelar e inovar na estratégia de ação, como foi indicado pelo exemplo de César Borgia, são apenas desdobramentos desse novo *modus operandi* exigido pela atividade política que necessita encontrar no povo seu principal alicerce.

Apesar da complexidade que a questão das armas próprias assume no desenvolvimento argumentativo de *O Príncipe*, inclusive por obstáculos deixados pelo próprio Maquiavel ao não dar a atenção necessária à temática, de certo modo o opúsculo é atravessado por essa preocupação constante em lidar com o povo de um determinado modo que não os afronte. Exércitos próprios, em condições de lançar-se em expedientes de conquista ou de defesa, dependem dessa interação entre súditos e príncipe. Uma relação que se não pode ser baseada em um sentimento de afeição mútuo (ou de *amore*), ao menos deve ser fundada na capacidade do príncipe em não despertar o vulnerabilíssimo sentimento de ódio por parte de seus governados. O fundamento das armas próprias, do mesmo modo que ocorria nas repúblicas, é o povo; e o fundamento do poder principesco é o modo através do qual se relaciona com essa categoria.

3. ENTRE A TÉCNICA, A GUERRA E O ESTADO: A PERSPECTIVA POLÍTICA DA FORMAÇÃO DAS MILÍCIAS CIDADÃS E DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES

Constatamos, com o discurso pregresso desenvolvido, que a possibilidade do enraizamento e do florescimento de ordenações políticas coesas pode ser observada, tão somente, na medida em que o Estado se relaciona *devidamente* com *seu* aparato militar. Aqui, considerando nosso propósito inicial, um conjunto de questões revela-se pertinente: afinal, em que consistiriam as armas próprias para Maquiavel? Qual seria a natureza desses exércitos nacionais que, afinal de contas, são o eixo gravitacional de toda a teoria política-militar do Secretário florentino? Como as concepções políticas maquiavelianas se interconectariam com suas considerações de ordem técnica na constituição das milícias de conscritos? Quais seriam as consequências políticas dessa providência militar? E, de que modo essas mesmas concepções influenciariam o pensamento de Maquiavel sobre a organização dos exércitos? Em suma, qual seria o fundamento político para suas reflexões militares e em que medida elas seriam norteadas por posicionamentos sobre o Estado?

Antes de tudo, vale notarmos, que apesar de nossa argumentação anterior ter deixado entrever alguns desses aspectos – muito embora, algumas vezes, isso tenha ocorrido à sombra dos núcleos temáticos até o momento desenvolvidos –, a centralidade de tais indagações exige, nessa instância, um tratamento mais apurado. Além disso, é necessário ressaltar que conquanto nossa argumentação adentre, frequentemente, nas peculiaridades técnicas das questões militares nas obras de Maquiavel – sobretudo em a *Arte da Guerra* – assim o faremos, tão somente, quando delas pudermos extrair o motivacional político para essas considerações. Esses escritos, apesar de exporem interessantes concepções organizacionais específicas da arte bélica, sendo envolvidos por uma áurea que inevitavelmente se envereda pela ciência militar, serão relevantes para nosso propósito apenas quando abordarem a espinha dorsal da teoria política-militar de Maquiavel: a submissão e a articulação da guerra à política.

3.1 O papel de a *Arte da Guerra*: o enlace estrutural de guerra e política

Ao leitor contemporâneo de Maquiavel, certamente a *Arte da Guerra* parece destoar da postura sagaz e incisiva que havia deixado uma marca característica nas

obras redigidas anteriormente, como em *O Príncipe* e nos *Discursos*⁷⁹. Felix Gilbert (1986, p. 23), por exemplo, chega aos termos de afirmar que "para o estudioso atual de Maquiavel, a *Arte da Guerra* não é seu trabalho mais emocionante". De fato, devemos reconhecer que, se por um lado, a fama do Secretário florentino enquanto escritor militar não depende, estritamente, deste trabalho específico – pois, como é inegável, a diluição de sua interpretação sobre o elemento bélico, dispersa em praticamente todos os seus escritos, faz deste fator uma constante –, por outro, apesar do reconhecimento sobre o papel que o campo militar ocupa no pensamento maquiaveliano, a *Arte da Guerra*, seu mais sistemático e detalhado tratamento da organização marcial e dos métodos da guerra, continua a ser a menos estudada de suas obras maiores (HÖRNQVIST, 2010, p. 112, tradução nossa).

Todavia, algumas razões podem ser elencadas para tentar ilustrar o motivo dessa exígua atenção hodierna que o texto tem recebido. Em primeiro lugar, a natureza obviamente técnica de um projeto que se envereda por questões organizacionais e procedimentais dos exércitos – frequentemente recorrendo a longos períodos textuais para a descrição de determinados esquemas fundamentais para a condução da guerra, como a ordenação de batalha, disposição das marchas, formação para combate, táticas para a refrega, provisionamento, aquartaleamento, etc. – afasta a busca pelas questões essencialmente políticas que, de certo modo, caracterizaram o pensamento maquiaveliano através da história.

Em segundo lugar, como aponta Hörnqvist (2010, p. 122), se comparamos a *Arte da Guerra* tanto com *O Príncipe* quanto com os *Discursos*, ela apresenta uma visão mais convencional da política e dos assuntos militares, especialmente acerca dos "meios necessários para praticar uma política estrangeira expansionista". O motivo para o caráter *standard* deste livro mescla razões pessoais (ou biográficas) e históricas, que contornam a fama e a reputação de Maquiavel. Ora, como o único escrito político do Secretário florentino a ser publicado durante sua vida, em 1521, ele provavelmente o redige medindo o impacto sobre o público de seu tempo. Aliás, o esforço para adequar

⁷⁹ Para Sasso (1980, p. 606), a postura predominante em a *Arte da Guerra* certamente não é aquela de *O Príncipe*, nem tampouco se assemelha àquela do Livro I dos *Discursos*. Contudo, a perspectiva maquiaveliana no diálogo se avizinha à do Livro II, ou seja, "é uma postura de implacável condenação do mundo moderno, um tanto mais radical, dolorosa e amarga quanto mais as crítica maquiavelianas" tentavam pressupor que "homens fortes, virtuosos, amigos e imitadores da antiguidade romana, ainda poderiam impedir a realização da catástrofe, que os príncipes haviam preparado e agora não sabiam evitar".

seu texto ao gênero literário e erudito da época, o diálogo humanista, ratifica a ponderação sobre seus leitores em potencial.

Entretanto, longe de assumirmos, ou inferirmos, que a *Arte da Guerra* opera um movimento de recuo em relação aos argumentos desenvolvidos nas obras antecedentes, nos parece ser mais razoável especularmos que esse "convencionalismo súbito foi uma tentativa de acalmar a polêmica" que chegou a envolver o nome de Maquiavel. Embora tal estratégia seja justificada como um posicionamento prudencial, que, na conjuntura do ambiente político e cultural da cidade de Florença após o retorno dos Medici, visava abrandar a imagem do Secretário, o recurso acabou contribuindo para tornar o diálogo "um trabalho mais convencional e menos ousado do que os antecessores" (HÖRNQVIST, 2010, p. 123)⁸⁰.

Por mais que a tecnicidade e a apatia – motivada tanto pelo convencionalismo formal como por certos argumentos – tenham sido responsáveis por afastarem a atenção dos estudiosos de Maquiavel, ainda não são capazes de transfigurarem o elemento nevrálgico da obra, tão presente nos demais trabalhos maquiavelianos: o nexos indissolúvel entre guerra e política. Assim, a urgência do estreitamento da relação entre esses dos âmbitos, servindo-se das lições extraídas da História, sobretudo do período republicano de Roma, torna-se a finalidade medular do inédito diálogo maquiaveliano.

A pertinência do projeto certamente era amparada e comprovada pela caótica situação militar na qual a Itália se encontrava. Os diversos reinos e repúblicas que formavam a frágil malha política da península itálica testemunhavam o processo de fortalecimento bélico dos Estados circunvizinhos. De fato, a transição do modelo feudal de guerra vigente durante o *Trecento* não exerceu um impacto positivo nas delicadas estruturas políticas italianas⁸¹. Na realidade, esses Estados foram reduzidos, como

⁸⁰ Hörnqvist (2010, p. 123) nos alerta, ainda, sobre a dificuldade de afastar a impressão de que o ex-secretário tenha escrito essa obra "com um olho nos Medici", filtrando de sua teoria os aspectos que eventualmente pudessem "ofender suas sensibilidades", ansioso para proteger, ou ao menos não colocar em perigo, comissões ou compromissos futuros. De fato, a incumbência para escrever a *História de Florença* o aguardava. Além disso, não seria exagero supormos que ele também cogitava uma função na nova milícia reiniciada sob os Medici em 1515. Para Vivanti (1997, *Introduzione*, p. 1132-1133), se essa obra é composta para ser publicada pelo autor – a única, nota o intérprete, entre seus escritos, com exceção de *La Mandragola*, do mesmo período, e do *Decennale Primo*, de alguns anos depois – é provavelmente porque ela desenvolve um argumento mais veladamente político, menos "chocante" para os Medici e para os governantes florentinos de então. Assim, o trabalho seria mais facilmente aceito, considerando a reconhecida competência do autor no campo militar. A eficácia disso se comprovaria anos mais tarde, quando Maquiavel, enfim, recuperaria o único ofício de governo "*pos res perditas*", o de chanceler dos *Provveditori alle mura*.

⁸¹ Schellens (2006, p. 8-15), por exemplo, contextualiza a questão ponderando que na metade do *Trecento* a Europa experimenta um desenvolvimento quase revolucionário da economia: o tráfico mercantil, o artesanato e o setor bancário crescem rapidamente, fornecendo recursos financeiros a grandes e novos

corroborar Gilbert (1977, p. 263), a simples espectadores do teatro de operações europeu, enquanto sua terra "se tornava o campo de batalhas da Europa, e o centro de atração para todos os estrangeiros em busca de glória militar". Nesse contexto, para equiparar-se aos "bárbaros estrangeiros" e tornarem-se novamente senhores de sua própria casa, os italianos "deveriam reformar suas instituições militares".

Em Florença, a situação era ainda mais dramática. A inconstância do sistema militar florentino, que dependia, em grande medida, de exércitos mercenários e de frágeis acordos firmados com potências estrangeiras, debilitava e vulnerabilizava seriamente a estrutura política da cidade. Contudo, apesar de crônico, este era um problema sanável. Como a Ordenança capitaneada por Maquiavel a partir de 1506 comprovava, a formação de milícias próprias – submetendo a guerra à política – estava na esfera da possibilidade. Nem mesmo a catastrófica derrota do exército florentino de conscritos para as tropas espanholas, em Prato em 1512, abalou a convicção do Secretário florentino sobre a pertinência deste recurso⁸².

Nesse sentido, se nos *Discursos* e em *O Príncipe* o problema militar havia sido tratado como elemento complementar do estudo político, em a *Arte da Guerra* essa temática seria realocada a um patamar de centralidade. No entanto, a política, em sua totalidade, permaneceria como a base necessária para indicar a necessidade de uma organização militar eficiente, institucionalizando e regulando o elemento militar. Em outros termos, o apelo quase visceral sobre a necessidade das *arme proprie*, tão

Estados. Ou seja, os Estados unitários podiam expandir sua atividade militar de um modo quase ilimitado. Prova disto, a guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre a França e a Inglaterra originou uma mudança na formação e na organização dos exércitos. Nesse sentido, a vitória final da França foi baseada, sobretudo, no ocaso do sistema militar feudal e na formação de um exército profissional permanente. De fato, em 1439 entrava em vigor uma lei que dava somente ao rei o direito de impor taxas para a manutenção de tropas permanentes e para nominar oficiais. Esse movimento significava o fim das companhias de ventura e uma consistente diminuição do poder da nobreza. Em resumo, podemos afirmar – prossegue o autor – que durante a guerra dos Cem Anos o feudalismo é substituído pelos profissionais. Na Itália, entretanto, presenciamos um movimento que vai à contramão da tendência da monarquia francesa: o aumento das tropas mercenárias. As razões desse desenvolvimento foram, sobretudo, de caráter econômico: ao crescer a economia das cidades, nascia uma nova classe de cidadãos ricos, diminuindo a importância da nobreza. Quando as cidades se expandem e engrandecem seu território até o nível de um verdadeiro Estado, a ameaça quase permanente exige uma proteção profissional. A discórdia frequente entre as várias facções na cidade tornava a milícia um meio menos adaptado para ações militares. Além disso, uma milícia comunal prejudicaria a economia. Era melhor, e mais fácil, despendar soldo para uma companhia mercenária do que privar o cidadão do trabalho.

⁸² Este episódio, onde as tropas florentinas sofreram uma humilhante derrota para os espanhóis, tendo sido trucidados por uma força militar, em vários aspectos, superior, abriu o caminho para o retorno dos Medici e, conseqüentemente, o desmoronamento da república. Além disso, aqui podemos situar o início dos infortúnios pessoais e profissionais de Maquiavel. Conforme relata Maurizio Viroli (2002, p. 156), "apavorados pela visão dos inimigos sobre os muros, os soldados florentinos abandonaram as armas e fugiram em debandada. Os espanhóis irromperam e literalmente despedaçaram os soldados florentinos que imploravam piedade. Entraram nas casas, violentaram, torturaram, trucidaram, roubaram, incendiaram". Nesse saque, quatro mil pessoas foram massacradas.

recorrente nas obras políticas, seria, enfim, convertido em uma teoria militar sistematizada, enveredando-se, frequentemente, para aspectos particularmente técnicos sobre a guerra; porém, a estrutura política e social dos Estados é, não apenas mantida como o pano de fundo para as reflexões de cunho bélico, mas a base sobre a qual se assenta toda a teoria militar maquiaveliana.

O intuito do Secretário florentino era, assim, explicitado categoricamente já nas primeiras linhas do Proêmio do diálogo, pois "Muitos, Lorenzo⁸³, tiveram e têm a opinião de que não existem duas coisas que combinem menos entre si e que sejam tão dessemelhantes como a vida civil e a militar" (Proêmio, p. LXXVII). Contudo, se fossem consideradas as "antigas ordenações [*antichi ordini*]", "não se encontrariam coisas mais unidas, mais conformes e que, necessariamente, se dão tão bem quanto essas", pois "todas as artes que são ordenadas numa cidade [*civiltà*] para o bem comum dos homens, todas as ordenações nela estabelecidas para que se viva no temor das leis e de Deus" – prossegue esclarecendo a autenticidade do raciocínio – "tudo seria vão se não fossem preparadas para as suas defesas; defesas que, bem ordenadas, mantêm tais coisas, ainda que estas não sejam bem ordenadas" (Proêmio, p. LXXVII).

O terreno basilar para a argumentação maquiaveliana é, portanto, familiar. Do mesmo modo que em *O Príncipe* e nos *Discursos*, aqui a fusão do conhecimento das coisas antigas e a experiência das coisas modernas é responsável por nortear a argumentação. As "coisas antigas" constituem o laboratório teórico do Secretário florentino, uma ampla fonte de exemplos e contraexemplos – isto é, de lições de sucesso e insucesso – que respaldam suas considerações: novamente, o mais expressivo arquétipo político-militar encontrado nas páginas da história será a República de Roma. Por seu turno, a experiência alcançada através das coisas modernas acerca das questões militares – como o contato direto com notáveis exércitos, como o francês e o espanhol, o testemunho ocular da formação das tropas de César Bórgia na Romanha, e até mesmo a função de organização da Ordenança florentina – desempenhava influência similar, senão maior, do que as façanhas romanas. Certamente, a mesma experiência aguçava um sabor particularmente amargo a Maquiavel: em parte pela frustração da assoladora derrota da milícia florentina por ele ordenada, em Prato, mas também pelo quadro geral

⁸³ Lorenzo di Filippo Strozzi, amigo e protetor de Maquiavel após o retorno dos Medici a Florença em 1512. Lorenzo, um dos frequentadores dos *Orti Oricellari*, teve a oportunidade de ajudar Maquiavel com "alguns emolumentos". Sucessivamente, como consta em uma carta de seu irmão Filippo Strozzi, marido de Clarice di Piero de' Medici, Lorenzo, juntamente com outros amigos dos *Orti*, apresentaram Maquiavel ao cardeal Giulio de' Medici em março de 1520 (cf. VIVANTI, 1997, p. 1133, §1, nota 1).

da calamitosa ruína dos exércitos italianos durante o *Cinquecento* e, por consequência, da total submissão dos Estados às potências estrangeiras. Entretanto, tanto a História quanto o contato direto com os problemas governamentais da República de Florença, ofereciam ao Secretário uma perspectiva otimista sobre a possibilidade de reforma e de reordenação das estruturas políticas e militares.

Então, explicitando a delicada conjuntura em que sua obra se insere, ponderava Maquiavel que "por estarem as ordenações militares de todo corrompidas e, de há muito, afastadas dos antigos modos", nasceram as opiniões errôneas que levam a "odiar a milícia e a fugir à conversação com aqueles que a exercem" (Proêmio, p. LXXVIII). Com isso em vista, "julgando eu, pelo que vi e li" – ou seja, recorrendo aos ensinamentos do passado imortalizados pelos grandes escritores e à interpretação pessoal do turbulento cenário político europeu – "que não é impossível" reconduzir as estruturas militares "aos antigos modos e devolver-lhe alguma forma da antiga *virtù*, deliberei, para não passar este meu tempo de ócio sem fazer coisa alguma", escrever aquilo que "entendo sobre a arte da guerra, para satisfação dos amantes das antigas ações" (Proêmio, p. LXXVIII). Ou seja, o objetivo manifesto de a *Arte da Guerra* "é fornecer um modelo para um reavivamento dos antigos valores e métodos militares romanos", definindo "o lugar apropriado da guerra e uma correta organização militar na cultura política e cívica de um Estado" (HÖRNQVIST, 2010, p. 121).

Como repetidamente temos insistido, é notório o esforço do Secretário florentino para subordinar as disposições militares ao âmbito público. A guerra, como pressupõe em praticamente todos os seus escritos, deve ser um assunto de Estado. Se as armas são um dos fundamentos do organismo político, nada é mais coerente do que assenhorar-se absolutamente dessa esfera. Ou seja, a cidade apenas pode desfrutar de relativa tranquilidade se for mestre de seus desígnios, restringindo, conforme possível, o campo de atuação da Fortuna: o enraizamento do plano bélico nas estruturas legais do Estado é condição *sine qua non* para o triunfo de um governo e a segurança dos súditos ou cidadãos. E por qual motivo a guerra deve ser uma incumbência plena e exclusiva do Estado? Qual seria, afinal, a causa do processo de corrupção generalizado dos exércitos que fragilizava as cidades italianas, justamente pela não observância desse preceito vital? Em suma, qual seria a saída, não apenas teórica, mas sobretudo prática, para livrar esses territórios dessa mazela corrosiva?

3.2 A guerra do Estado: a atividade militar como monopólio público e o exemplo romano

Quem traz as respostas para algumas dessas questões é, justamente, Fabrizio Colonna, o principal interlocutor do diálogo maquiaveliano. Colonna (1450|1460 – 1520), que era membro de uma ilustre família aristocrática romana, havia granjeado fama como *condottiero* em solo italiano, tendo servido, até mesmo, à Florença. Todavia, independente das várias incongruências literárias e políticas que orbitam a escolha do personagem⁸⁴, é através de sua boca que Maquiavel apresenta suas principais teses sobre a milícia, sobre a organização militar e, especialmente, sobre a submissão plena da guerra ao poder político.

Nesse contexto, afirma o porta-voz do Secretário florentino, sendo a atividade militar uma arte da qual "os homens de qualquer tempo não podem viver honestamente", "só pode ela ser usada como arte por uma república ou por um reino". Na verdade, os Estados, "quando bem-ordenados, jamais consentiram que nenhum cidadão ou súdito seu fizesse da guerra arte" (*Arte da Guerra*, I, p. 11). O teor dessa afirmação não é, certamente, inédito. Maquiavel já havia desenvolvido uma reflexão semelhante em *O Príncipe*, quando, no capítulo XIV, ponderava sobre o papel que a figura do soberano deveria desempenhar nos afazeres da milícia. Na ocasião, afirmava peremptoriamente que um príncipe deve "não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda" (*O Príncipe*, XIV, p. 69).

⁸⁴ Marcia Colish (1998, p. 1152-1153, tradução nossa) desenvolve uma relevante pesquisa em torno dessa problemática. De acordo com a intérprete, é notável que tão pouca atenção tenha sido dirigida para a "anomalia central de a *Arte da Guerra*": por que Maquiavel teria colocado um argumento em defesa das milícias cidadãs, em detrimento dos mercenários, na boca de um capitão mercenário? Por qual motivo escolher Fabrizio como o "veículo para as opiniões militares de Maquiavel", se o *condottiero* não as defendia nem na teoria e nem na prática? Com efeito, defende Colish, tanto o diálogo quanto a escolha de Colonna como principal orador fazem sentido se lidos na tradição desse gênero literário do século XV. De fato, a obra é atravessada por subtextos [*subtexts*] do Secretário florentino, visto que reflete "gostos e desgostos", articulando-os não apenas através da disposição dos argumentos, mas também da escolha dos interlocutores. Mas, acima de tudo, colocando a *Arte da Guerra* no contexto dos diálogos do *Quattrocento*, resolve-se a objeção apresentada ao autor pelo uso de um *condottiero*, alguém "cujos esforços tinham ajudado um governante estrangeiro a conquistar grande parte da Itália", "privando muitas cidades de sua autonomia, restaurando o governo Medici em Florença, para criticar exércitos mercenários e defender a milícia cidadã tão intimamente ligados na mente de Maquiavel com a virtude cívica republicana". Enfim, concluía Colish (1998, p. 1165), para Maquiavel e para seus leitores contemporâneos, a suprema ironia da *Arte da Guerra*, é que nenhum personagem do dia estava mais ricamente equipado para transmitir essa mensagem do que Fabrizio Colonna. Ou seja, a experiência do *condottiero* ajudaria a convencer o leitor sobre as teses maquiavelianas. Para uma discussão semelhante, remetemos também a VERRIER, Frédérique. Machiavelli e Fabrizio Colonna nell'Arte della Guerra: il polemologo sdoppiato. In. MARCHAND, Jean-Jacques (org.). *Niccolò Machiavelli. Politico. Storico Letterato. Atti del convegno di Losanna*, 27 - 30 de setembro 1995. Roma: Salerno Editrice, 1996. p. 175-187.

Portanto, as instituições políticas devem, não apenas absorver plenamente as ordenações militares, mas colocar entraves para que indivíduos particulares exerçam a arte da guerra como meio de sobrevivência. Sem dúvida, afirma Maquiavel avizinhandose timidamente de um desdobramento moral da questão, "nenhum homem bom" jamais exerceu essa arte como "particular sua" (*Arte da Guerra*, I, p. 11). Pois, "nunca será julgado bom quem exerça algo que, para ser-lhe útil a qualquer tempo, o obrigue a ser rapace, fraudulento, violento e a ter muitas qualidades que, necessariamente, o façam não bom". Se ao governante é lícito, eventualmente, recorrer a ações reconhecidamente "não boas" para salvaguardar o interesse comum – como nos ensinava o Secretário florentino em *O Príncipe* –, aos indivíduos, no âmbito privado, essa alternativa é terminantemente vetada. Essas qualidades, recrimináveis por si, são ainda mais danosas quando constituem o atributo principal daqueles que exercem o ofício de cujo êxito toda a coletividade depende.

Sem dúvida, para pessoalizar a arte da guerra e torná-la seu meio de sobrevivência, o indivíduo deve fazer da violência uma constante. O soldado profissional deve, por essência, ter um comportamento "antissocial", como destaca Pocock (2006, p. 287), porque sua arte consiste, exatamente, "em dispor dos instrumentos da coerção e da destruição". E assim a guerra, que em Estados bem-ordenados é considerada apenas em potência – isto é, como um risco sempre iminente – é transformada em uma atividade permanente. Com efeito, como essa arte não pode sustentá-los na paz, "são obrigados a pensar que não há paz", incitando batalhas ou, o que é ainda mais comum, postergando-as e protelando indefinidamente o desfecho das guerras; ou, ainda, são levados a "aproveitar-se à larga nos tempos de guerra, para que na possam sustentar-se" (*Arte da Guerra*, I, p. 11), exigindo um alto preço dos Estados desarmados aos quais servem e saqueando os territórios por onde cruzam ao bel-prazer dos capitães.

Na verdade, prossegue Maquiavel objetando, "nenhum desses dois pensamentos cabe num homem bom": da vontade de sustentar-se em qualquer tempo "nascem os roubos, as violências, os assassinatos que tais soldados cometem tanto contra amigos como contra inimigos"; e de não querer a paz nascem os "logros que os capitães impingem àqueles que os conduzem, para que a guerra dure". E se, apesar disso, surge a paz, "muitas vezes ocorre que os comandantes, estando privados de soldo e do meio de vida, licenciosamente juntam um bando de mercenários e, sem piedade alguma, saqueiam uma província" (*Arte da Guerra*, I, p. 12). Sobre isso, complementa Pieri

(1975, p. 20), estamos aqui diante de uma afirmação dogmática: "o profissional militar, sob qualquer forma que se apresente, é intrinsecamente um violento e um prepotente", pois "quem tem por sistema a força nas mãos, é fatalmente levado a abusar: isto se liga à natureza humana". Para isso, o remédio é não deixar a força sistematicamente nas mãos de uma só categoria de pessoas.

Logo, conclui o Secretário florentino, uma cidade *bene ordinata* deve desejar que "a prática militar [*studio di guerra*] seja usada nos tempos de paz para exercício e nos tempos de guerra por necessidade e para a glória [*per necessità e per gloria*]" . Isso significa dizer que "só ao público seja permitido usá-la como arte", assim como Roma havia feito em seu período mais esplendoroso. Por outro lado, qualquer cidadão "que em tal exercício tenha outro fim", que faça da guerra o instrumento para o enriquecimento e a glória pessoal, "não é bom"; e qualquer cidade "que se governe de outro modo", que permita que os indivíduos exerçam privadamente essa função estatal vital, "não é bem ordenada" (*Arte da Guerra*, I, p. 16). Ou seja, por um conjunto de razões é importante restringir o exercício da guerra ao Estado: essa *arte*, realça Pocock (2006, p. 287-288), "mais que nenhuma outra coisa, deve ser um monopólio público", "somente os cidadãos devem poder praticá-la, somente os magistrados devem poder dirigir o exército, e é preciso que somente possa haver intervenção sob a autoridade e a direção pública".

Para Sasso (1980, p. 587), a argumentação de Maquiavel sobre este ponto é impecável. Se os capitães que agem a serviço de uma república ou de um reino assim o fazem somente quando as necessidades políticas do Estado exigem – e o poder político, portanto, dê a autorização para tal –, os capitães contratados a soldo agem de modo oposto, pois, quando seus exércitos se encontram ociosos e improdutivos, inventam a "necessidade", "forçam pretextos, e são esses a verdadeira peste dos Estados, o princípio primeiro de toda sua catástrofe"⁸⁵. Assim, o Secretário florentino insiste incisivamente que a direção da milícia deva pertencer ao poder público, e a esse somente, "que o poder militar não pode não ser subordinado a ele", que quando os Estados são regidos de outro modo "e o poder militar aparece desvinculado daquele político", a consequência não pode ser outra senão "a ruína e morte das "ordenações"". Em suma, reinos ou repúblicas não podem ser colocados nas mãos de quem vai inventando guerras úteis somente aos interesses pessoais, às suas necessidades, às suas ambições. As guerras são feitas "quando são necessárias". Porém, "o Estado não tem boas ordenações, e assim

⁸⁵ Nessa crítica ao sistema mercenário, afirma o intérprete italiano (1980, p. 587), Maquiavel apresenta um "argumento formidável para a afirmação do Estado "moderno"".

possibilidades concretas de "durar" se não souber fazer da milícia seu dócil instrumento" (SASSO, 1980, p. 588).

Aliás, é justamente no caso romano que podemos encontrar os efeitos positivos e negativos que auxiliam a ratificar essa tese. Roma, por um lado, enquanto foi "bem-ordenada" – o que ocorreu até os Gracos – "não teve nenhum soldado que tomasse esse exercício por arte": teve poucos malvados, e esses foram severamente punidos" (*Arte da Guerra*, I, p. 15-16). Entretanto, por outro lado, na base do perecimento das instituições republicanas, identificamos a formação de exércitos cada vez mais desvinculados do poder público, desempenhando um papel central no processo de desordenamento das estruturas políticas latinas – que culminaria no declínio da República e na ascensão do Império.

Se em a *Arte da Guerra* somos testemunhas da opulência e da exemplaridade dos exércitos de Roma, nos *Discursos* havíamos aprendido sua face corrosiva, exatamente quando o poder público e o poder militar começam a ser desvencilhados. O argumento, apresentado no capítulo 24 do Livro III, deposita no prolongamento dos comandos militares uma das razões que conduziram à subsequente servidão romana. Quando bem considerarmos "os procedimentos da república romana", veremos, afirma o Secretário florentino, "que duas coisas causaram a dissolução [*risoluzione*] daquela república": "[a] as contendas surgidas com a lei agrária e a [b] prolongação dos comandos militares" (III, 24, p. 396)⁸⁶. Sopesando a pertinência desses fatores para compreendermos a necessidade intrínseca de o Estado regular absolutamente o campo militar, doravante fazemos uma sucinta análise dos motivos da ruína republicana e como as *contenzioni* oriundas da lei agrária se complementam com a *prolungazione degli imperii* para depauperar o arranjo político romano.

[a] Os tumultos gerados pela lei agrária fazem referência ao período dos Gracos – dos tribunos Tibério e Caio Semprônio Graco – onde a dinâmica política da Cidade começou a desarranjar-se. Em resumo, a lei, que é o objeto de estudo maquiaveliano no célebre capítulo 37 do Livro I dos *Discursos* – quando ainda tratava da relação entre os humores constitutivos dos Estados e de seus efeitos, tanto positivos, como a liberdade e o poderio militar no capítulo 4, quanto negativos, como o confronto extraordinário e o

⁸⁶ "Se si considera bene il procedere della repubblica romana, si vedrà due cose essere state cagione della risoluzione di quella repubblica: l'una, furon le contenzioni che nacquono dalla legge agraria; l'altra, la prolungazione degli imperii" (*Discorsi*, III, 24, p. 481).

derramamento de sangue – era uma pauta extremamente controversa no ambiente jurídico romano.

Seus dois artigos principais⁸⁷ ofendiam sobretudo a nobreza, que "com paciência e astúcia a temporizavam", diminuindo a incidência de seus efeitos sobre as propriedades dos nobres, aos quais parecia, considerando a severidade do princípio legal, que "contrariar tal lei era defender o interesse público" (*Discursos*, I, 37, p. 114). Apesar disso, a lei havia ficado "adormecida até os Gracos". Porém, quando foi por eles despertada, arruinou "inteiramente a liberdade romana". Seu reavivamento foi catastrófico pois "encontrou duplicado o poder de seus adversários [*perché trovò raddoppiata la potenza de' suoi avversari*]", e, em consequência disso, "acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo e costume civil [*modo e costume civile*]" (*Discursos*, I, 37, p. 115).

E de que modo esse conflito pode ser responsabilizado pelo perecimento da liberdade de Roma? Para Maquiavel, visto que os magistrados públicos não podiam, nem conseguiam, remediar a situação, e como "nenhuma das facções [*fazioni*]" neles depositava esperança, "recorreu-se a remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse". A *fazione* da plebe, ao incidir nesse "escândalo e nessa desordem", "depositou tanta confiança em Mário que o fez cônsul quatro vezes". A *fazione* dos nobres, como não tinha remédio "para essa peste", "voltou-se para Sila": este, ao tornar-se cabeça de seu partido, "chegou-se às guerras civis". Após "muito derramamento de sangue e variações da fortuna, a vitória ficou com a nobreza" (*Discursos*, I, 37, p. 115).

Porém, o mesmo conflito humoral que estabeleceu "cabeças" e converteu-se uma luta entre seitas, foi ressuscitado nos tempos de César e de Pompeu, quando este assumiu o comando do partido de Sila e aquele encabeçou o partido de Mário: "quando ambos entraram em luta a vitória coube a César, e ele foi o primeiro tirano de Roma; de tal modo que nunca mais a cidade foi livre" (*Discursos* I, 37, p. 115). Aqui, quando o conflito deixa de ser marcado pela *disputa* entre grandes e povo e começa a se caracterizar pelo *combate*, isto é, pela resolução através das vias de fato, o produtor da liberdade e da potência militar romana se converte no motivo da desordem. Em outros termos, os mesmos protagonistas que estiveram na origem das boas leis republicanas

⁸⁷ "Num se dispunha que nenhum cidadão podia ter mais que algumas jeiras de terra; o outro, que os campos conquistados aos inimigos deviam ser divididos entre o povo romano" (*Discursos*, I, 37, p. 114).

também estiveram no fundamento da sua própria ruína: a luta entre as facções, motivada pela lei agrária, reverberaria na tirania cesarista⁸⁸.

Apesar do aspecto extremamente importante acerca da metamorfose do desejo popular⁸⁹, que subjaz e está na base deste conflito que resulta em efeitos nefastos à Cidade – quando deixam de ambicionar apenas não ser dominados nem oprimidos pela nobreza, mas visam, nesse momento, compartilhar também os patrimônios⁹⁰ –, o mais relevante para nosso propósito são os desdobramentos desse embate, que se articularão com as consequências do prolongamento dos comandos militares.

Se anterior à lei agrária a desunião entre grandes e povo encontra *sfogo* institucional, agora o conflito descamba para vias extraordinárias, para uma contenda que não pode mais ser resolvida através das próprias ordenações políticas que regulam os humores: eis aqui o início da facciosidade, da formação de facções e de seitas cujos anseios, ou desejos, não repercutem mais no engrandecimento da pátria, mas, apenas, o próprio – ou, no máximo, da própria facção. A situação, então já catastrófica, encontra um agravante: a prolongação dos comandos militares. A cisão abrupta do conjunto social romano em dois grupos, agora inimigos, descobre nessa medida o material armado para intensificar o conflito. Dito de outro modo, a formação das facções está diretamente atrelada com esse prolongamento de comando, pois o sentimento de afeição para com a pátria dá lugar a um compromisso com os cônsules que dirigem cada qual um exército. Porém, nessa instância, como cada um representa sua própria facção, vemos o elemento militar se desprender do âmbito político, ao menos no sentido de que

⁸⁸ Geuna (2005, p.31) ressalta que Maquiavel, atendo-se a esse critério, divide o caso da república romana em dois períodos: no primeiro, que vai da queda dos Tarquínios ao tribunate dos Gracos, a *desunião* produz boas leis e boas ordens; no segundo, que vai dos Gracos ao fim da República, emblematicamente representada pela figura de César, as *dissensões* e os tumultos degeneram em embate violento entre seitas, entre facções e conduzem à perda da liberdade.

⁸⁹ Considerando nosso escopo, não podemos, aqui, adentrar na profícua e interessante discussão que se constrói sobre o problema da "metamorfose dos desejos". Sfez (1999, p. 194), por exemplo, trata da identificação dos humores como a "confusão dos sentimentos políticos". Essa confusão "tem lugar desde o momento em que uma força política renuncia ao seu humor, não porque queira estabelecer sua hegemonia e seu objetivo, mas porque quer se colocar no lugar do humor do outro" (sobre isso, cf. o capítulo 3, *Le différend des humeurs*, em especial a seção 6, *L'économie générale du rapport* (p. 192-208). Remetemos também ao trabalho de Geuna (2005), *Machiavelli ed il ruolo dei conflitti nella vita politica*, em particular à seção 1.8 – *La patologia dei conflitti* e à 1.9 – *La trasformazione di natura dei conflitti: dalla fisiologia alla patologia* (p. 30-33).

⁹⁰ "[...] a plebe romana não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos tribunos, desejo ao qual foi forçada por necessidade; pois ela, tão logo obteve isso, começou a lutar por ambição e a querer dividir cargos e patrimônios com a nobreza, como coisa mais valiosa para os homens. Daí surgiu a doença que gerou o conflito da lei agrária, que acabou por ser a causa da destruição da república" (*Discursos*, I, 37, p. 113).

não corresponde mais aos interesses do bem comum, ou bem público, mas de sua própria coalizão.

[b] O prolongamento dos comandos militares, por seu turno, como salientamos brevemente acima, possui um grau de culpabilidade pela servidão romana semelhante àquele desempenhado pelos acontecimentos oriundos da lei agrária. Se tanto o descompasso dessa lei como a nocividade dessa medida sobre a regência dos exércitos tivessem sido "reconhecidas e devidamente remediadas já no princípio, a vida livre teria sido prolongada e talvez mais tranquila". Apesar de a prolongação nunca ter acarretado tumultos em Roma, "viu-se, de fato, que a autoridade a que se chegou por deliberações populares foi muito prejudicial à cidade" (III, 24, p. 397), auxiliando a corroer silenciosamente o tecido social romano. Na realidade, como veremos aqui pontualmente, a manutenção dos comandantes em seus postos desempenha um importante contributo ao desenvolvimento da luta entre os partidos e facções.

Segundo Maquiavel, o pernicioso costume do prolongamento das magistraturas dos tribunos e dos cônsules⁹¹ abriu o precedente para a prolongação dos comandos militares, disposição que, "com o tempo, arruinou aquela república". O primeiro a ter o comando prorrogado foi Públio Filão [Quinto Publilio Filone], que em 326 a.C., enquanto sitiava a cidade de Palépolis, guarnecida pelos samnitas, seu consulado chegou ao fim. Porém, "como o senado acreditava que dele dependia aquela vitória, não lhe enviou um sucessor e nomeou-o" como o primeiro "procônsul" (*Discursos*, III, 24, p.397)⁹². Embora tal medida tenha sido tomada pelo senado visando a "utilidade pública", alerta o Secretário florentino, com o tempo "levou à perda da liberdade em Roma". Porque "quanto mais longe os romanos mandavam seus exércitos, mais necessária lhes parecia tal prorrogação e mais a usavam". Disso nascem dois inconvenientes: por um lado, "um menor número de homens passou a exercer o comando militar, pelo que essa reputação passou a limitar-se a uns poucos"; por outro,

⁹¹ De acordo com o Secretário florentino, "ao se concluir um acordo entre a plebe e o senado, tendo a plebe prolongado em um ano o poder dos tribunos, por considerá-los aptos a resistir à ambição dos nobres, o senado, para competir com a plebe e não parecer submeter-se a ela, prolongou o consulado de Lúcio Quíncio". Entretanto, por sabedoria e bondade – que se tivesse sido imitada pelos outros magistrados que tiveram o poder prorrogado teria livrado Roma do inconveniente fatídico – o cônsul negou-se "categoricamente a acatar essa deliberação, dizendo que os maus exemplos deviam ser debelados e não acrescidos de outro exemplo pior, exigindo que fossem nomeados novos cônsules" (*Discursos*, III, 24, p. 397).

⁹² Conforme nota Vivanti (1997, p. 1108, §2, nota 2), ao terminar o consulado de Públio, este, com o exército, se preparava para atacar Palépolis. O senado, em harmonia com os tribunos da plebe, "votou uma lei que permitia ao cônsul saído do cargo de comandar o exército como procônsul". Tito Lívio (VIII, 26) destaca que "ocorreram duas circunstâncias, em relação ao seu consulado, que nunca haviam ocorrido antes: a prolongação de seu mandato e um triunfo posterior à expiração de seu cargo".

"o cidadão que passasse muito tempo no comando dum exército ganhava os seus favores e tornava-o seu partidário, pois, com o tempo, aquele exército se esquecia do senado e só reconhecia aquela comandante" (*Discursos*, III, 24, p. 398).

Ora, as consequências originadas pela lei agrária no período dos Gracos repercutiam na baixa rotatividade de comando das tropas consulares romanas. Pela longa e contínua convivência nos campos de batalha – cada vez mais distantes do coração da República de Roma –, os soldados deixavam de responder aos interesses estritamente estatais, tornando-se *partidários* [*partigiano*] das causas *pessoais* daquele que os comandava. A formação de facções com sequazes que ambicionavam não mais a realização do bem público, mas dos interesses particulares, encontrava, então, sua dimensão militar. Se as milícias romanas, com o tempo, renunciaram o exercício de sua função pública e, portanto, política, não reconhecendo mais o Senado como o seu principal regulador, mas sim o comandante, então o nexos entre guerra e política começava a esmorecer. Apesar de não testemunharmos um desligamento completo e abrupto entre essas esferas, como ocorreria com os Estados italianos do *Cinquecento*, o campo militar iniciava sua autonomização frente ao âmbito público.

Dessa maneira, a formação das facções promovida pelo reavivamento da lei agrária encontrava seu suporte armado. Pelo contínuo prolongamento dos comandos militares e a crescente afeição dos soldados, não a Roma, mas aos cônsules, "Sila e Mário conseguiram encontrar soldados que o seguissem, em prejuízo ao bem público" e "César conseguiu ocupar a pátria" (*Discursos*, III, 24, p. 398). Os dois motivos pela ruína da liberdade romana, enfim, se interconectam: a formação das seitas, buscando vias extraordinárias para a resolução das contendas, e a gradual desvinculação dos exércitos da autoridade política romana, provendo sectários armados para a proteção dos partidos, são responsáveis por minarem o *vivere libero* da República.

3.3 A formação das armas próprias

E como Maquiavel sistematiza essa união de guerra e política representada pela formação das milícias cidadãos? Isto é, como o campo militar pode ser, novamente, subsumido no campo político através da formação de exércitos próprios? Qual é, afinal, o projeto político-militar que o Secretário florentino tinha em mente?

3.3.1 A caracterização da ordenança: o serviço militar em tempo parcial

Como temos longamente discorrido até o presente momento, as cidades "precisam de armas". Diante da imprescindibilidade, "quando não têm armas próprias, assoldam estrangeiras". Mas, com essa medida, "o bem público é mais depressa prejudicado", pois essas armas "são mais fáceis de corromper-se" (*Arte da Guerra*, I, p. 27). Conseqüentemente, "nunca ninguém que ordenasse república ou reino deixou de acreditar que aqueles que os habitavam devesse defendê-lo com as armas". A segurança política do Estado depende desta providência elementar: as armas nas mãos do próprio povo. Aos legisladores virtuosos cabe o reconhecimento da importância de regular politicamente o exercício da guerra. Mas, de que forma uma cidade pode formar seu próprio exército? Ora, afirma o Secretário florentino, como "[...] não podemos confiar em outras armas senão as próprias", "tais armas não podem ser ordenadas senão por meio de ordenança"; na realidade, "não se pode por outra vias introduzir quaisquer formas de exército em lugar algum, nem de outro modo ordenar uma disciplina militar" (*Arte da Guerra*, I, p. 28-29).

A base para o exército próprio é, portanto, a *ordinanza*. Os Estados devem ser responsáveis pela organização de tropas regulares que prestam serviço *exclusivo* à pátria – em contraposição à dedicação volúvel dos bandos mercenários. É, justamente, a principal característica dessas milícias o fato de os soldados serem provenientes do próprio local que defendem. Mas, sobretudo, são infantes e cavaleiros que nos tempos de guerra são convocados ao serviço militar e desempenham *temporariamente* a função de soldado. Na paz, ou findada a guerra, retornam ao lar e reassumem os afazeres cotidianos individuais.

Um Estado bem-ordenado, que deposita no próprio povo a garantia da defesa armada, não pode consentir que súditos, ou cidadãos, façam da guerra seu ofício: a atividade militar deve ser uma função de tempo parcial, justamente porque os soldados não são *exclusivamente* soldados, mas desempenham uma função social, econômica e política (além da participação na guerra) no interior da cidade que protegem⁹³. Homens bons, afirma o Secretário florentino, "que não usam a guerra como arte pessoal", "não querem dela extrair nada além de canseira, perigos e glória [*fatica, pericoli e gloria*]", diferente dos exércitos profissionais que desejam arrebatam tão somente ganhos pessoais,

⁹³ Ou seja, a arte da guerra é uma arte constante e permanente apenas ao Estado, aos súditos e aos cidadãos deve ser um exercício impreterivelmente provisório.

sobretudo financeiros. Porém, os soldados-cidadãos, "quando já gloriosos o bastante, desejam retornar ao lar e viver de sua arte" (*Arte da Guerra*, I, p. 15).

Devemos notar, assim, em primeiro lugar, o caráter sobre a disposição do tempo daqueles que desempenham o serviço militar. O Estado não pode incentivar, nem permitir, que os milicianos se afastem das atividades civis para dedicar-se integralmente àquela militar. Efetivamente, "devem os reis, se quiserem viver seguros", ter suas infantarias "compostas de homens que, chegado o tempo de fazer a guerra, a façam de bom grado por amor ao rei, e, chegada a paz, com mais gosto retornem ao lar" (*Arte da Guerra*, I, p. 18). Efetivamente, o rei "deve querer que, chegada a paz, os seus príncipes voltem a governar seus povos, os gentis-homens voltem ao cultivo de suas propriedades, e os infantes voltem a sua arte particular". Dessa forma, "todos eles farão a guerra para ter paz, e não procurarão perturbar a paz para ter guerra" (*Arte da Guerra*, I, p. 18).

Em segundo lugar, é relevante ressaltarmos, que os soldados que combatem motivados pelo fator financeiro não são capazes de obter o reconhecimento e o prestígio pelos feitos realizados no campo de batalha, sintetizados no conceito da *glória*. A recompensa pelo serviço prestado, conquanto os mercenários coloquem em risco a própria vida, é apenas o soldo pré-acordado, ou, no máximo, as presas de guerra. De fato, a *glória* é uma recompensa reservada àqueles que combatem em defesa do bem público. É por isso que "Pompeu e César, e quase todos os comandantes que viveram em Roma depois da última guerra com Cartago, conquistaram *fama* de valorosos, não de bons"; e os que haviam "vivido antes deles conquistaram *glória* como valorosos e bons". Porque, justifica o Secretário florentino, estes – que comandaram os exércitos antes da conflagração na Terceira Guerra Púnica – "não tomaram o exercício da guerra como arte pessoal", e "os que mencionei antes" – Pompeu, César e sucessores – "a usaram como arte sua" (*Arte da Guerra*, p. 14, grifo nosso)⁹⁴. Isto é, a bondade desses

⁹⁴ Victor A. Santi, em *La "gloria" nel pensiero di Machiavelli*, realiza um análise apurada sobre a dimensão que o conceito de glória alcança no *corpus* maquiaveliano. Nesse sentido, afirma o intérprete, a "fama", que aqui é reservada aos comandantes que lutaram por interesses pessoais, é "pouco durável e substancial, dado que é obtida por obras submetidas à opinião volúvel do universal; e, dependendo do grau de corrupção deste, é frequentemente de pouca validade". A "glória", ao contrário, "é obtida através das próprias obras e entra em regras fixas para julgar a autenticidade" (1978, p. 27-28). Sobre essa passagem específica, Santi (1978, p. 31-32) nota que a "simetria na sintaxe nos permite identificar que a principal articulação [*pernio*] da comparação é a palavra *bons*; estando fortemente ancorada à moralidade, é impossível conquistar "glória" sem ser moralmente "bons", enquanto esse elemento não é absolutamente necessário para obter "fama". Sobre essa distinção cf. especialmente o capítulo II da obra, *L'essenza di "gloria": "gloria" distinta da "fama" e "lauda"*, p. 25-36.

indivíduos está fundada na não utilização dos exércitos para prerrogativas de facções. Bondade que, por sua vez, está na base da memorável glória por eles granjeada.

Maquiavel já havia explicitado a pertinência deste elemento no capítulo 43 do Livro I dos *Discursos*, quando determinava que "aqueles que combatem por sua própria glória são bons e fiéis soldados". Aqui, o Secretário florentino assinalava com veemência para a diferença que há "entre um exército contente, que combate pela sua glória, e outro contrariado, que combate pela ambição alheia". Em parte, é justamente disso que brota a "inutilidade dos soldados mercenários", pois não possuem outro motivo "para se manterem firmes além do pouco soldo que lhes é dado". Contudo, isso não é, e nem pode ser, o "bastante para mantê-los fiéis e amigos, capazes de morrer por ti", uma vez que "nos exércitos onde não haja *afeição* para com aquele por quem se combate, *afeição* que faça os soldados tornar-se seus partidários, nunca poderá haver *virtù* suficiente para resistir a um inimigo um pouco virtuoso". Assim, como esse "amor e essa tenacidade só podem nascer de teus súditos, se quiseres manter um estado, se quiseres manter uma república ou um reino", "precisarás armar-te de teus súditos, como fizeram todos os que tiraram grande proveito dos exércitos" (*Discursos*, I, 43, p. 132, grifo nosso)⁹⁵. Em outras palavras, o dinheiro não é capaz, sob hipótese alguma, de substituir a função que a dinâmica política desempenha na atribuição de estreitar o laço de afeição entre governantes e governados.

3.3.2 O recrutamento e suas atribuições políticas

Com isso em vista, o início para a formação de uma unidade armada é, obviamente, o *recrutamento* dos soldados, porquanto "para ordenar o exército é preciso encontrar os homens, armá-los, e ensiná-los a enfrentar o inimigo parados ou em marcha" (*Arte da Guerra*, I, p. 21). Para a etapa inicial, convém "proceder ao *delectus*, que é como diziam os antigos; e o que chamaríamos de seleção" (*Arte da Guerra*, p. 22). Aliás, é na própria definição dessa arregimentação, que Maquiavel se apropria dos ensinamentos da História, que identificamos seu objetivo: "porque *delectus* quer dizer

⁹⁵ É novamente Santi (1978, p. 98) que chama a atenção para um interessante desdobramento da questão: o desejo de "glória" é também um fator apreciável para "refrear" ["*frenare*"] os soldados, especialmente os soldados da república. Castillo Vegas (2009, p. 142), por sua vez, argumenta que é precisamente uma das vantagens das repúblicas em respeito aos principados é que podem "recompensar aos soldados não somente com dinheiro, mas com glória. Enquanto que o tirano monopoliza para si toda honra e suspeita dos soldados valentes, a repúblicas reconhecem a estes a glória que merecem". Ou seja, no regime republicano funcionam poderosos estímulos que favorecem a aparição de bons soldados.

tirar os melhores de uma província e ter o poder de escolher os que não querem combater e os que querem" (*Arte da Guerra*, I, p. 22).

A escolha dos homens que irão compor os exércitos próprios se funda na capacidade institucional do Estado – por decretos, leis, etc. – de *selecionar* àqueles que estão factualmente aptos ao serviço militar. A propósito, o *delectus* independe, inclusive, da vontade particular de cada indivíduo sobre sua disposição de empunhar armas ou não. Com efeito, o caráter imperativo do exercício bélico, uma vez atribuído ao Estado, pressupõe a capacidade de seletar soldados considerando determinadas condições – sobretudo físicas, mas também morais – que estão além do mero espírito voluntarioso daqueles que pretendem combater (voluntariedade que, como veremos posteriormente, será enfaticamente desaprovada por Maquiavel).

Assim, "cada república e cada reino deve escolher os soldados de suas terras, sejam elas quentes, frias ou temperadas". Ou seja, a exigência basilar para organizar a arregimentação faz referência tão somente ao *domínio* da cidade: "não podes [...] fazer *delectus* a não ser nos lugares a ti submetidos, porque não podes pegar quem quiseses nas terras que não são tuas, e sim aceitar os que querem combater" (*Arte da Guerra*, I, p. 22). Isto é, o Estado não pode organizar uma seleção de fato em um território que não lhe pertence. Na verdade, os indivíduos que "não são teus súditos e combatem voluntariamente não são dos melhores, aliás, são dos piores de uma província", pouco diferindo dos execráveis soldados mercenários: são exatamente os "indecentes, ociosos, sem freio, sem religião, esquivos à autoridade paterna, blasfemadores, jogadores, de todo mal-educados" aqueles que querem combater. Porém, alerta Colonna, "nada pode ser mais contrário a uma verdadeira e boa milícia do que tais costumes" (*Arte da Guerra*, I, p. 23).

Tendo Maquiavel interditado a possibilidade de a classe militar advir de territórios forasteiros e do voluntariado de indivíduos com o espírito inclinado à guerra, como o recrutamento seria levado a efeito no interior de uma cidade? O projeto para o *delectus* apresentava o serviço militar como uma atividade *obrigatória* aos cidadãos e súditos, ainda que não fosse instantaneamente universal – cujos motivos exporemos logo abaixo⁹⁶. Dessa forma, o recrutamento deveria abranger homens em "idade

⁹⁶ Pieri (1975, p. 25) denuncia a fragilidade do quesito da obrigatoriedade do exercício militar no pensamento de Maquiavel. Enquanto no sistema suíço e no prussiano, destaca o intérprete, a obrigação militar é *realmente* para todos, e apenas através da fraude existe a possibilidade de esgueirar-se dele, "o serviço no exército-modelo [*esercito-tipo*] de Maquiavel não é nem verdadeiramente obrigatório nem verdadeiramente voluntário: na realidade, seria obrigatório, mas sem aquele caráter de necessidade e de

militar": caso fosse necessário criar uma milícia inteiramente nova, explicava Fabrizio, escolheria os indivíduos de "dezessete a quarenta anos"; "se precisasse restaurar uma que já tivesse constituída, de dezessete, sempre" (*Arte da Guerra*, I, p. 24)⁹⁷.

Porém, se o *deletto* é a seleção dos melhores homens disponíveis em um determinado território, e, uma vez instituído o arrolamento, este se assenta sobre a obrigatoriedade, qual seria o elemento motivador para que os soldados empunhassem armas e se firmassem na defesa aguerrida do Estado? Essa obrigação ao serviço militar seria a expressão de uma imposição amparada essencialmente pela força?⁹⁸

Nesse sentido, alegava Maquiavel por intermédio de Colonna, "deveis entender que os homens conduzidos à milícia a mando do príncipe devem vir nem de todo pela força, nem de todo por vontade própria". Pois, por um lado, um exército baseado no voluntarismo – na "vontade plena" dos combatentes – acarretaria uma série de inconvenientes; por outro, coagir os indivíduos à atividade militar através da "força total" também "produziria maus efeitos". Portanto, "deve-se tomar o caminho do meio, no qual não haja nem força nem vontade total, mas que os homens sejam atraídos pelo *respeito* [*rispetto*] que tenham pelo príncipe, e assim temam mais o seu desdém [*sdegno*] que a pena iminente". Ademais, "sempre convirá que a força esteja de tal modo misturada à vontade, que dela não nasça tanto descontentamento que produza maus efeitos" (*Arte da Guerra*, I, p. 26).

Entretanto, aqui, devemos notar, que Maquiavel deixa uma lacuna tanto teórica quanto prática. Como seria possível essa mediania, um tanto delicada, que visava equilibrar força e voluntarismo condensados na ideia de "respeito", ser alcançada no recrutamento dos soldados? De fato, o Secretário florentino não se esforça para dar uma resposta satisfatória a um problema que havia sido criado pelo próprio desdobramento

universalidade que faz do princípio uma lei". Ou seja, conferindo à lei "a capacidade de reconhecimento generalizado e aceitação".

⁹⁷ Questionado sobre essa distinção, Fabrizio locupletava que "precisando eu ordenar uma milícia onde não a houvesse, seria necessário escolher todos os homens mais aptos e que também estivessem em idade militar, para poder instruí-los [...]; mas se tivesse de fazer o *delectus* nos lugares onde a milícia já estivesse ordenada, para complementá-la escolheria homens de dezessete anos, porque os outros há mais tempo estariam escolhidos e inscritos" (*Arte da Guerra*, I, p. 24).

⁹⁸ Era justamente esta uma das objeções que aqueles que recriminavam a ordenança levantavam. Conforme contrapõe Cosimo, esses indivíduos dizem que ela é "inútil e, confiando nela, perdemos o estado; ou ela é virtuosa, e quem a comanda poderá com ela facilmente arrebatá-los o estado. Cítam os romanos, que, exatamente com tais armas próprias, perderam a liberdade; citam os venezianos e o rei de França: os primeiros porque, para não terem de obedecer a um cidadão dos seus, usam armas alheias, enquanto o rei de França desarmou seus povos para poder mais facilmente comandá-los. Bem mais que isso, porém, temem a inutilidade. Para a qual mencionam duas razões principais: uma é que os soldados são inexperientes; a outra é que eles têm de combater à força; pois dizem que depois de crescido ninguém aprende as coisas, e pela força nunca se fez nada de bom" (*Arte da Guerra*, I, p. 25).

argumentativo de seu posicionamento. A falta de um esclarecimento pormenorizado sobre este ponto poderia implicar em uma grave deficiência para uma futura ordenança baseada no sistema proposto no diálogo. O projeto político-militar maquiaveliano para o *delectus* partia de um frágil pressuposto, que depositava no respeito ao governante um estímulo suficientemente forte para que os infantis colocassem em risco a própria vida no campo de batalha.

Em outras palavras, Maquiavel não se preocupa em esclarecer a maneira pela qual os dois extremos poderiam ser evitados e contrabalanceados em algo que seguisse a *via di mezzo*: em um lado da balança, o serviço prestado pelo puro temor infundido nos sujeitos pela força; no outro, a simples vontade – que, justamente nesse caso, não é especificada se é originada em uma natureza propensa ao belicismo dos combatentes, ou em um sentimento de amor quase incondicional à pátria ou ao príncipe. Da bipolaridade de opções, Maquiavel não apresenta as medidas necessárias para alcançar o equilíbrio essencial, onde os soldados pudessem servir nas fileiras instigados pelo respeito nutrido para com o soberano⁹⁹. Ora, considerando a relevância nevrálgica do assunto, exatamente por tratar-se de uma preocupação prática, a insuficiência da argumentação política maquiaveliana se evidencia. Ao não especificar as condições, sobretudo políticas, necessárias para que a arregimentação pudesse ser fundada numa amálgama de força e vontade, o discurso maquiaveliano era fragilizado.

Portanto, postulado um entrave acentuado em qualquer espécie de voluntarismo, como destaca Pieri (1975, p. 21), seria necessário buscar a força do exército propriamente naqueles elementos que não ostentam vocações guerreiras, e, frequentemente, não desejam inteiramente serem armados ou instruídos. Na realidade, todos podem ver "como o princípio é perigoso e elástico". Na melhor das hipóteses, prossegue o intérprete, a escolha recairia sobre aqueles elementos para os quais não somente a necessidade da pátria, mas o desejo do Estado ou ainda somente do superior,

⁹⁹ No projeto de reconstituição da ordenança florentina – apresentado em *Sul modo di ricostituire l'ordinanza* –, feito por Maquiavel em 1522 para o cardeal Giulio de' Medici, a noção era esclarecida nos seguintes termos: uma milícia composta somente por aqueles que "desejassem vir", isto é, por voluntários, não encontraria "dois mil [indivíduos] em todo o país". Portanto, seria necessário fundar-se sobre "aquela autoridade e reverência que possui o príncipe em seus súditos". Em decorrência disso, "aqueles que, sendo perguntados se queriam ser soldados, diriam não, sendo solicitados, viriam sem recusar". Nesse sistema não existiria nem totalmente as "súplicas" nem totalmente a "força". No original: [...] *se voi volessi scrivere solamente quelli che vogliono venire, voi non adgiugneresti ad 2 mila in tucto el paese vostro. Et però bisogna cappare quelli che altri vuole; dipoi, ad farli stare contenti, non bisogna né tucti preghi né tucta forza, ma quella autorità et reverentia che ha ad havere el principe ne' subditi sua; di che ne nasce che coloro che, essendo domandati se volessino essere soldati, direbbono di no, sendo richiesti, vengono sanza recusare [...]* (MACHIAVELLI, 1971, p. 53).

constituem a obrigação: "os elementos já por sua natureza e educação disciplinados, respeitosos, sérios", aqueles que possuem "honestidade e vergonha", muito preferíveis aos pretensos voluntários, insolentes e somente vagabundos (PIERI, 1975, p. 21).

Sobre a mesma discussão, derivava ainda uma questão que certamente havia perturbado o Secretário florentino na organização da Ordenança de 1506 em Florença e, nessa ocasião argumentativa, se firmava como um ponto pertinente: "havendo-se portanto de fazer esse *delectus* nas terras próprias", interpelava Cosimo, um dos interlocutores secundários do diálogo, "donde julgais melhor extrair os homens, da cidade ou do campo?" (*Arte da Guerra*, I, p. 24). "Todos os que escreveram" a respeito do assunto, afirma o porta-voz de Maquiavel claramente referenciando-se ao *De re militari* de Vegécio¹⁰⁰, "concordam que é melhor escolhê-los no campo, por serem homens avezados ao desconforto, criados na labuta, que têm o costume de ficar ao sol, fugir à sombra, lidar com o ferro, cavar fossos, carregar peso, não ser astuciosos nem maliciosos".

Entretanto, como os exércitos precisam ser formados por dois tipos de soldados – os infantes, que combatem a pé, e os cavaleiros, obviamente, a cavalo – "nesse assunto minha opinião seria que [...] os peões fossem selecionados no campo e nas cidades os montados" (*Arte da Guerra*, p. 24). Ademais, essa diferença acerca da localidade de onde cada categoria de soldado deve ser recrutada nos permite extrair algumas valiosas considerações – ponderado nosso propósito – onde o nexo entre guerra e política volta a ser estreitado.

[a] *O aspecto da eficiência e utilidade militar.* Os indivíduos oriundos das regiões rurais, do *contado*, estariam habituados com o desconforto e a severidade das rotinas implícitas nas atividades que precedem as batalhas. Além disso, a experiência do trabalho no campo poderia servir como um proveitoso complemento à função de soldado, pois "[...] os lavradores, que estão acostumados a lavrar a terra, são mais úteis que ninguém; porque de todos os ofícios esse se usa mais que os outros nos exércitos". De fato, complementa Maquiavel reportando-se às demais artes que esses indivíduos

¹⁰⁰ Como vários outros eixos temáticos apropriados por Maquiavel da obra de Vegécio, é precisamente essa a pauta do capítulo III do Livro I do *Epitoma rei militaris*. O escritor romano afirma que não há dúvidas sobre a maior "aptidão para as armas da gente rústica, crescida nas intempéries e habituada aos trabalhos pesados, capaz de suportar o calor do sol sem procurar o conforto da sombra, desconhecadora dos banhos, não acostumada aos refinamentos, de ânimo simples, satisfeita com a comida escassa que pode ter, de corpo curtido para suportar qualquer esforço, que nas atividades agrestes tenha aprendido a usar ferramentas de ferro, a escavar fossos e a carregar pesos gravosos" (VEGEZIO, 1984, p. 7).

poderiam exercer – como os ferreiros, os lenhadores, os ferradores e os talhadores – é "muito bom ter um soldado do qual se extraia duplo serviço" (*Arte da Guerra*, I, p. 30).

[b] *O aspecto da conveniência política.* O recrutamento da infantaria seria, teoricamente, facilitado no *contado* pelo fato de os camponeses apresentarem um comportamento dessemelhante àquele usualmente identificado nos habitantes da cidade: eram pessoas simples, "*sanza astucia e sanza malizia*". Em outras palavras, compor a infantaria com essa categoria de indivíduos apresentaria uma margem maior de segurança, pois não haviam sido maculados pela sede das facções que acometiam os Estados, sobretudo os contemporâneos. As armas, concedidas através das ordenações políticas, não seriam tão facilmente convertidas em instrumento para arrebatam o poder ou alimentar e agravar os conflitos entre partidos.

Talvez o caráter crucial dessa questão fique um tanto mais claro quando consideramos o contexto das divisões políticas de Florença e sua relação com a ordenança de 1506. O Estado florentino, explicava Maquiavel em *La cagione dell'ordinanza*, estava dividido em três partes: a cidade, o condado e o distrito, composto pelos territórios das cidades submetidas – Arezzo, Borgo Sansepolcro, Cortona, Volterra, Pistoia. O provimento de armas para a cidade deveria ser considerado como um processo gradual, iniciando-se pelo *contado* e estendendo-se gradativamente à cidade e ao distrito.

Por um lado, as razões que o Secretário florentino oferece em *La cagione della ordinanza* para não armar as cidades do distrito no início da formação da milícia parece "genuína e bem fundada". Enquanto os habitantes do *contado* poderiam ser invocados porque não tinham para onde recorrer para sua proteção, exceto à Florença, não reconhecendo "nenhum outro patrono", as cidades submetidas no *distretto* "eram muitas vezes abertamente hostis em relação à Florença, desejosos em recuperar a sua independência" (HÖRNQVIST, 2010, p. 116-117). Se armados, seria mais provável que estes súditos usassem as armas fornecidas pelo Estado não para defender a república contra a agressão de potências estrangeiras, mas para rebelar-se contra ela. Dessa forma, "o armamento do *distretto* teria que esperar até que o do *contado* fosse devidamente organizado militarmente" (HÖRNQVIST, 2010, p. 117). Por outro lado, os motivos elencados por Maquiavel para o adiamento do armamento da cidade de Florença são mais evasivos. Uma vez que o papel da cidade é "comandar e fornecer tropas de cavalaria, e uma vez que é mais difícil aprender a comandar do que a obedecer", argumenta, "é preferível começar por impor obediência ao *contado* e não pela nomeação

de comandantes na cidade" (HÖRNQVIST, 2010, p. 117). Entretanto, essa não é uma explicação satisfatória do ponto de vista técnico militar. Mas, isto que "parece ser um incomum argumento fraco", deveria, na realidade, "ser considerado como um manuseio hábil de uma questão sensível" (HÖRNQVIST, 2010, p. 117).

Devemos notar que armar a cidade estava longe de ser um ponto pacífico no ambiente político florentino. Como ilustra Guicciardini (1974, p. 226-277), a Ordenança, essa "coisa nova e insólita", despertava o receio de que, se instituída no coração da cidade, pudesse ser convertida em um instrumento para o arrebatamento da liberdade republicana e o estabelecimento de um poder tirânico por parte de Soderini. Efetivamente, o provimento de armas, ainda que de modo ordenado, estimulava o temor de uma nova ditadura, sobretudo por parte dos aristocratas florentinos, que não viam com bons olhos essa medida que virtualmente delegaria "excessivo" poder ao povo. O "terror do déspota" – como cunha oportunamente a expressão Chabod (1993, p. 370) –, poderia solapar o projeto maquiaveliano. Nesse sentido, conclui Hörnqvist (2010, p. 117), adiar o armamento da cidade para um distante e indeterminado futuro foi uma das várias jogadas estratégicas que ajudaram a tornar a milícia possível¹⁰¹.

Assim, se, em *La cagione dell'ordinanza*, o tergiversar de Maquiavel sobre a razão para a arregimentação iniciar-se pelo campo havia uma justificação prática, ainda que encoberta por considerações de ordem técnica-militar, em a *Arte da Guerra* a motivação *política* para isso se sobressai. Como atestava a situação florentina, tanto a simplicidade de caráter – com a ausência de astúcia e maldade – dos camponeses quanto a dependência do *contado* ao poder central da cidade, tornavam o início da formação da milícia por esses indivíduos, armando o *grosso* dos habitantes e formando adequadas infantarias, mais simples. Ou seja, a arregimentação prévia no campo representava uma questão de *conveniência política*.

[c] *O aspecto do melhoramento institucional e constitucional*. Armar os camponeses representaria o reconhecimento da necessidade de uma adequação das estruturas políticas do Estado. Assim como frisávamos insistentemente no capítulo 1, a necessidade da cidade prover-se de armas próprias é responsável por encaminhar a conjuntura legal à sua melhor forma. Nesse sentido, é lícito conjecturarmos: por qual motivo um camponês, destituído de privilégios públicos e políticos, empunharia armas

¹⁰¹ Schellens (2006, p. 54) é ainda mais enfático. Para o intérprete, "Maquiavel tem a opinião de que a divisão política na cidade era muito grande para começar o experimento da milícia e não lhe parecia sábio escrever a verdade e ofender, desse modo, seus concidadãos. Isso colocaria em perigo seu projeto".

para defender uma cidade da qual não se sentia parte? Realmente, apenas indivíduos que se reconhecem enquanto partícipes da dinâmica estatal – seja através de um envolvimento mais ativo, no caso das repúblicas, ou mais reservado e indireto, nos principados – poderiam assegurar o êxito das milícias próprias.

O caso florentino, novamente, pode nos auxiliar a balizar essa constatação. Os *contadini*, sobre os quais repousava a esperança da futura infantaria, possuíam limitados direitos políticos, ou, sequer os possuíam. A participação ativa nas deliberações da república era restrita aos cidadãos – em contraposição aos *súditos* do condado e do distrito – de Florença. Nesse sentido, os camponeses, obrigados ao serviço militar por decreto legal, eram colocados sob a autoridade do Estado e de seus comandantes: "os conscritos foram equipados com armas que não eram bens particulares de sua posse, mas pertencentes à república de Florença". Aqui, como bem nota Hörnqvist (2010, p.116), era esperado que as armas, a disciplina e a organização implícita nas atividades militares pudessem servir como um elemento unificador para agregar o até então pouco estruturado Estado territorial florentino. Em uma carta de janeiro de 1506 aos *Dieci* essa intenção era explicitada, quando Maquiavel se referia à ordenança como “um projeto de reforma de uma província [*una impresa di riformare una província*]” (MACHIAVELLI, 1964, p. 927). Ora, o primeiro passo para a sistematização de uma defesa aguerrida para a Cidade era transformar os diversos condados em um Estado *de fato* florentino. Essa extensão dos "direitos republicanos" – entendidos como a possibilidade de participação política – aos súditos seria um estágio indispensável para a formação de uma milícia completa, efetivamente aos moldes daquela romana.

3.4 A proeminência da infantaria sobre a cavalaria: motivações técnicas e políticas

Assim, como fica evidente através da argumentação exposta até o momento, o projeto militar maquiaveliano estava alicerçado fortemente na interpretação da história romana. Entretanto, seu intuito não destoava, nem tampouco era completamente estranho, à evolução das práticas bélicas que as grandes potências europeias, como um todo, haviam protagonizado a partir do declínio do período Medieval. A transição da arte militar da Idade Média àquela do Renascimento havia sido caracterizada por algumas transformações que remodelaram a práxis guerreira.

Entre algumas transfigurações que paulatinamente ocorriam, uma ocupou um lugar de destaque no pensamento do Secretário florentino: a importância atribuída à infantaria e à cavalaria. Conforme a história da república latina respaldava, os exércitos

baseados em infantas haviam sido a espinha dorsal das tropas que conquistaram o mundo. A cavalaria, por seu turno, era um aspecto complementar aos soldados que combatiam apeados nas sólidas ordenações táticas romanas. Nesse contexto, testemunhamos Maquiavel recuperar a "secundariedade" das tropas montadas – como pretendemos, aqui, expor – fundando sua motivação em uma posição que já nos é habitual: por um lado, por um estímulo de ordem técnica; por outro, por razões de ordem política. Recuperação que, doravante, é o pano de fundo de nossa exposição.

Pieri (1975, p. 12) nos oferece um panorama dessa reforma tática no campo militar. Durante o Medievo, afirma o intérprete, o verdadeiro combatente é o cavaleiro que, sempre armado pesadamente, levava consigo um certo número de pessoas – escudeiros, pajens [*paggio*], mancebos – que possuíam a incumbência de assisti-los durante os combates. Todavia, nos séculos XIV e XV essa comitiva tende a tornar-se sempre mais regular, e "cavaleiros e séquito se reassumem na expressão da 'lança'". Na realidade, especialmente na Inglaterra e na França, sobretudo pela influência crescente que os arqueiros ingleses exerceram no campo de batalha durante a Guerra dos Cem Anos, o cavaleiro sente a necessidade de, por um lado, melhor proteger-se contra as armas de tiro, reforçando a armadura defensiva e a proteção do cavalo, mas, por outro, de acrescentar ao séquito indivíduos com postura ofensiva: um ou dois atiradores de lanças, arqueiros ou balestreiros; porém, tal cortejo a pé não formava ainda corpos táticos, mas representava sempre um elemento auxiliar dos homens de arma a cavalo.

Contudo, o cavaleiro não renuncia seu papel como principal combatente, mas ocorre uma tentativa para adaptação da "cavalaria medieval às novas exigências, um esforço evolutivo da velha práxis guerreira" (PIERI, 1975, p. 12). Todavia, tal adequação não consegue evitar que, na prática, "o cavaleiro venha sempre perdendo mais terreno diante dos atiradores [de lança] e que se manifeste uma evolução que, apesar de lenta, deveria conduzir ao triunfo da infantaria sobre a cavalaria"¹⁰². Nesse

¹⁰² Para Gilbert (1977, p. 256), a organização militar Medieval constituía uma parte integrante do período, ruindo quando a estrutura social da Idade Média começou a desintegrar-se. Do ponto de vista espiritual e econômico, explica o intérprete, o cavaleiro foi um produto típico da Idade Média: numa sociedade onde Deus era considerado a cabeça de uma hierarquia, se esperava que cada Estado cumprisse uma função religiosa, e toda atividade leiga tivesse um significado religioso. A incumbência particular da cavalaria era a de proteger o povo do país; indo à guerra, o cavaleiro servia a Deus, colocando seus serviços militares à disposição do senhor ao qual a Igreja havia confiado a direção da atividade leiga. Além do aspecto espiritual e religioso, a ligação entre vassalo e senhor tinha ainda seu lado econômico. O senhor feudal doava sua terra – o feudo – ao cavaleiro, e este, aceitando-o, assumia a obrigação do serviço militar em tempo de guerra. Era, em suma, uma troca de bens contra a prestação de um serviço como convinha à estrutura agrária e ao sistema feudal medieval. No entanto, considerando que a organização militar era um produtor típico de todo sistema social medieval, toda mudança fundamental repercutia inevitavelmente no

caso, Maquiavel teria percebido o movimento de reestruturação na composição dos exércitos, e assinalado para a necessidade de observar o "novo" modo de condução militar.

Pois, arguiu o Secretário florentino, considerando as lições do passado e a experiência política-militar moderna, "julgo que não se deve dar mais peso à cavalaria do que se dava antigamente", pois "muitas vezes em nossos dias ela foi envergonhada por infantes, o que será sempre que se bater com uma infantaria armada e ordenada" (*Arte da Guerra*, II, p. 50). O posicionamento defendido na *Arte da Guerra*, novamente, não é inédito. No capítulo 18 do Livro II dos *Discursos*, espelhando-se nos latinos, ele já havia afirmado que "segundo a autoridade dos romanos e o exemplo da antiga milícia, se deve dar mais valor à infantaria do que à cavalaria" (p. 244). Realmente, os romanos "em todas as ações militares, davam mais valor à milícia a pé do que a cavalo", e nela "apoiavam todos os seus planos de ação". Essa opinião "é corroborada não só por muitos exemplos antigos e modernos, mas também pela autoridade daqueles que dão as regras das coisas civis" – ou seja, aqueles que da história trazem indicações de caráter geral sobre as sociedades humanas –, pois "eles nos mostram que as guerras começaram a ser travadas com a cavalaria porque ainda não existia a ordem das infantarias, mas, assim que estas foram ordenadas, percebeu-se que eram muito mais úteis que aquela" (*Discursos*, III, 18, p. 245-246).

Contudo, isso não significa que Maquiavel estivesse propondo uma extinção da cavalaria enquanto força militar. "Deve-se, sim", reconhece o autor, "ter cavalaria, mas como segundo fundamento do exército, e não primeiro". Sua função, "necessária e muitíssimo útil", estaria voltada para "reconhecimentos, para correr e devastar as terras inimigas, para maltratar e molestar seu exército e mantê-lo sempre em pé de guerra, para embargar-lhes os víveres". Porém, "quanto às batalhas e às pelejas campais", que são, enfim, "o mais importante na guerra e a finalidade para a qual se ordenam os

campo militar. Quando uma rápida expansão da economia monetária socorria as bases agrícolas da sociedade do medievo, os efeitos de tal desenvolvimento sobre as instituições militares eram imediatos. Efetivamente, era, sobretudo, no campo militar que os protagonistas do novo desenvolvimento econômico – as cidades e os ricos senhores – podiam valer-se especialmente das novas ocasiões que eram oferecidas, aceitando pagamentos em dinheiro ao invés dos serviços militares: o senhor feudal podia aceitar o pagamento em dinheiro daqueles que não queriam cumprir as obrigações militares, enquanto que, por outro lado, podia manter aqueles cavaleiros que permaneciam no seu exército também além da duração da guerra. Assim, ele podia começar a criar um exército permanente e profissional, sem depender dos vassallos. Mas, finalizava Gilbert, este processo de transformação do exército feudal em exército profissional, de Estado feudal em Estado burocrático e absoluto foi muito lento, e atingiu a culminância somente nos Oitocentos, enquanto que o autêntico espírito cavaleiresco dos exércitos feudais se extingue muito rapidamente.

exércitos", "são mais úteis em seguir o inimigo já desbaratado do que para alguma outra coisa que nela mesma se faça, sendo sua *virtù* bem inferior à da peonagem" (*Arte da Guerra*, II, p. 51). Dito de outro modo, "o fundamento e o nervo do exército, aquilo a que ele deve dar mais valor, é a infantaria". À cavalaria é reservado o papel complementar de "realizar buscas, devastações e saques, [...] seguir o inimigo em fuga e [...], em parte, fazer oposição à cavalaria inimiga" (*Discursos*, II, 18, p. 46).

Efetivamente, a culpa pela calamitosa situação militar em que a península itálica se encontrava, residia, em parte, na absoluta dependência dos Estados italianos de um modelo de exército que fazia da cavalaria o sustentáculo de suas tropas: os mal-afamados mercenários. Nesse contexto, "digo, portanto", prosseguia Maquiavel complementando a crítica um tanto habitual, "que os povos ou reinos que estimarem mais a cavalaria que a infantaria sempre serão frágeis e estarão expostos à ruína", "como se viu na Itália nos nossos dias, que ela foi *pilhada, arruinada e invadida* por estrangeiros, e não por outro pecado senão o de ter cuidado pouco da milícia a pé e de ter reduzido todos os seus soldados à cavalaria" (*Arte da Guerra*, II, p. 51, grifo nosso)¹⁰³.

Nos *Discursos*, a análise dessa conjuntura era engrossada. Entre os "pecados dos príncipes italianos", responsáveis por tornarem a Itália "submissa aos estrangeiros", o maior foi o de "prezar pouco essa ordem e voltar todos os seus cuidados à milícia a cavalo" (*Discursos*, II, 18, p. 246). A desordeira situação italiana é oriunda, por um lado, "da maldade dos comandantes", e, por outro, da "ignorância dos homens que tinham estado". Pois, visto que, "de vinte e cinco anos a esta data, a milícia italiana se reduziu a homens que não tinham estado", mas foram comandadas por mercenários, "estes logo pensaram nos modos de manter-se bem reputados, uma vez que estavam armados, e os príncipes, desarmados" (*Discursos*, II, 18, p. 246).

¹⁰³ No original: "*Dico, pertanto, che quegli popoli, o regni, che istimeranno più la cavalleria che la fanteria, sempre fieno deboli ed esposti a ogni rovina, come si è veduta l'Italia ne' tempi nostri; la quale è stata predata, rovinata e corsa da' forestieri, non per altro peccato che per avere tenuta poca cura della milizia di piè, ed essersi ditotti i soldati tuoi tutti a cavallo*" (*Dell'arte della Guerra*, II, p. 566, grifo nosso). Em termos análogos, em *O Príncipe*, Maquiavel já havia alertado para o trágico desfecho da utilização de exércitos mercenários constituídos por cavaleiros, pois "O resultado de sua *virtù* foi a Itália ter sido invadida por Carlos [*corsa da Carlo*], pilhada por Luís [*predada da Luigi*], violentada por Fernando [*sforzata da Ferrando*] e vilipendiada pelos suíços [*vituperata da' svizzeri*]. Seu sistema tem sido primeiro diminuir a reputação da infantaria, para dar prestígio a si próprios. Fizeram isto porque, não tendo pátria e vivendo de sua ocupação, pouca infantaria não bastaria para lhes dar reputação e, se fosse muita, não poderiam alimentá-la. Por isso, restringiram-se à cavalaria, onde com um numero razoável, eram sustentados e honrados" (*O Príncipe*, XII, p. 62).

Porém, os capitães dessa estirpe, considerando que "não podiam pagar continuamente um número grande de infantes, que não tinham súditos dos quais se valer", já que não tinham Estado, e que "um pequeno número de homens não lhes daria reputação, decidiram sustentar a cavalaria". Pois, explica Maquiavel, "duzentos ou trezentos cavaleiros pagos a um *condottiere* mantinham-lhe a reputação, e o pagamento não era tão alto que não pudesse ser feito pelos homens que tinham estado" (*Discursos*, II, 18, p. 246). Assim, "por ser isso mais fácil e dar-lhes mais reputação, transferiram toda a estima e a reputação da infantaria para a cavalaria". Tal desordem, em um movimento crescente, chegou aos termos onde em "qualquer exército a parte da infantaria era mínima". Essa medida, somada a "muitas outras desordens", "tornou tão fraca a milícia italiana que a Itália foi facilmente subjugada por todos os ultramontanos"¹⁰⁴.

Ora, devemos notar que a objeção de Maquiavel, aqui, não está dirigida exclusivamente aos capitães mercenários. Os *condottieri* são inevitavelmente perversos; seu modelo de exército é estruturalmente falho; e, diante desses dados, o governante não há muito a fazer. A censura do Secretário florentino recai sobre os *próprios* governantes. O pecado que compromete e fragiliza a Itália é a ignorância dos homens de governo, que, mesmo defronte dos indícios da malignidade – técnica e moral – dos mercenários, insistiam em torná-los a exclusiva força militar de seus Estados. De fato, a substancial "diferença de *virtù* que há entre uma e outra dessas ordenações" – antiga, baseada na infantaria, e a moderna, formada essencialmente por cavaleiros mercenários

¹⁰⁴ A incisiva crítica maquiaveliana aos exércitos mercenários pode, então, ser segmentada em três momentos intimamente interligados: [a] o aspecto político; [b] o aspecto econômico; [c] o aspecto técnico-militar.

[a] O Estado que se serve dessas tropas revela uma fragilidade estrutural gravíssima: se armas e leis são os *fundamentos* dos organismos políticos, a cidade em questão delega a um corpo absolutamente estranho a função basilar de defender-se através das próprias armas. Desvincula-se, aqui, guerra e política. Os assuntos bélicos deixam de ser uma incumbência essencialmente estatal. Outorgar a defesa externa do Estado acaba por refletir na dinâmica interna: ao privar os cidadãos do engajamento militar, as instituições, sobretudo republicanas, cerceiam uma face importantíssima da participação política nas determinações estatais.

[b] Contratar soldados a soldo não apenas onera sobremodo o erário público, como também priva o Estado e os soldados de desfrutarem das presas de guerra – geralmente, frutos dos saques.

[c] Enfim, intrinsecamente ligado com o último quesito, por tratar-se de uma relação estritamente econômica, e não política, os *condottieri* guiam e formam seus exércitos baseando-se em critérios financeiros. Tecnicamente falando, bons exércitos são aqueles formados por grossas infantarias. Contudo, manter um grande grupo de mercenários aparecia como um projeto financeiramente inviável – apenas potências que podiam contar com seu próprio povo para a defesa dos assuntos estatais dispunham disso. Para não perder a reputação, os *condottieri* transformaram a cavalaria no nervo de seus exércitos, desfigurando, inclusive, a própria organização da guerra.

Assim, os mercenários apresentam várias graduações de disformidade: política, por delegar a estrangeiros a incumbência de defender a pátria; econômica, por exonerarem em impostos os cidadãos; técnica, por fundarem sua organização militar em um modelo extremamente frágil e debilitado de combate.

– não era desconhecida. Mas, "é tanta a infelicidade desses tempos", que "nem os exemplos antigos e modernos nem a confissão dos erros são suficientes para que os príncipes modernos se apercebam e pensem que, para dar boa reputação à milícia duma província ou dum estado", é necessário "ressuscitar essas ordenações, tê-las em vista, dar-lhes reputação, dar-lhes vida, para que elas devolvam vida e reputação" (*Discursos*, II, 18, p. 249-250).

Dessa forma, o aspecto técnico da superioridade da infantaria sobre a cavalaria aparecia sobreposto ao aspecto político da questão. Ao lado de exemplos modernos e antigos utilizados para sustentar teoricamente a primazia dos infantes¹⁰⁵, podemos identificar um mote particularmente político para a posição que, de certo modo, remonta nossa argumentação pregressa: apenas Estados possuem condições sociais, econômicas e técnicas para formar exércitos baseados em uma grossa infantaria. Somente as cidades minimamente organizadas poderiam encontrar o material humano necessário para a formação das infantarias sem comprometer, com isso, por um lado, as atividades civis básicas à manutenção estatal – como a agricultura, o artesanato, etc. – visto que os indivíduos não se tornam exclusivamente soldados, e, por outro, onerando o erário público através da contratação de uma grande leva de mercenários estrangeiros. Em outros termos, uma infantaria com a capacidade de representar militarmente a pátria e defendê-la de modo eficaz das agressões externas só é possível por meio do recrutamento.

3.4.1 A infantaria e a formação de cidadãos

A necessidade de um exército fundado em uma infantaria apresentava, ainda, um importante desdobramento político. A organização de exércitos próprios baseados em infantarias não correspondia, somente, a uma tentativa de preencher as lacunas militares dos Estados italianos por meio de uma reforma orgânica. A proposta de reordenação do

¹⁰⁵ Entre os antigos, os romanos, que ao sitiarem uma praça-forte em Sora – ou Satícula – onde a cavalaria romana apeou para enfrentar a cavalaria inimiga que se aproximava; o caso dos romanos Crasso e Marco Antônio contra a cavalaria dos partos; Marcos Régulo Atílio, que com sua infantaria tentou resistir não apenas à infantaria, mas também aos elefantes e, se seu intento não teve bom êxito foi pelo fato de não ter confiado em suas tropas. Entre os modernos, os suíços, que em Novara, com seis mil infantes, enfrentaram e venceram dez mil cavaleiros; os mesmos suíços que, em Milão, com vinte e seis mil homens, combateram contra o rei Francisco da Espanha, que trazia consigo vinte mil cavaleiros, quarenta mil infantes e cem carretas de artilharia: embora não tenham vencido a batalha, combateram virtuosamente por dois dias e, apesar da derrota, metade salvou-se; o duque de Milão, Filippo Visconti, que apenas conseguiu derrotar a invasão de dezesseis mil suíços na Lombardia quando Carmingnuola - condottiere do duque – ordenou que seus cavaleiros apeassem para a batalhar. (Cf. *Discursos*, II, 18, p. 247-249).

arranjo dessas tropas também ecoava em um aspecto central na dinâmica política e social das cidades. A participação militar em massa, um pressuposto dessa forma de organização, seria uma peça essencial para a manutenção dos regimes políticos, sobretudo no caso dos exércitos republicanos. Conforme já salientamos em outras oportunidades, as considerações maquiavelianas sobre a influência da práxis militar nos principados é incompleta. A argumentação do Secretário florentino sobre o modo de estruturação dos exércitos principescos e de suas implicações políticas não são evidentes. Nesse sentido, os efeitos internos da relação de guerra e política são mais sensíveis sob essa forma de governo.

De fato, nos regimes republicanos, a conexão entre exército e república é não apenas mais facilmente visualizada, mas essencial. A participação nos exercícios militares pode ser considerada como um importante instrumento para *fazer* cidadãos, e, o engajamento na guerra, uma outra face da participação política no Estado. Se – como vimos no capítulo 1 – o governo popular havia sido uma exigência *sine qua non* para a constituição de tropas valorosas no seio da república romana, então uma espécie de *igualdade* entre os indivíduos – de certo modo, o pressuposto dessa configuração de república – poderia ser facilitada através da atividade militar dos cidadãos: "o governo *popolare* necessita de uma base de cidadãos iguais e virtuosos, e o exército se presta extraordinariamente para conseguir esse objetivo" (VEGAS, 2009, p. 143).

Como argumenta Castillo Vegas (2009, p. 145), para Maquiavel – assim como para outros humanistas, como Guicciardini – o cidadão republicano tem um conjunto de virtudes, como a "austeridade, a disciplina, o patriotismo, a capacidade de sacrifício ou a valentia, que o configuram como o melhor soldado". Por este viés, é uma necessidade intrínseca ao regime republicano que os cidadãos sejam soldados, pois é a própria disciplina militar "um meio necessário para forjar essas virtudes cívicas (a valentia, o patriotismo, etc.), sem as quais não pode sobreviver a república". Em outras palavras, ao lado da salutar conveniência técnica de se contar com uma milícia cívica, existe a vantagem adicional de que graças à participação "continuada nas mesmas, os cidadãos se identificam mais profundamente com sua república", se revelando mais dispostos "a sacrificar seus interesses pessoais pelo bem comum" (RUIZ RUIZ, Ramón, 2006, p. 113 *apud* VEGAS, 2009, p. 145).

Nessa esteira interpretativa, Hörnqvist (2010, p. 120) é ainda mais incisivo. De acordo com o intérprete, o próprio projeto militar maquiaveliano, através da introdução

das "*arme proprie*", visava a "criação de súditos obedientes, leais e patrióticos"¹⁰⁶. Para Maquiavel, "bons cidadãos e espírito cívico são *criados* a partir de súditos obedientes, que aprenderam a respeitar as leis, para servir ao país, e para colocar o bem público acima do seu privado". É justamente entre esses indivíduos, que compreenderam que não possuem direitos, além daqueles concedidos pelo Estado, que as "armas podem ser introduzidas e uma milícia nativa de cidadãos livres, criada". Em uma cidade assim, prossegue o exegeta, os cidadãos disciplinados usariam suas armas "não para lutarem uns contra os outros ou competir pelo poder *dentro* da república, mas para contribuir com sua expansão e crescimento territorial, buscando glória para *além* de suas fronteiras". Isto é, ainda mais importante do que as armas terem sido depositadas nas mãos dos cidadãos, era o fato de eles serem comandados e dirigidos por uma república e seus líderes: armas que, então, poderiam ser utilizadas na "defesa da liberdade republicana e na busca da grandeza imperial".

Conforme propõe Althusser, teria sido a própria reorganização do exército – assegurando à infantaria a preponderância sobre a cavalaria – uma das medidas essenciais para a constituição de um exército popular¹⁰⁷. Nesse contexto, priorizar as tropas formadas por infantes atribuiria um "conteúdo popular ao exército" e, ao mesmo tempo, faria "do exército a escola e a têmpera [*crogiolo*], revertendo a relação de forças política no exército" (1999, p. 144, tradução nossa). Com efeito, ao propor a entrada em massa dos camponeses no exército, "se golpeia o poder dos senhores feudais". Ao unir na infantaria os "estratos populares das cidades e dos campos, e preferindo a infantaria à cavalaria, se inicia um processo de fusão social e política" que, simultaneamente, desafia as "consagradas hierarquias de ordem feudal e sua organização militar". Portanto, "não somente termina o grande reino do cavaleiro", mas também nasce uma "nova forma de unidade popular, antes inexistente: os homens das cidades e dos campos começam a tornar-se" – aprendendo a tornar-se no exército, que é o comum entre eles – "um único povo" (ALTHUSSER, 1999, p. 144).

¹⁰⁶ Nesse sentido, para Hörnqvist, os *Discursos* serviriam como o fundamento teórico para a proposta.

¹⁰⁷ Segundo Althusser (1999, p. 143-144): "Constituir um exército popular significa dar as armas a uma parte do povo que até agora não as possuía. Significa, além disso, dar ao povo armado uma nova função na organização e no funcionamento do exército". Tal objetivo seria alcançado através de duas medidas: [1] "O recrutamento do exército nos estratos populares das cidades e dos campos, sob a forma de milícias populares permanentes. A inovação de Maquiavel é, sob esse aspecto, estender massivamente o recrutamento aos *camponeses* e fazê-los entrar nas milícias permanentes. Tem-se a fusão entre cidade e campo". [2] "Uma reorganização do exército que assegure à infantaria a preponderância sobre a cavalaria. É o primado da infantaria".

Neste momento, explica o crítico francês (1999, p. 166), torna-se compreensível a maneira através da qual o exército se manifesta não apenas como instrumento de exercício do poder do Estado, mas da garantia de sua própria existência. Pois, é evidente que a organização militar desempenha uma função predominante, que não é somente militar, mas também política e ideológica, uma vez que é "a têmpera da união política e ideológica do povo", ou seja, é a "*escola de formação do povo, o tornar-se-povo do povo [il divenir-popolo del popolo]*" (ALTHUSSER, 1999, p. 166, grifo nosso).

Desse modo, a reforma militar de Maquiavel, priorizando as ordenações de infantaria, revela-se duplamente pertinente. As novas exigências do campo de batalha indicavam para o papel cada vez mais central que os infantariazes desempenhariam nos teatros de operações contemporâneos e futuros. Sensível a isso, e diante da vergonhosa situação dos cavaleiros italianos, o Secretário florentino apontava para a importância fundamental que os combatentes apeados deveriam desempenhar em qualquer tentativa de reordenação militar. Mas, além disso, armar um grande efetivo da população contribuía para fomentar a noção de uma unidade nacional, isto é, de um sentimento patriótico e de pertença à pátria que era defendida pelos próprios indivíduos. A participação nas fileiras das infantarias, mais do que significar outra face da participação política no Estado, operava como um elemento aglutinador dos cidadãos em torno de um objetivo comum: a segurança da coletividade e a subsequente autonomia da cidade.

3.5 A perspectiva política da análise sobre a artilharia e sobre o papel do dinheiro na guerra

Existem, ainda, dois outros consideráveis argumentos nos quais o posicionamento militar de Maquiavel aparece, de certo modo, fortemente impregnado por suas concepções políticas. De um lado, podemos situar a teorização desenvolvida pelo Secretário florentino sobre o papel desempenhado pelo fator financeiro na guerra; de outro, a reflexão que menosprezava a real efetividade da artilharia enquanto força militar. Em ambos os casos, o pensamento maquiaveliano tem sido [severa e] frequentemente criticado – desde seus contemporâneos até recentemente – tanto por ter subavaliado a importância crucial exercida pelo dinheiro na guerra, assim como por ter defendido um conceito aparentemente equivocado em relação à invenção e ao desenvolvimento da artilharia. Entretanto, quando antepomos um norte político como pano de fundo para essas polêmicas considerações, no qual a existência dos exércitos

não é avaliada somente do ponto de vista militar, mas também como possuidor de uma finalidade político-formativa – sobretudo republicana –, essas opiniões se desvelam lógicas e compreensíveis. Dessa forma, explicitar essa relação é, doravante, nosso propósito principal.

No capítulo 10 do Livro II dos *Discursos*, Maquiavel, outra vez, visava desembaraçar uma opinião corrente no *Cinquecento*. O intuito "subversivo" era anunciado, sem rodeios, na intitulação da questão: "o dinheiro não é o nervo da guerra, ao contrário do que crê a opinião comum"¹⁰⁸. Para o Secretário florentino, a segurança de um Estado depende da avaliação que os príncipes fazem sobre a potência militar disponível. A "prudência" do poder soberano deve ser "suficiente para que ele não se engane sobre suas forças". E, por certo, sempre incorrerá em um dramático engano quem as avaliar "pelo *dinheiro*, pelo *território* ou pela boa *disposição dos homens*, mas não tiver armas próprias" (*Discursos*, II, 10, p. 213). Os elementos elencados, ainda que convenientes para *aumentar* as forças, não seriam suficientes para *propiciá-las*, e, por si próprios, "nada são", "de nada servindo sem armas fiéis": porque o dinheiro, "por mais que o tenhas, não te bastará" caso não disponha de exércitos próprios; "de nada adianta ser inexpugnável o lugar; e a fé e a boa disposição dos homens não duram, pois estes não podem ser-te fiéis se não puderem defendê-los" (*Discursos*, II, 10, p. 213).

Portanto, prosseguia Maquiavel, nada pode ser mais falso do que a "opinião comum" que afirma que o "dinheiro é o nervo da guerra". Na realidade, o fator econômico não só não é capaz de defender um Estado por si, mas "transforma mais depressa em presa quem o possui". Ora, o verdadeiro eixo estrutural da guerra não reside na bonança financeira, mas nos "bons soldados". Ou, dito de outro modo, "o nervo da guerra não é o ouro[...] mas sim os bons soldados, porque o ouro não é suficiente para encontrar bons soldados, mas bons soldados são bem suficientes para

¹⁰⁸ Gilbert (1977, p. 91), no artigo *Le idee politiche a Firenze al tempo di Savonarola e Soderini*, recapitula que uma *Pratica* em Florença sobre a imposição de novas taxas havia sido "sintetizada na proposição que *bellorum nervi sunt pecuniae*". Corrado Vivanti (1997, p. 1019, §1, nota 6), por seu turno, destaca o fato de que era corrente a anedota que atribuía a Luís XII, às vésperas da invasão ao ducado de Milão, o dito, proferido por seu condottiero, Gian Giacomo Trivulzio, que "para fazer a guerra eram necessárias três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro". Para Piero Pieri (1975, p. 54, nota 1), podemos visualizar a teoria de que o dinheiro é o nervo da guerra nos escritos do velho guerreiro napolitano Diomede Carafa, conde de Maddaloni, morto em 1487. Elemento fundamental, indispensável, afirma, é o dinheiro. Com dinheiro se possui vitualhas, as fortalezas munidas e armadas, os depósitos de armas e de munições, com dinheiro se atraem os melhores condottieri, com dinheiro torna-os fiéis, com dinheiro é propiciada uma maneira de assoldar tropas numerosas e de boa qualidade e de mantê-las fiéis. O dinheiro é o "unguento universal". Em suma, é necessário para ter armas e fortalezas em plena ordem, mas, sobretudo, para legar a si as melhores tropas mercenárias, capitães e gregários, além de mantê-los fiéis e contentes.

encontrar ouro". Embora a exigência de dinheiro constituísse uma realidade inegável no campo militar, essa "é uma necessidade que os bons soldados vencem por si mesmos": "é impossível que a bons soldados falte dinheiro, como é impossível que o dinheiro por si mesmo encontre bons soldados" (*Discursos*, II, 10, p. 216)¹⁰⁹.

Contudo, o posicionamento maquiaveliano que desloca a centralidade do dinheiro para a formação de bons soldados, atacando, com isso, a *comune opinione*, não passaria incólume. Para Guicciardini (1974, p. 661), por exemplo, aqueles que sustentavam que o dinheiro constituía o nervo da guerra, tinham em mente que "quem fazia guerra tinha uma grandíssima necessidade de dinheiro, e que sem ele era impossível sustentá-la", pois não somente era necessário pagar os soldados, mas "prover as armas, os víveres, os espíões, as munições e tantos instrumentos utilizados na guerra". Se "quem tem soldados próprios" indubitavelmente "faz a guerra com menos dinheiro do que quem tem soldados mercenários", ainda assim, "também precisam de dinheiro". Dessa forma, nota Gilbert (1977, p. 271), os contemporâneos de Maquiavel, a partir de afirmações como essa, concluíam que o Secretário florentino era um puro teórico, não possuindo intimidade alguma com a prática militar.

Porém, prossegue o comentador (1977, p. 271), a existência de diversas passagens em cartas e documentos oficiais comprova que Maquiavel não desprezava a pertinência do elemento econômico, mas considerava sempre o fator financeiro, avaliando as várias eventualidades das situações políticas. Efetivamente, não havia a insinuação de que os meios financeiros não eram importantes para a condução da guerra, mas a situação de grandes cidades italianas, como Florença e Milão, que, apesar da riqueza, tinham caído nas mãos de estrangeiros, atribuía outra prioridade à questão. O Secretário florentino tinha o contumaz convencimento de que "a base do poder político era o poder militar, e que o *dinheiro constituía um poder político somente se efetivamente transformado em força militar*" (GILBERT, 1977, p. 271-272, grifo nosso).

Pieri (1975, p. 54), por seu turno, nos chama a atenção para outra perspectiva da questão. Para o italiano, a asserção de Maquiavel sobre este ponto nos coloca de frente de duas concepções fundamentais e distintas da guerra: uma, lenta e meticulosamente estudada, outra, enérgica, tendendo à rápida resolução. A primeira, sintetizada

¹⁰⁹ Em a *Arte da Guerra* Maquiavel reformulava a asserção, pois "homens, espadas, dinheiro e pão são o nervo da guerra; mas, dos quatro, os dois primeiros são mais necessários, porque homens e espadas conseguem dinheiro e pão, mas pão e dinheiro não conseguem homens e espadas" (VII, p. 217).

especialmente pela práxis militar do tempo, objetivava, antes de tudo, encontrar os meios adequados para poder assoldar as melhores tropas, além de angariar recursos para mantê-las pelo maior período de tempo possível e, com isso, enfrentar as batalhas nas melhores condições – ou seja, quando de fato parecesse oportuno. A segunda era enunciada pelo Secretário florentino através de um "princípio teórico": quem tem realmente boas tropas poderá procurar a qualquer momento, "do início ao fim", a batalha, e com isso livrar-se de qualquer angústia. Optar pela ênfase na necessidade de bons soldados era, portanto, sinônimo de uma preferência de estratégia.

Também para Pieri, Maquiavel não nega a importância do dinheiro, mas a coloca em "segundo lugar". Pois, vê claramente a existência de casos onde os capitães são impelidos a atacar improvisadamente uma batalha justamente pela falta de dinheiro, antes que o exército se desfizesse. Disso, compreende que aqui não há a possibilidade de residir a base de uma estratégia sadia: ofensivas ocasionais impostas por uma circunstância fortuita (como, por exemplo, além da falta de dinheiro, a escassez de víveres, a aproximação de reforços inimigos, as doenças, as intempéries) podem, as vezes, serem bem sucedidas, mas raramente consentem resultados realmente decisivos (PIERI, 1975, p. 55). Ou seja, a atribuição delegada por Maquiavel ao dinheiro é uma consequência direta do modelo estratégico militar por ele assumido. A preferência por guerras "curtas e grossas", condensada na estratégia de aniquilação rápida do adversário, permite relocar o fator financeiro para essa posição. Guerras longas, caracterizadas por infindáveis manobras, necessitariam de um largo amparo econômico para manutenção; guerras resolutivas, por seu lado, partiriam do pressuposto de uma mobilização militar enfática, direcionada para subjugar completamente o inimigo. Nesse caso, o dinheiro seria uma consequência da batalha, e não seu principal recurso estruturante.

Na intersecção entre guerra e política, as observações de Maquiavel sobre a relação entre o poder militar e o aspecto financeiro teriam, ainda, um significado mais amplo. Como argumenta Gilbert (1977, p. 272), o Secretário florentino havia percebido que os valores morais exigidos numa guerra eram incompatíveis com o estado de ânimo próprio das atividades comerciais. Era justamente a pacífica disposição de espírito dos italianos durante o *Quattrocento*, cuja preocupação estava voltada, muito mais, para os interesses comerciais, que havia impedido o desenvolvimento de um verdadeiro espírito militar. Na realidade, persiste o intérprete, a grande importância que as considerações financeiras assumiam nas mentes dos florentinos havia sido uma das razões do declínio

político de Florença. Para um Estado que "aspirava a uma grandeza política, os interesses políticos deveriam pesar mais do que quaisquer outros".

A acusação de Maquiavel contra os exércitos mercenários, bem como as críticas aos métodos ineficientes da arte militar italiana, "encontram uma expressão positiva na sua exigência de um novo espírito de virtude militar". Para ele, a moleza e a ausência de espírito combativo era o resultado da busca do bem-estar pessoal, intimamente relacionado com uma sociedade dominada por interesses comerciais e econômicos. Isto é, apenas o país que tivesse o próprio povo no coração de sua grandeza, visando não o interesse individual, mas coletivo, e que estivesse pronto para sacrificar qualquer coisa por sua fé no Estado – inclusive, por ele morrer – estaria em condições de formar um exército de soldados invencíveis (GILBERT, 1977, p. 272).

Assim, a crítica maquiaveliana ao papel exercido pelo dinheiro na guerra pode ser desdobrada em duas vias: de um lado, o caráter político da secundariedade, pois o fator econômico não é capaz de substituir a função que o povo ocupa no seio do Estado. Como a situação italiana comprovava, as cidades que dão preferência aos acordos comerciais ao invés da solidez política de suas instituições, inevitavelmente acabavam corrompendo a si próprias e ao espírito – ou o engajamento político – de seus cidadãos. De outro lado, o aspecto técnico, uma vez que priorizar o ouro significa estar atrelado a uma série de medidas e estratégias que contrariavam a concepção militar do Secretário florentino: uma estratégia *annientatrice*, isto é, resolutiva, que tendia à destruição e à aniquilação total do inimigo, em detrimento de uma estratégia *logoratrice*, voltada a remediar uma situação circunstancial, sem visão de conjunto para aniquilar o inimigo com ações coordenadas¹¹⁰.

¹¹⁰ Para Pieri (1975, p. 51-55), apesar de a concepção maquiaveliana tática ter sido frequentemente equivocada, dela se desenvolve uma visão estratégica que assinala "um extraordinário progresso em relação à práxis medieval e a do próprio Renascimento, e que precede realmente o futuro". A contradição, aqui, é apenas aparente. A superioridade estratégica está estreitamente ligada à superioridade tática; a nova tática, portanto, capaz de combater em campo aberto qualquer inimigo, teria levado a modificar radicalmente a estratégia, passando da velha estratégia *logoratrice* a uma nova e fulminante estratégia *annientatrice*. Além disso, a estratégia não é somente manobra e conduta dos exércitos no teatro de operações, mas, em sentido mais *lato*, significa conduta total da guerra, guerra integral. Por isso, reentra na política, e determina a direção de um povo e de uma nação nos momentos mais graves de sua existência. Apesar do pressuposto tático de Maquiavel ter sido considerado como intrinsecamente equivocado, ainda assim, permanece o princípio que de uma superioridade tática deriva a superioridade estratégica, e que essa encontra seu suporte, e também suas limitações, no grau de coesão do Estado. O Secretário florentino, "soerguendo-se a um voo bem mais alto", mostrou como a "estratégia se liga à política", ou seja, como é um aspecto desta, assim como a "solidez do Estado" está "na base de toda conduta de guerra". Portanto, ratifica Pieri, a formulação da estratégia *annientatrice* teria sido uma das maiores contribuições de Maquiavel para o campo militar. Devemos considerá-lo "como o primeiro e claro defensor da estratégia *annientatrice*, e essa é sua nova glória", que não é pequena, uma vez que "marca uma etapa na história do pensamento humano".

Observações semelhantes podem ser feitas acerca do juízo de Maquiavel sobre a eficácia da artilharia como mecanismo militar, onde, outra vez, vemos sua linha de raciocínio oscilar entre ponderações de ordem técnica e política. Então, no capítulo 17 do Livro II dos *Discursos*, cujo objetivo é avaliar o "respeito que devem ter os exércitos do presente pela artilharia; e se a opinião geral que se tem sobre ela é verdadeira", o Secretário florentino apresentava o argumento que, em parte, seria responsável por abalar sua posterior reputação enquanto teórico militar.

O capítulo é construído em torno da objeção à tese de que "a guerra, com o tempo, se reduzirá à artilharia". Toda a discussão maquiaveliana sobre esse propósito pretendia provar o caráter equivocado de tal "opinião geral". Ao contrário do que a História testemunharia, com a evolução cada vez mais acentuada das armas de fogo, e uma subsequente revolução na orgânica militar que conferia sempre mais preponderância aos indivíduos armados com dispositivos à pólvora, para Maquiavel, aqueles que atribuem "muita importância à artilharia, não a entende[m] bem e confia[m] numa coisa que pode facilmente enganar" (*Discursos*, II, 17, p. 244).

É precisamente essa subestimação do papel das armas de fogo e da artilharia um ponto convergente das críticas ao pensamento militar de Maquiavel. Mas, afinal, qual seria a razão para a depreciação desse recurso bélico que seria o protagonista do desenvolvimento militar? A principal explicação, geralmente aceita por historiadores modernos, é simplesmente que "Maquiavel estava tão obcecado em copiar as práticas militares dos antigos gregos e romanos" que tornou-se "cego para as mudanças tecnológicas e táticas que estavam acontecendo em seu próprio tempo" (CASSIDY, 2003, p. 384, tradução nossa). Isto é, o desprezo das armas de fogo havia sido motivado pela não existência desse artifício na história dos antigos que o inspiravam sobre as ordenações para a guerra.

Azar Gat (1989, p. 4, tradução nossa), por exemplo, alega que no mesmo período em que a *Arte da Guerra* estava sendo escrita e publicada, "as antigas formas da guerra estavam sendo revolucionadas, predominantemente por causa da introdução das armas de fogo". Entretanto, as novas armas e arcabuzes "não podiam ser moldados na antiga estrutura [*framework*]". Por seu turno, o trabalho de Charles Oman (1937, p. 93-94, tradução nossa) – que em grande medida inspira Gat – pontuava que, embora muito perceptivo, Maquiavel "estava enganado em todas as suas principais previsões sobre o futuro do desenvolvimento militar, especialmente em relação às armas de fogo". Em todos os casos, as críticas representadas por Oman e Gat, que, em suma, atrelam a

desconsideração da artilharia a um acorrentamento excessivo ao passado, influenciaram largamente o "mundo acadêmico, ao ponto de que poucos realmente têm discordado de suas premissas básicas" (CASSIDY, 2003, p. 385)¹¹¹.

Contudo, as incisivas críticas que comentadores e historiadores têm direcionado para a atribuição do Secretário florentino à artilharia também são passíveis de contestação. Nesse sentido, dividimos nossa exposição em três argumentos principais.

Em primeiro lugar, fica claro que Maquiavel não considerou o uso das armas de fogo como sendo completamente insignificantes. A artilharia poderia revelar alguma utilidade desde que mesclada e incorporada às ordenações clássicas da guerra: a cavalaria e, sobretudo, a infantaria. Pois, a "artilharia é útil a um exército desde que acompanhada pela antiga *virtù*; mas, sem esta, será de todo inútil contra um exército virtuoso" (*Discursos*, II, 17, p. 244). Com efeito, presenciamos, por exemplo, em a *Arte da Guerra*, certo esforço para a integração da artilharia e dos arcabuzes ao seu sistema de batalha. Porém, conforme nota Cassidy (2003, p. 386), o início do século XVI estava sendo um período confuso em relação à prática da guerra. Diferentes armamentos e táticas competiam, ao mesmo tempo, nos campos de batalha. As armas de fogo estavam sendo utilizadas em meio aos piques, espadas e balestras em variáveis proporções ao longo do século XVI ou até mesmo XVII. Portanto, argumentar que Maquiavel deveria ter percebido que o futuro da prática militar pertencia às armas de pólvora é "essencialmente condená-lo por não possuir os poderes da profecia". Na verdade, não parece lícito sequer supor sua falta de percepção para o "potencial das armas de fogo a partir das batalhas que ocorriam durante o seu tempo": os resultados dessas batalhas, bem como a importância desempenhada pela artilharia em decidi-las, estavam completamente abertos à interpretação (CASSIDY, 2003, p. 386).

Em segundo lugar, apesar da indiscutível conexão – e afeição – mantida pelo Secretário florentino com o mundo antigo, depositar nesse fator o motivo pela sua desconsideração da artilharia nos parece um tanto irrazoável. Como acertadamente destaca Cassidy (2003, p. 387), Maquiavel não subestimou o uso das armas por sua ausência no mundo greco-romano. Mas, baseado no argumento de que um exército deve sempre ter em mente uma ação *ofensiva* – ou, ao menos, ser capaz de tomar a iniciativa para a batalha em qualquer momento –, atribuiu a elas o desempenho de uma função

¹¹¹ Para reforçar esse ponto, Azar Gat (1989, p. 6) apresenta uma carta de Clausewitz a Fichte onde uma crítica semelhante já era realizada: "A arte da guerra dos antigos o atraiu [Maquiavel] muito, não somente seu espírito, mas também todas as suas formas" (carta para Ficht de 11 de janeiro de 1809, in CLAUSEWITZ, Carl von. *Clausewitz, Geist und Tat*. Org. W. M. Schering. Stuttgart: Kröner, 1941).

específica. Com efeito, o uso dessa tecnologia no século XVI em grande medida era responsável por ditar táticas *defensivas*, "que estava diretamente em desacordo com o conceito ideológico de Maquiavel sobre a maneira que as batalhas deveriam ser lutadas". Todavia, como a guerra "[...] é feita para a defesa ou para o ataque", é necessário "examinar em qual desses dois tipos de guerra" é possível extrair maior utilidade ou danos. Embora "se possa argumentar em favor das duas partes, creio que, em comparação, causam mais dano a quem se defende do que a quem ataca" (*Discursos*, II, 17, p. 237).

Assim, a limitação para o uso da artilharia era uma consequência da própria insuficiência ofensiva das armas do período. Inclusive, havia o reconhecimento de sua eficácia em determinadas situações, como, por exemplo, o cerco a locais fortificados, onde a robustez dos disparos era uma peça central para a invasão e domínio: desses "instrumentos aproveitam muito mais [...] quem sitia as praças-fortes do que [...] que é sitiado" (*Discursos*, II, 17, p. 240-241). Ao priorizar a iniciativa, "esforçando-se para emular as batalhas do mundo antigo", Maquiavel "foi incapaz, ou não quis, abraçar o conceito de lutar uma batalha defensiva", e isso, por sua vez, "ditou o papel que atribuiu às armas no campo de batalha" (CASSIDY, 2003, p. 403). Para ele, os invasores bárbaros que haviam subjugado a Itália, não seriam expulsos dela através de táticas defensivas.

Em terceiro lugar, havia ainda o aspecto da importância da coragem e da iniciativa pessoal dos indivíduos no campo de batalha. As armas de fogo não estavam aptas para substituir a importância do engajamento particular de cada soldado na defesa de sua pátria. A glória e o reconhecimento oriundos das virtudes militares não poderiam ser sobrepostos, diminuídos ou extintos, por um instrumento de combate. Se, em qualquer contexto, vigorava a opinião de que "com as atuais armas de fogo, os homens não podem usar nem demonstrar a *virtù* que demonstravam antigamente" (*Discursos*, II, 17, p. 237), o que, outrora, diferenciava e recompensava os melhores combatentes, para Maquiavel, a não demonstração particular de *virtù* não era decorrente da ascensão da artilharia, mas das "más ordenações" e da "fraqueza dos exércitos, que, carecendo de *virtù* no todo, não podem mostrá-las nas partes" (*Discursos*, II, 17, 242).

Como se esforça para evidenciar Gilbert (1977, p. 271), o Secretário florentino não havia negado que a artilharia tivesse aumentado o poder ofensivo dos exércitos, mas rejeitava a ideia de que pudesse, por si, constituir um fator decisivo. A guerra não poderia ser gradualmente reduzida a essa força específica de combate, pois acabaria se

transformando em uma atividade em que apenas "técnicos" e "engenheiros" desempenhavam uma função realmente importante. Ao contrário, para uma adequada atividade bélica, "era também necessária a fusão de todas as forças militares e espirituais do país", nesse sentido, "a habilidade do comandante e a coragem do soldado permaneceriam sempre fatores decisivos" (GILBERT, 1977, p. 271). Em suma, a *virtù* individual, que, em último caso, é uma evidência da *virtù* coletiva do exército, mantinha uma função central na concepção organizacional de Maquiavel; e, isso, nem mesmo as expressivas armas de fogo poderiam mudar.

Desse modo, Maquiavel reduzia a importância da artilharia e a mesclava, em pequenas proporções, aos ordenamentos clássicos da guerra. Tal medida, novamente, era tomada sob o duplo aspecto técnico-político: basear um exército na artilharia, no período, significava atribuir-lhe uma clara função defensiva. Considerando que a eficácia das armas de fogo para ações ofensivas ainda não havia comprovado o futuro promissor que as aguardava, o posicionamento maquiaveliano é, sobretudo, tático-estratégico, ou seja, visava a preparação das tropas para refregas curtas e grossas, enfaticamente resolutivas, conservando sempre o princípio ofensivo. Além disso, a guerra não poderia ser simplesmente resumida a batalhas de armas de fogo pois isso implicaria em um número cada vez menor de soldados. Nesse sentido, as armas de pólvora não poderiam substituir o povo em seu papel primário na guerra, especialmente quando avaliamos isso sob o aspecto formativo dos exércitos. Sem a maciça participação popular e sem soldados próprios, o instrumento que auxilia o povo a "tornar-se-povo", sucumbe. Subsumir a infantaria e a cavalaria à artilharia, ou diminuir a expressividade delas, significaria ceifar uma dimensão essencial da participação política dos indivíduos.

3.6 *La migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo: a perspectiva política da análise sobre as fortificações*

Na inegável angústia de subordinar as disposições militares ao âmbito público, na inflexível e incessante diligência para restabelecer a dinâmica entre essas áreas então desvencilhadas, devemos considerar, ainda, um outro argumento maquiaveliano sobre a temática marcial que havia sido fortemente norteado por posicionamentos políticos do Secretário florentino. Mais uma vez, era justamente sob o prisma de interação entre guerra e política que Maquiavel encarava uma das questões mais proeminentes da arte militar do *Cinquecento* italiano: a construção das fortalezas.

O esplendor das fortificações, reconhecidas pelos contemporâneos como verdadeiros projetos artísticos e estimadas, assim como a imprensa e a exploração além-mar¹¹², como uma das poucas áreas em que os modernos conseguiam superar os antigos, era colocado em xeque por seus efeitos governamentais. Levando em conta – como temos feito até o momento – que para Maquiavel é laborioso separar a utilidade das providências militares de seu impacto sobre a política doméstica dos Estados, nosso intuito, a partir de agora, será o de delinear em que medida a dimensão política influencia sua compreensão sobre as fortalezas. Ou, caracterizado de outra maneira, o ceticismo e a crítica maquiaveliana à construção das fortificações, conduzindo seu pensamento contracorrente à tendência *alla moderna* de seus compatriotas, revelam o verdadeiro norte da questão: quais são as consequências políticas para um Estado que se serve deste mecanismo para defender-se tanto de inimigos externos quanto de inimigos internos? Elas, de fato, fortalecem ou enfraquecem um regime recluso em suas muralhas fortificadas? Julgando a imprescindibilidade de medidas militares, seriam as fortalezas o meio mais adequado para defender o Estado? Em suma, qual é o posicionamento de Maquiavel sobre a construção desse aparato bélico enquanto instrumento de defesa?

Entretanto, antes de adentrarmos mais profundamente nessa discussão, devemos ter em mente que a postura do Secretário florentino sobre o assunto não é nem homogênea nem tampouco condensada em apenas um escrito. Na verdade, seu argumento transita pelo conjunto de suas obras, nas quais assume perspectivas oscilantes e uma maleável intensidade crítica, como, por exemplo, em *O Príncipe*, onde a teorização acerca da eficácia das fortificações começa a ser cultivada, ou nos *Discursos*, onde o Secretário florentino abandona a brandura na alocação e a ocasional utilidade das fortalezas, posicionando-se incisivamente contrário a esse dispositivo militar, ou, ainda, em *Arte da Guerra*, onde nos defrontamos com a completa ausência de um posicionamento sobre a pertinência desse artefato. Dessa forma, com um propósito metodológico, dividimos nossa exposição em dois momentos: no primeiro, abordaremos essa problemática na obra sobre os principados; no segundo, apresentaremos a acalorada discussão que se constrói no trabalho sobre as repúblicas.

3.6.1 A questão das fortalezas em O Príncipe

A primeira apresentação encontrada sobre a problemática das fortalezas acontece no capítulo "inaugural" concernente as questões militares em *O Príncipe*. Com efeito, o

¹¹² Cf. especialmente HALE, John. R., 1983, p. 194.

capítulo X, que nominalmente visava ponderar "De que forma se devem avaliar as forças de todos os principados", é oportunamente atravessado pelas considerações acerca dos modos pelos quais os mecanismos de defesa dos Estados podem ser organizados. Dessa forma, o ponto nuclear da inevitável análise maquiaveliana sobre os problemas concernentes às ordenações bélicas, é, justamente, iniciado por suas observações sobre as fortalezas.

Como prólogo para a questão que aqui nos tange, e como procedimento para analisar as forças de que dispõe um principado, afirma Maquiavel, devemos avaliar "se um príncipe dispõe de território suficiente [*tanto stato*] para poder governar¹¹³ por si mesmo ou se precisa sempre ser defendido por outro". No primeiro caso, aqueles que podem governar-se de maneira autônoma, são definidos como os príncipes que "por abundância de homens ou de dinheiro, são capazes de formar um exército bem proporcionado e travar batalha com quem quer que os ataque" (*O Príncipe*, X, p. 49). Ou seja, são os Estados que, pela amplitude do território, podem recrutar, treinar e organizar exércitos de modo que, diante de uma ameaça exterior, possam se impor para além de suas fronteiras para a refrega contra o inimigo que mobiliza o ataque. No segundo caso, aqueles outros, "que têm sempre necessidade de outrem", são definidos como "os que não podem enfrentar o inimigo em campanha, mas precisam refugiar-se atrás dos muros e defendê-los" (*O Príncipe*, X, p. 49). Isto é, os príncipes que pelas condições territoriais e pela insuficiência de homens recrutáveis, diante de um ataque, estão impossibilitados de ir ao encontro do inimigo que os assedia.

Dessa clivagem de situações, a Maquiavel interessa analisar e postular uma resposta adequada ao problema da organização das defesas nos Estados restritos, visto que essa específica organização política não possui as condições necessárias para a composição de exércitos capazes de defender o território diante de uma incursão. Com esse desígnio, para um governo nessas circunstâncias, sustenta o Secretário florentino, "nada se pode dizer", a não ser "exortar esses príncipes a fortificarem e armarem suas próprias cidades". Portanto, nesse momento específico do raciocínio maquiaveliano, a edificação das cidadelas apresentava-se como pertinente – relevância que, como veremos, será gradativamente diminuída nos *Discursos*. Contudo, este aconselhamento para a construção das fortalezas como medida defensiva deveria pressupor algo que está

¹¹³ Notemos: apesar do discurso se enveredar para o campo bélico, a perspectiva política não é marginalizada. Governar-se livre de interferências externas significa, nesse momento, ser senhor de seu próprio exército.

muito além de sua simples efetividade militar. Nesse sentido, visualizamos não apenas a conexão entre guerra e política ser novamente estreitada, mas o próprio discurso ser orientado por razões de governo.

As fortificações apenas podem ser implantadas, com certa chance real de sucesso, em Estados onde a relação entre os súditos e o poder soberano não é desarmoniosa, onde os governantes não sejam odiados por aqueles que são governados. As providências militares dependem, dessa maneira, de deliberações políticas. Em outros termos, a possibilidade de êxito para a cidade que se sente impelida ao guarnecimento das muralhas, em razão das condições geográficas, pressupõe o estreitamento do laço entre governantes e governados. É justamente este o elemento que, incubado aqui, ressoará fortemente no capítulo XX de *O Príncipe* e perpassará pela incisiva crítica às fortificações nos *Discursos*: não ser odiado pelo próprio povo é a condição da pertinência desse mecanismo da guerra defensiva, assumida por Maquiavel nesse momento específico.

Desse modo, afirmava o Secretário florentino, "quem fortificar bem a sua cidade e se comportar em relação aos seus súditos do modo como foi dito acima, e como mais se dirá a seguir" – ou seja, com ações que permitam esquivar-se do ódio popular – "somente com muito temor será atacado". A razão disso, prossegue, se deve ao fato de os homens serem inimigos "de empreendimentos em que veem dificuldades", "e não pode ver facilidade em atacar alguém que tenha suas terras fortificadas e *não seja odiado pelo povo* [*non sia odiato dal popolo*]" (*O Príncipe*, X, p. 49-50).

Para enfatizar a relutância com que um inimigo encara a perspectiva de sitiar um Estado cuja capital esteja bem defendida, Maquiavel recorre a um exemplo inusitado, não se valendo de um caso principesco, mas republicano: as cidades da Alemanha. Esses locais, afirma, são "extremamente livres" ["*liberissime*"], apesar das limitadas dimensões de seus territórios. Prova disto é o fato de que obedecem ao imperador, ao qual estão subordinadas ao menos formalmente, apenas "quando querem", não temendo nem ao poder imperial nem tampouco as outras potências que a circunvizinham. Sendo assim, avança o Secretário florentino caracterizando suas organizações defensivas, "possuem fossos e muros adequados; têm artilharia suficiente; têm sempre bebidas, alimentos e combustíveis nos depósitos públicos para o prazo de um ano". Mas, além disso, adotam aquela específica postura política – cuja pertinência sublinhávamos acima –, através da qual evitam angariar o *odio* do *populo*, pois "para manter a plebe alimentada sem prejuízo para coletividade [*pubblico*], têm sempre na comuna trabalhos

para lhes dar durante um ano, naquelas atividades que são o nervo e a vida da cidade, e com os quais a plebe subsiste". Tudo isso, evidentemente, somado ao apreço aos "exercícios militares", "havendo vários ordenamentos sobre sua prática" (*O Príncipe*, X, p. 50).

Na sequência da exposição, após a breve análise da conjuntura das cidades da Alemanha, Maquiavel alegava laconicamente que um príncipe "que tem uma cidade forte e não se faz odiar [*non si facci odiare*] não pode ser atacado". Portanto, como ficará ainda mais patente nos *Discursos*, a defesa efetiva de um Estado não pode ser sintetizada à edificação das cidadelas. Com efeito, sem a benevolência popular qualquer projeto arquitetônico militar seria, não apenas completamente ineficaz diante de um assédio inimigo, mas, sem essa disposição política prévia, extremamente nocivo ao próprio governo em qualquer ocasião. Um governante apenas salvaguarda sua posição enquanto consegue envolver o próprio povo na dinâmica pública. Ou, dito de outro modo, enquanto é capaz de consolidar bons fundamentos, tanto ao Estado quanto ao próprio governo, de maneira que a solidez defensiva do aparato estatal brote, não apenas das muralhas fortificadas, mas pelas mãos de seus próprios súditos.

A necessidade de manter essa relação entre príncipe e povo de maneira fluída fica, ainda, um tanto mais visível quando Maquiavel recusa o argumento da possibilidade deste vínculo ser rompido no momento em que, diante do ataque de uma potência inimiga a uma cidade sitiada em suas fronteiras fortificadas, os governados vissem suas "casas incendiadas e suas propriedades arruinadas" pelo assédio. Contra essa situação limite de abandono por parte do *populo*, o Secretário florentino replicava nas linhas finais do capítulo X que "é da natureza dos homens deixar-se cativar tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos" (*O Príncipe*, X, p. 51). Isso significa dizer que a questão não se trata mais da capacidade do príncipe em convencer os súditos de que ele os mantém em segurança, mas – e este parece ser o aspecto nevrálgico do capítulo – que ele próprio é assegurado pelo povo.

Nesse sentido, como salienta Lefort (1972, p. 391), é relevante observarmos que a aliança entre príncipe e povo torna-se tão sólida que no mesmo instante em que ela "depende da vontade do povo, este descobre na sua liberdade uma nova dependência e se une também devido ao apoio que oferecem ao príncipe". Destarte, insiste o intérprete francês, é essencial compreendermos que a segurança do Estado depende de uma providência política, que transforma a coação física em uma coação social, ou seja, em

um sentimento de pertença à pátria que é interiorizado, "de tal modo que a obediência obtida sob a ameaça das armas é transformada em consentimento e este em obrigação".

Dessa forma, para um príncipe prudente – ou, neste caso, até mesmo uma república bem ordenada –, em condições semelhantes àsquelas das cidades da Alemanha, complementa Maquiavel, não será difícil manter "firme o ânimo de seus cidadãos antes e depois do assédio", desde que "não lhes faltem alimentos nem meios de defesa" (*O Príncipe*, X, p. 51). No entanto, é indispensável notarmos, que tal conclusão, que reconhece a validade da construção das fortalezas, havia sido preparada por outra suposição, repetida oportunamente no desenrolar do capítulo: que estamos lidando com um príncipe que "não seja odiado pelo povo", com um poder que "não se faz odiar"¹¹⁴.

A conexão entre a defesa material da cidade e o fato de que o governante não deve ser odiado pelos próprios súditos é retomada, por Maquiavel, dez capítulos adiante em *O Príncipe*. Como evidência de toda a pertinência que comporta essa relação, a questão das fortificações, agora, não está mais vinculada aos capítulos dedicados aos assuntos militares (do X ao XIV), mas justamente situado após aquele núcleo – que, em grande medida, foi responsável por render a má fama maquiaveliana – onde o Secretário florentino tratava sobre as qualidades e o *modus operandi* desejáveis no governo de um príncipe. De fato, o problema das fortificações é inserido após uma aguda discussão sobre a necessidade do governante de evitar o ódio e o desprezo por parte dos súditos¹¹⁵. Assim, no capítulo XX, buscando avaliar a utilidade de algumas medidas tomadas cotidianamente pelos príncipes¹¹⁶, Maquiavel recuperava a discussão sobre a relevância desse recurso militar.

¹¹⁴ A importância deste elemento político subjacente às considerações maquiavelianas sobre as fortificações é destacado por Hale (1983, p. 190). O notório trabalho do intérprete, ainda, mede a influência das concepções de Maquiavel na literatura, sobretudo militar, após as publicações das obras do Secretário florentino.

¹¹⁵ Conforme salientamos no subcapítulo 2.4.3 (p. 73-76), nessa oportunidade Maquiavel deixava explícita a necessidade de não ser odiado nem desprezado pelos súditos enquanto medida para a defesa dos interesses estatais. De acordo com o Secretário florentino (retomamos brevemente, pela distância argumentativa), "um príncipe deve ter dois receios; um interno, por conta de seus súditos; e outro externo, por conta das potências estrangeiras". O meio de defender-se dos inimigos externos "são boas armas e bons e amigos, e sempre que tiver boas armas terá também bons amigos". As coisas internas, prossegue, "sempre continuarão firmes enquanto permanecerem firmes as coisas externas, salvo se já estiverem perturbadas por uma conspiração". Contudo, para evitar as conspirações e, assim, a desordem interna, o governante deve evitar "ser odiado ou desprezado e mantendo o povo contente com ele", pois "um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um príncipe contra as conspirações é não ser odiado pela universalidade, visto que o conspirador sempre acredita poder satisfazer o povo com a morte do príncipe; mas quando crê, ao contrário, desagradá-lo, desanima de tomar esse caminho, porque as dificuldades serão infinitas" (*O Príncipe*, XIX, p. 88).

¹¹⁶ Com efeito, a investigação acerca das "muitas outras coisas que os príncipes fazem diariamente" compreende: armamento ou desarmamento dos súditos; manutenção do território dividido por lutas

Tem sido o costume dos príncipes, para manter com maior tranquilidade seus Estados, "construir fortalezas que sejam o bridão e o freio [*la briglia e il freno*] dos que pretenderem opor-se a eles, além de construírem um refúgio seguro contra um ataque repentino" (*O Príncipe*, XX, p. 102-103). Sopesando essa deliberação, diz Maquiavel, "aprovo este método", pois "foi usado pelos antigos". No entanto, alheio ao seu primeiro consentimento sobre a utilidade das fortificações, baseado em um sujeito histórico – ou em sujeitos históricos – indefinido, e logo no enalço argumentativo, o Secretário florentino apresentava uma série de exemplos que, se não desqualificam, nessa instância, inteiramente a efetividade das fortalezas – como acontecerá nos *Discursos* –, ao menos enfraquecem sua absoluta serventia.

Nesse sentido, ignorando o caso dos antigos, que dariam suporte à anuência, e, desconsiderando até mesmo o paradigma dos romanos, que servirá de baliza nos *Discursos* para ilustrar a dispensabilidade das fortificações, Maquiavel defronta o leitor com situações contemporâneas onde a eficácia dessas construções de defesa táctica é colocada em xeque: "em nossos dias, como se viu", Niccolò Vitelli, que em 1474 fora expulso do governo de Città di Castello pelo papa Sisto IV – o qual, para assegurar o domínio recém-instituído, havia determinado a construção de duas fortalezas –, ao retornar à cidade em 1484, "para manter aquele estado", ordenou que as destruíssem. Guido Ubaldo, duque de Urbino, ao retornar aos seus domínios depois de ter sido expulso por Cesar Bórgia em sua campanha de conquista da Romanha, "demoliu desde os alicerces todas as fortalezas daquela província, julgado ser mais difícil perder, sem elas, o seu domínio". Os Bentivoglio, de volta a Bolonha, "tomaram decisões semelhantes" (*O Príncipe*, XX, p. 103), destruindo a fortaleza de porta Galliera, construída por Júlio II após a conquista da cidade em 1506.

As fortalezas, portanto, possuem um aspecto ambivalente. Se, por um lado, são aprovadas por terem servido, de algum modo não específico, aos antigos, por outro, são contestadas pelas lições contemporâneas. Afinal, conforme afirma o Secretário florentino, as fortificações "são úteis ou não segundo os tempos: se, por um lado, te são proveitosas, por outro te fazem mal". Na verdade, esse ponto pode ser esclarecido do seguinte modo: "o príncipe que tiver mais medo do povo que dos estrangeiros deverá construir fortalezas; mas o que tiver mais medo de estrangeiros do que do povo deverá deixá-las de lado". Ora, a recomendação e aprovação para a construção das fortificações

internas entre partes da cidade; fomentação de inimizades contra o próprio príncipe; conquista dos súditos que aparentam ser suspeitos ao governo instituído; além, é claro, do problema das fortificações.

é agora restringida, limitando-se àqueles príncipes que visam refugiar-se do ódio popular. Entretanto, considerando, por um lado, a argumentação pregressa em *O Príncipe*, onde o distanciamento desse sentimento revelava-se crucial à manutenção do governante, inclusive como condição *sine qua non* para um número restrito de casos onde as fortificações poderiam ser minimamente adequadas – como a configuração territorial e política das cidades da Alemanha –, e, por outro, a tese que seria aprimorada nas páginas dos *Discursos*, a afirmação maquiaveliana soa quase que irônica. Enfim, a síntese do discurso é logo convertida em uma regra geral da ação política: "a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo [*la migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo*]".

Com isso, notamos a efetividade militar das fortificações sofrer uma decisiva redução, pois o Estado que teme um inimigo externo, mas que conta com o apoio do próprio povo, é capaz de dispensá-las. O problema, afinal, redonda em uma questão política: a utilidade das fortificações é depositária da ineficiência de governo de um Estado. São convenientes apenas nas cidades onde a relação entre governantes e governados está desgastada ao ponto de o príncipe temer mais seus conterrâneos do que uma potência estrangeira. Contudo, como Maquiavel frequentemente nos recorda, nenhum dispositivo defensivo é capaz de substituir o lugar que o *populo* ocupa na dinâmica de governo. Ou, em outras palavras, apenas a benevolência popular confere segurança e estabilidade ao poder soberano, e não as muralhas fortificadas.

Embora a argumentação maquiaveliana tenha deixado entrever uma dupla possibilidade acerca de essa conveniência variar *secondo e' tempi*, no final das contas, aquilo que realmente deveria ser compreendido pelo homem de governo era a necessidade de furtar-se do desprezo e do ódio de seus súditos. Ainda que nessa instância Maquiavel não afirmasse o aspecto corrosivo das fortificações, edificadas para o príncipe abrigar-se desse sentimento popular, já existiam alguns indícios do posicionamento fatalista de Maquiavel que ficaria patente nos *Discursos*, como o exemplo de Francesco Sforza¹¹⁷ posto imediatamente após a apresentação da variabilidade da eficácia.

¹¹⁷ "O castelo de Milão, edificado por Francesco Sforza, causou e causará mais danos à casa dos Sforza do que qualquer outra desordem naquele estado". Essa construção, dirá Maquiavel nos *Discursos*, foi danosa porque, seus herdeiros, julgando que viveriam em segurança graças às essas fortalezas e, assim, "poderiam ofender seus cidadãos e súditos, não pouparam nenhuma espécie de violência; assim, tornando-se sobremodo odiosos, perderam aquele estado tão logo o inimigo os atacou: e aquela fortaleza não os defendeu nem teve utilidade alguma na guerra, e na paz lhe havia causado muitos danos" (*Discursos*, II, 24, p. 272).

Destarte, no opúsculo, o Secretário florentino limitava-se em censurar os príncipes que, fiando-se nas muralhas, ignorassem e fomentassem o ódio dos governados, pois "reprovarei quem quer que, confiando nas fortalezas, pouco se preocupar por ser odiado pelo povo". A construção das fortalezas, alheia aos propósitos militares, encontrava um encalhe político: se tens um povo complacente, são desnecessárias – e danosas!, como será exposto na obra sobre as repúblicas; se tens um povo como inimigo, podem ser úteis, mas apenas enquanto medida paliativa para um Estado em iminência de ruína. Assim, para esclarecer a real atribuição que Maquiavel delega às fortificações, devemos, enfim, incorrer no capítulo 24 do Livro II dos *Discursos*, onde a brandura do argumento é abandonada e os reais efeitos das cidadelas são analisados.

3.6.2 A questão das fortalezas nos *Discursos*

A questão das *fortezze* volta a ser o elemento central da investigação e da discussão maquiaveliana no capítulo 24 do Livro II dos *Discursos*, intitulado com a assertiva de que "As fortalezas geralmente são muito mais danosas que úteis [*Le fortezze generalmente sono molto piú dannose che utili*]" (*Discursos*, II, 24, p. 269). O tratamento, longe do interesse técnico demonstrado no Livro VII de a *Arte da Guerra*¹¹⁸, é reassumido em termos políticos e psicológicos. Em suma, agora o foco do argumento será justamente os efeitos causados pela edificação dessas muralhas, ou seja, as consequências políticas que um Estado fortificado está sujeito e a influência que exercem no modo de governo do poder soberano. Se em *O Príncipe* a utilidade desses artifícios defensivos dependia, de certo modo, das circunstâncias em que eram utilizados, agora a exposição assume tonalidades dramáticas, porquanto "as fortalezas de nada servem, porque são perdidas por traição de quem as guarda, ou pela violência de quem as ataca, ou pela fome" (*Discursos*, II, 24, p. 272). Se no opúsculo o Secretário florentino não havia sido dogmático sobre as desvantagens das fortificações, como aponta Hale (1983, p. 191), neste instante "existe um inflexível preconceito" contra elas.

¹¹⁸ Não podemos ignorar a argumentação maquiaveliana que, no Livro VII de a *Arte da Guerra*, apresenta uma descrição detalhada para a composição de sistemas defensivos fundados em fortificações (com um viés, inclusive, de perito no assunto). Contudo, a retomada do problema nessa obra específica parece se encaixar na especulação que realizávamos nas linhas iniciais do subcapítulo 3.1 (p. 84-86): a roupagem mais tradicional de a *Arte da Guerra* inevitavelmente teria conduzido Maquiavel para algumas considerações minuciosas sobre as fortalezas. Com efeito, não testemunhamos nenhum juízo de valor sobre a eficácia desses dispositivos, mas, apenas, uma descrição comprometida e recomendações técnicas para a edificação. Certamente, ignorar essa matéria serviria de pretexto para minar a reputação da obra e do escritor florentino.

Assim, afirma Maquiavel, pode parecer insensato aos "sábios de nossos tempos [*savi de' nostri tempi*]" que os romanos, para defender-se dos povos de Lácio e de Piverno, "nunca pensaram em edificar nenhuma fortaleza que servisse de freio para mantê-los fiéis". É justamente com este norte, buscando desembaraçar a opinião desses "nossos sábios"¹¹⁹, que consideravam como necessário envolver em muralhas as cidades submetidas à Florença – como Pisa – que o capítulo é estruturado. Roma, contrariando o anseio de seus compatriotas florentinos, "enquanto viveu livre", "observando suas ordenações e virtuosas constituições", nunca edificou "fortalezas para cercar cidades ou províncias", limitando-se, apenas, em conservar algumas nas cidades recém-conquistadas. Nesse sentido, prossegue, por um lado observando o "procedimento dos romanos nessa questão", e, por outro, a "dos príncipes de nosso tempo [*principi de' nostri tempi*]", "parece-me que cabe considerar se é bom edificar fortalezas e se elas causam dano ou são de utilidade a quem as edifica" (*Discursos*, II, 24, p. 270)¹²⁰.

Como ponto de partida, Maquiavel retoma uma distinção análoga àquela apresentada em *O Príncipe* acerca dos motivos que impelem os Estados a fortificarem seus domínios¹²¹. No entanto, as consequências dessa diferenciação conduzem o argumento maquiaveliano para um caminho ainda inexplorado. De fato, em *O Príncipe*, testemunhávamos apenas breves nuances da discussão que aqui seria pormenorizada.

Destoando de seu posicionamento pregresso, onde o ensejo para a eventual utilidade das fortificações, enquanto meio para assegurar e proteger o poder soberano da ira popular, ainda aparecia como uma alternativa viável, nos *Discursos* este recurso não é apenas desqualificado enquanto uma saída plausível – certamente, caso não a

¹¹⁹ O novo estilo de fortificação abaluartada [*bastioned fortification*], projetada para responder e fazer uso da artilharia defensiva, foi, em grande medida, um desenvolvimento italiano e tornou-se uma aclamada ortodoxia na década de 1530. Geometricamente concebida, dependia da inteligência do arquiteto-engenheiro pois a "forma" era agora mais importante que a "matéria". Não simplesmente utilitária, foi vista como uma arte em seu direito próprio. A nova concepção para fortalezas fez os trabalhos dos séculos XIV e XV parecerem grosseiramente desatualizados. O interesse de reformá-las, ou fundá-las, "alla moderna", desde meados do século XVI, foi reforçado por uma crescente literatura promocional (HALE, 1983, p. 194).

¹²⁰ Podemos estimar o distanciamento da posição maquiaveliana daquela de seus compatriotas através do contra-argumento de Guicciardini. Segundo o interlocutor de Maquiavel, "não se deve louvar tanto a antiguidade, ao ponto de o homem condenar todas as ordenações modernas que não foram utilizadas pelos romanos; porque a experiência tem descoberto muitas coisas que não foram consideradas pelos antigos, e por serem também os fundamentos diversos, são convenientes ou são necessários a uns, coisas que não convinham ou eram necessárias aos outros. Porém, se os romanos nas cidades súditas não usaram de edificar fortalezas, não é por isso que estão errados os que hoje edificam, porque atribuem muitos casos nos quais é utilíssimo ter fortalezas" (1974, p. 669).

¹²¹ Recordemos brevemente: "o príncipe que tiver mais medo do povo que dos estrangeiros deverá construir fortalezas; mas o que tiver mais medo de estrangeiros que do povo deverá deixá-las de lado" (*O Príncipe*, XX, p. 103).

consideremos como irônica em *O Príncipe* –, mas recriminada como corrosiva e fatal ao organismo político. Devemos considerar, portanto, como "são feitas as fortalezas", se "para defenderem dos inimigos ou para defenderem dos súditos". No primeiro caso, como já havia chegado à mesma conclusão no opúsculo, "não são necessárias"; contudo, no segundo, não apenas são prescindíveis, mas "danosas" (*Discursos*, II, 24, p. 270).

A nocividade dessas fortificações é fruto de um processo que encontra sua causa precisamente naquela mesma desconsideração dos governantes pelo apoio popular. A premissa de que a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, enfim, reverbera com maior vigor. Pois, afirma Maquiavel, "se o príncipe ou a república tem medo dos seus súditos e da rebelião deles", ao ponto de buscar proteção, "é mister que tal *medo provenha do ódio* que os súditos têm por eles", ou seja, "ódio de sua má conduta [*da' mali suoi portamenti*]" (*Discursos*, II, 24, p. 270, grifo nosso).

As más condutas, por seu turno, como resultado da negligência política, podem ser provenientes tanto de uma crença por parte do governante de que pode conter os governados através da força, como da pouca prudência com a qual rege o Estado. Entretanto, uma das raízes dessa convicção de que os súditos, ou os cidadãos, podem ser governados através da constrição pela força é, justamente, o fato de a cidade possuir muralhas fortificadas: "porque o mau tratamento, que é a razão do ódio, nasce em boa parte do fato de aquele príncipe ou aquela república ter fortalezas". Logo, completa o Secretário florentino, "em sendo isso verdade, elas são muito mais nocivas que úteis". Assim, se por um lado as fortificações "te tornam mais audaz e mais violento com os súditos"¹²², explicitando a dominação a qual estão submetidos e fomentando aquele sentimento cáustico ao organismo político, por outro, dentro delas, "não há toda aquela segurança que acreditas haver: porque todas as forças e todas as violências usadas para conter um povo nada são [...]" (*Discursos*, II, 24, p. 270).

Nessa instância, Maquiavel volta a explicitar a relação que já permeava *O Príncipe*: a única maneira de um Estado prover-se de mecanismos militares é através de uma justa compreensão das disposições políticas. Ou seja, de acordo com Lefort (1972, p. 566), ao denunciar a ilusão de segurança que as fortalezas propiciam, o Secretário

¹²² Nesse sentido, Guicciardini contestava a alegação maquiaveliana, pois "aquela razão" aduzida nos *Discursos* de que "as fortalezas dão ânimo aos príncipes para serem insolentes e comportarem-se mal, é muito frívola", pois, se considerássemos isso, "um príncipe estaria sem guarda, sem armas, sem exércitos, por ter que procurar viver de um modo que fosse grato ao povo". Além disso, prossegue, "as coisas que em si são úteis não devem ser evitadas, ainda que a segurança que tu tragas com elas possam te dar ânimo para ser mau". Por exemplo, Maquiavel "condenaria a medicina, por que os homens confiando nela podem reparar menos nas desordens e nas razões que os fazem adoecer?" (1974, p. 670).

florentino convida seu leitor a reunir, sob um mesmo olhar, a política militar do Estado e a do poder em seu seio. É apenas na relação instituída entre governantes e governados que a defesa de toda a coletividade pode ser fundada. As fortificações, então, ineficazes do ponto de vista militar e extremamente nocivas sob a perspectiva política, não são capazes de suprir o descompasso e o descaso do poder soberano diante de seus súditos ou cidadãos.

Certamente, não é possível existir um abrigo do qual "nenhum inimigo, do interior ou exterior" possa desalojá-lo (LEFORT, 1972, p. 566). As fortalezas, ao tornarem visível a dominação, "faz com que se cristalize o *ódio dos homens*", evidenciando tanto o risco da política de exclusão do povo na dinâmica do poder, como o abandono do príncipe sob esse aparelho de coerção. Portanto, considerando esse impacto inexoravelmente negativo da construção das fortificações, pondera Maquiavel, "um príncipe sábio e bondoso, para não dar a seus filhos razão nem ousadia de se tornarem malvados, jamais construirá fortalezas", para que desse modo aqueles não fundem seu governo nesse artefato, "mas sim na benevolência dos homens [*benivolenza degli uomini*]" (*Discursos*, II, 24, p. 271-272).

Isto posto, sintetiza o Secretário florentino como se estivesse aconselhando pessoalmente à figura de um governante, "tu, príncipe, ou queres com tais fortalezas conter o povo da tua cidade, ou tu, príncipe ou república, queres conter uma cidade ocupada na guerra"¹²³. E, ainda mais enfático, acrescenta que "aqui dirijo-me ao príncipe dizendo-lhe que, para conter seus cidadãos, nada há mais inútil que a fortaleza", pois "ela te torna mais pronto e menos cauteloso" em oprimir os governados. Essa opressão, insuportável aos olhos dos súditos e dos cidadãos, "torna-os tão predispostos a arruinar-te, inflama-os de tal modo, que a fortaleza, razão da opressão, não pode depois defender-te" (*Discursos*, II, 24, p. 271). Enfim a advertência da nocividade desse recurso – enquanto *cagione* da opressão – encontra em alguns eventos pragmáticos, ainda muito recentes e vívidos na memória dos coetâneos do *Cinquecento*, a expressão para corroborar a tese maquiaveliana¹²⁴.

Em primeiro lugar, Francesco Sforza, que havia sido reputado sábio ao consolidar-se como duque de Milão, colocou toda a razoabilidade de seu governo em

¹²³ "[...] *tu, principe, vuoi com queste fortezze tenere in freno il popolo della tua città, o tu, principe o repubblica, vuoi frenare una città occupata per guerra*" (*Discorsi*, II, 24, p. 392).

¹²⁴ Para exemplificar o preceito formulado em *O Príncipe* – cujo eco, devemos notar, subjaz fortemente por todo o capítulo voltado a essa temática nos *Discursos* –, o Secretário florentino recupera grande parte das situações empregadas, mesmo que brevemente, na obra sobre os principados.

suspense ao construir uma praça forte na cidade recém-conquistada, visto que "os resultados demonstraram que tal fortaleza foi danosa e não deu segurança a seus herdeiros" (*Discursos*, II, 24, p. 272). Os descendentes do duque – entre eles, o "libidinoso e cruel" Galeazzo Maria¹²⁵ –, ao fundamentarem seu modo de governo naquela estrutura bélica criada por Francesco, "julgaram que, graças a ela, viveriam seguros e poderiam ofender seus cidadãos e súditos", não poupando "nenhuma espécie de violência". Dessa forma, prossegue Maquiavel, "tornando-se sobremodo odiosos, perderam aquele estado tão logo o inimigo os atacou: e aquela fortaleza não os defendeu nem teve utilidade alguma na guerra, e na paz lhe havia causado muitos danos" (*Discursos*, II, 24, p. 272)¹²⁶.

Assim, ao perpetrarem toda espécie de violência sobre o povo, a aparente segurança propiciada pelo castelo sforzesco revelava sua face ilusória. Aliás, sem esse aparelho de coerção, caso fossem vitimados por uma "pouca prudência", tratando mal "seus cidadãos", "teriam descoberto o perigo mais cedo e teriam voltado atrás". Logo, a estirpe iniciada com Francesco Sforza em Milão poderia ter se conservado com maior estabilidade, inclusive resistindo "mais valentemente ao ataque francês" lançado por Luís XII, caso possuíssem os "súditos amigos" e "sem fortalezas" do que "súditos inimigos e fortaleza" (*Discursos*, II, 24, p. 272)¹²⁷. Em outras palavras, sem a segurança quimérica propiciada pela fortificação, os Sforza teriam descoberto prematuramente as más condutas; e, com súditos amigáveis e com a benevolência do próprio povo, teriam sido capazes de criar uma espirituosa resistência diante de qualquer investida – inclusive, contra a francesa – ao invés de, longe disso, contar apenas com súditos hostis e um castelo.

Em contrapartida, o duque de Urbino, Guido Ubaldo de Montefeltro, ao retornar ao seu território em outubro de 1502 após a dieta em Magione¹²⁸, de onde havia sido despojado em junho do mesmo ano por César Bórgia, e sendo novamente forçado a

¹²⁵ No capítulo 34 do Livro VII da *História de Florença*, a imagem e o comportamento de Galeazzo eram ilustrados: "Galeazzo era libidinoso e cruel e, pelos frequentes exemplos que dera dessas duas coisas, tornara-se muito odiado; porque não lhe bastava corromper as mulheres nobres, pois também tinha prazer em tornar públicos os seus feitos; e não se contentava em mandar matar os homens, mas para tanto sempre usava de algum meio cruel" (p. 480).

¹²⁶ Recordemos que no capítulo XX de *O Príncipe*, Maquiavel afirmava que "o castelo de Milão, edificado por Francesco Sforza, causou e causará mais danos à casa dos Sforza do que qualquer outra desordem naquele estado" (p. 103).

¹²⁷ "e arebonno poi potuto piú animosamente resistere allo impeto francioso co' sudditi amici sanza fortezza, che con quelli inimici con la fortezza" (*Discorsi*, II, 24, p. 393).

¹²⁸ Maquiavel trata do episódio brevemente em *O Príncipe*, VII, p. 30 e, especificamente, no relatório *Il modo che tenne il duca Valentino per ammazzar Vitellozo, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo et il duca di Gravina Orsini in Senigaglia* (1997, p. 16-21).

abandonar seus domínios, optou por abater as fortalezas de Gubbio e de Peregola: "quando depois, por um acontecimento que surgiu, retornou ao estado, mandou derrubar todas as fortalezas que havia naquela província, por considerá-las danosas". A razão disso, explica Maquiavel, residia no fato de que sendo ele "amado pelos homens, não precisava delas para contê-los". Além disso, "no que tange aos inimigos, sabia que não as podia defender, por precisar de um exército em campanha para defendê-las"¹²⁹, assim, "decidiu derrubá-las" (*Discursos*, II, 24, p. 273).

A conduta errônea do papa Júlio em relação ao domínio recentemente conquistado em Bolonha também reforçava a tese maquiaveliana. O sumo pontífice, após expulsar os Bentivogli da cidade – notadamente Giovanni II Bentivogli – em 1506, ordenou a construção da fortaleza de Porta Galliera e, com isso, "mandou um de seus governadores maltratar aquele povo: de tal modo que o povo se rebelou, e ele logo perdeu a fortaleza" (*Discursos*, II, 24, p. 273). De fato, seu mau governo, como é aqui afirmado, provocou uma revolta em 1511, restituindo temporariamente a cidade aos Bentivogli.

Com o exemplo de Niccolò Vitelli, senhor de Città di Castello, visualizamos a importância da estima popular ser novamente destacada. Após ser expulso de seu Estado pelo papa Sisto IV em 1474, mas retornando ao poder com a ajuda dos florentinos em 1482, Niccolò conseguiu frustrar as tentativas do papa de caçá-lo mais uma vez, justamente graças ao apoio de seus súditos. Por isso, "ao voltar do exílio à pátria, logo derrubou duas fortalezas que haviam sido construídas pelo papa Sisto IV, considerando que se manteria naquele estado graças à benevolência popular [*benivolenza del popolo*], e não à fortaleza" (*Discursos*, II, 24, p. 273).

Nesse sentido, Maquiavel apresentava um exemplo ainda mais notável, onde ficava evidente a "inutilidade de construir e a utilidade de destruir fortalezas": o caso de Gênova. Luís XII, rei da França, após ver essa cidade rebelar-se contra seu domínio,

¹²⁹ Como parte do estrategema traçado por Bórgia, acordou com os conjurados da dieta em Magione, nos eventos que precediam o desfecho em Senigallia, retomou Urbino, de maneira que "Guido Ubaldino novamente fugiu e retornou a Veneza, tendo antes feito arruinar todas as fortalezas daquele estado, porque, confiando no povo, não desejava que aquelas fortalezas que acreditava não poder defender fossem ocupadas pelo inimigo e, com elas, mantivesse em freio seus amigos [*tenessi in freno gli amici sua*]" (*Il modo che tenne il duca Valentino per ammazar Vitellozo, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo et il duca di Gravina Orsini in Senigaglia*. p. 18-19, tradução nossa). Vivanti (1997, p. 769, §6, nota 1) nos atenta para o fato de que, enquanto em *O Príncipe* e nos *Discursos* a destruição das fortalezas aparece como uma decisão tomada por Guido Ubaldino ao retornar ao ducado, por sentir-se mais seguro por seus súditos, nesse *Primi Scritti* é precisado – como efetivamente aconteceu – que a destruição foi ordenada no momento em que o duque novamente sentiu a necessidade de fugir, para impedir que o ocupante "mantivesse em freio seus amigos".

precisou empregar "todas as suas forças para reconquistá-la". Ao recuperá-la, "construiu uma fortaleza, a mais forte de todas as outras de que até o presente se teve notícia", pois "pelo lugar e por todas as outras circunstâncias, era inexpugnável", uma vez que havia sido edificada "sobre o topo de uma colina que se estende até o mar e é chamada de Codefã pelos genoveses" (*Discursos*, II, 24, p. 273)¹³⁰. Entretanto, em 1512, com a expulsão dos franceses da península itálica, Gênova, apesar da fortaleza, rebelou-se, com o Estado sendo tomado por Ottaviano Fregoso. Este, alheio aos aconselhamentos de que aquela estrutura deveria ser conservada como refúgio diante de qualquer eventualidade e, por isso, "sendo homem prudentíssimo", julgando que "não são as fortalezas, mas sim a vontade dos homens que mantém os príncipes no estado, derrubou-a" (*Discursos*, II, 24, p. 274).

Portanto, nem mesmo a mais sólida fortificação, inexpugnável do ponto de vista arquitetônico e militar, é capaz de contornar e compensar o desprezo fomentado pelos súditos. O equívoco de Luís XII – e não só dele, vale notarmos, mas de todos os governantes em situação similar –, estava em supor que a invencibilidade de sua fortaleza coadunava com a estabilidade de seu governo. Ora, para Maquiavel a política é um terreno movediço, tomado por incertezas, e uma das maneiras de assegurar alguma solidez é através do envolvimento popular na dinâmica estatal. Fregoso, por seu turno, ao submeter Gênova e dismantelar aquela fortificação, priorizando a *volontà degli uomini*, havia compreendido uma valiosa lição da práxis política: a segurança de um governo não pode ser fundada jamais em fortificações, "mas sim na *virtù* e na prudência" (*Discursos*, II, 24, p. 274).

As cidadelas revelavam ainda sua ineficiência quando construídas nas cidades conquistadas com o intuito de mantê-las sem muitas perturbações ao conquistador. O risco dessa medida, adotada, por exemplo, por Florença para conter Pisa, era ignorado por aqueles "sábios de nossos tempos". Com efeito, esse recurso apenas potencializava o ódio e o desprezo de um povo que, mesmo antes de ser dominado, já execrava o nome do dominador. O erro dos florentinos, que ilustra esse caso, estava no fato de não terem percebido que "para manter uma cidade que sempre foi inimiga do nome de Florença. Que sempre viveu livre e que tem a rebelião como refúgio da liberdade, seria necessário imitar a conduta dos romanos: ou torná-la aliada, ou destruí-la" (*Discursos*, II, 24, p.

¹³⁰ Guicciardini (1981) na *Storia d'Italia* afirmava "situada sobre o mar, acima da vila [*borgo*] que vai ao vale de Pozevera e a San Piero em Arena: a qual, por ofender todo o porto e parte da cidade, não é imerecidamente chamada de O Freio [*la Briglia*]" (VII, 6, p. 686).

274). Toda a *virtù* de uma fortificação como aquela edificada nos domínios pisanos, prossegue o Secretário florentino, havia sido revelada com a ofensiva de Carlos VIII da França em 1494, quando foi cedida docilmente ao governo gaulês, juntamente com as fortalezas de Pietrasanta e Sarzana, por Piero de' Medici, resultando na perda do controle sobre a cidade – vital à economia florentina – e na restituição do regime republicano. Destarte, "concluo [...] que para defender a própria pátria, as fortalezas são danosas; e, para defender as cidades conquistadas, as fortalezas são inúteis: e aqui me basta a autoridade dos romanos", pois "nas cidades que desejavam manter por meio da força, derrubavam, e não construíam, muralhas" (*Discursos*, II, 24, p. 275).

Finalmente, distanciando-se dos inúmeros casos onde as fortificações apresentaram-se malogradas no propósito de salvaguardar a estabilidade estatal, Maquiavel colocava em debate o episódio de Tarento, antigamente, e o de Brescia, nos tempos modernos, que conseguiram se recuperar da rebelião dos súditos graças ao auxílio daquele aparato. Ou seja, pergunta-se nesse instante Maquiavel, sob quais condições as fortalezas se revelam eficazes e cumprem sua função primária – seja ela protegendo o Estado de investidas externas, ou blindando o governo de sublevações populares? Para responder a essa questão, o Secretário florentino colocava em paralelo, pela primeira vez, a eficácia das cidadelas com a pujança dos exércitos. Em ambos os casos doravante analisados, para que o sucesso dessas construções pudesse vir à tona, havia sido necessário contar com tropas armadas a serviço do Estado.

Para a recuperação de Tarento, por exemplo, os romanos precisaram enviar "Fábio Máximo com todo um exército", que, por si só, "teria sido capaz de recuperar a cidade mesmo que não houvesse fortaleza". Aliás, pondera Maquiavel, "não sei qual a utilidade de uma fortaleza se, para recuperar a cidade, é preciso todo um exército consular com um Fábio Máximo por comandante" (*Discursos*, II, 24, p. 275). A retomada de Brescia, por sua vez, foi o resultado de uma rara ocasião: por um lado, a fortaleza havia permanecido nas mãos dos franceses durante a revolta, e, por outro, havia um destacamento do exército francês nas proximidades, visto que o "senhor de Fois, comandante do rei, estava com seu exército em Bolonha" (*Discursos*, II, 24, p. 276). Desse modo, assim que noticiada a queda de Brescia, o comandante "sem demora rumou para lá, e três dias depois de chegar", reassumiu a cidade por meio da fortificação. Para ser útil, portanto, aquela estrutura demandou a presença de uma forte guarnição francesa, conquanto, por si próprio, jamais teria sido capaz de restituir o governo e a estabilidade do Estado.

É propriamente da exigência dos exércitos como condição para o sucesso das muralhas fortificadas que surge a delicada interação entre os dispositivos militares: as fortificações, para a defesa contra inimigos externos, "não são necessárias aos povos e aos reinos que têm bons exércitos"; por outro lado, aos Estados que não possuem "bons exércitos", elas "são inúteis, porque bons exércitos sem fortalezas são suficientes para a defesa", entretanto, "fortalezas sem bons exércitos não defendem ninguém" (*Discursos*, II, 24, p. 276). Os exércitos adequadamente organizados são, portanto, imprescindíveis. Contudo, uma boa milícia apenas pode ser formada no local onde os cidadãos, ou súditos, não tenham aversão àquele que os governa.

Por fim, a incapacidade dos mecanismos defensivos, propostos pelas fortificações, de substituir a benevolência popular do ponto de vista político reverbera também sob o prisma da técnica militar. Descobrimos, agora, outra face da assertiva de que a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo próprio povo: é somente nos Estados onde o povo não enxerga o governo como inimigo que bons exércitos podem florescer. E as *buone armi*, sim, são capazes de conferir segurança à coletividade estatal. Se somadas às *buone leggi*, de impedir a opressão desmedida sobre os governados. Enfim, os bons exércitos são capazes de substituir as estruturas fortificadas, em razão da fragilidade destas. Tal permuta deve ser encarada não apenas da perspectiva da superior efetividade militar – coisa que também o é –, mas da coerência política. A participação nas boas armas, como tinha em mente Maquiavel quando desenvolvia sua teoria sobre as milícias cidadãos, era, afinal, outra faceta da participação política.

Na realidade, essa posição maquiaveliana era ainda testemunha de sua concepção acerca da tática da guerra. Para o Secretário florentino, os exércitos ofensivos, preparados para a mobilização de uma batalha campal, eram superiores àqueles exércitos refugiados em seus castelos fortificados a espera do confronto. A opção, então, recaía por uma cidade aberta, tal qual o modelo espartano havia sido testemunha, onde não apenas dispensavam as fortificações, mas "não permitiam que houvesse muralhas em sua cidade", uma vez que "queriam ser defendidos pela *virtù* de cada homem, e não por outros meios defensivos" (*Discursos*, II, 24, p. 276). No final das contas, era justamente este engajamento particular para defender os interesses estatais um dos elementos que poderia atribuir algo de seguro no contingente mundo da política, isto é, a participação popular militar como uma esfera da participação política, essencial para a conservação das instituições estatais.

Portanto, finalizava Maquiavel, o príncipe que pode constituir um bom exército, pode perfeitamente fazê-lo sem a construção das fortalezas, por não temer nem ao próprio povo nem aos inimigos. Por outro lado, ao governante que não dispõe de um bom exército, ponderava em um tom melancólico, "não deve construí-las", mas "guarnecer bem a cidade onde mora, mantê-la bem abastecida, com cidadãos bem dispostos" a apoiar as resoluções governamentais e, com isso, "resistir a um ataque inimigo até que um acordo ou uma ajuda externa venha libertá-los" (*Discursos*, II, 24, p. 277).

Dessa forma, em mais um episódio irônico da vida de Maquiavel, o futuro chanceler dos *Cinque provveditori della mura della città di Firenze*¹³¹, responsável, justamente, por avaliar as condições das fortificações florentinas, havia decidido que esse recurso era desnecessário diante dos inimigos e injurioso contra seus próprios súditos. Contudo, seu incisivo posicionamento sobre as fortalezas, até certo ponto reconhecido pelos compatriotas, não foi nem empecilho para o desempenho de sua função junto à recém-criada magistratura, nem impediu a construção da Fortezza da Basso¹³² e o revigoramento da fortaleza de San Miniato em solo florentino. De fato, a evolução do Estado moderno seria testemunha da revolução militar defensiva. A guerra, já a partir de meados do século XVI, como sublinha Jesus Castillo Vegas (2009, p. 151), seria feita cada vez mais defensiva e o assédio e a defesa das cidades, decisivos. O acerto de Maquiavel, nessa situação, teria sido apenas a compreensão de que essa atividade deveria, em essência, ser desenvolvida pelos Estados, e não pelos senhores privados.

¹³¹ Sobre a função exercida por Maquiavel a cargo do *Cinque provveditori delle mura della città di Firenze* cf. "Provvisone per la istituzione dell'ufficio de' cinque provveditori delle mura della città di Firenze" (1997, p. 727-728). Sobre a situação defensiva das muralhas florentinas, cf. o relatório de 1526, norteador pelos comentários do engenheiro militar Pietro Navarra, "Relazione di una visita fatta per fortificare Firenze" (1997, p. 721-726).

¹³² O bispo Gian Girolamo Rossi descreve uma anedota que frisa o contraste entre a visão de Maquiavel e as inclinações políticas do tempo. O bispo, ao reunir-se com o Papa Clemente VII, por volta do final de 1531, encontrou-o lendo o capítulo 24 do Livro II dos *Discursos*. Segundo Rossi, o Sumo pontífice "deu uma gargalhada, e disse 'Olhe para esse canalha [*scoundrel*] e a boa maneira com a qual ele gostaria de me dissuadir de construir fortalezas em Florença. Mas ele não terá sucesso'" (FIRPO, Luigi. "Le origini dell'Anti-Machiavellismo". In: *Il Pensiero Politico* (special fascicle, 1969) p. 37. *apud* HALE, 1983, p. 195). Assim, três anos mais tarde, depois do atrasado causado, ao menos em parte, pelas dúvidas expressadas por Maquiavel e sua "boa maneira", a Fortezza da Basso começava a ser construída entre os muros da cidade pelo duque Alessandro.

Apesar disto, com grande perspicácia, Maquiavel havia encaminhado sua análise desse mecanismo contracorrente aos seus contemporâneos. Se a efervescência política, tanto teórica quanto prática, tinha sido uma marca do *Cinquecento* italiano, a reestruturação da concepção das fortalezas também havia sinalizado um marco na história da arquitetura militar. Porém, como foi nosso propósito aqui delinear, a crítica maquiaveliana foi depositária das teorias políticas desenvolvidas pelo Secretário florentino. Ao destacar a nocividade que essas estruturas acarretavam à coletividade, aquilo que estava em questão não era apenas a efetividade militar. Mas, na verdade, a fragilidade política dos Estados que as fortificações buscavam maquiar. Logo, ao basear a segurança estatal em edifícios guarnecidos, o papel que o povo desempenhava na dinâmica do governo não apenas era drasticamente diminuído, mas convertido em algo potencialmente nefasto à conjuntura política.

De fato, as fortificações, se erigidas como dispositivo para frear o ânimo popular, apenas demonstram a fragilidade do Estado e a incompreensão política dos governantes. Para Maquiavel, a verdadeira segurança de uma cidade não está em projetos arquitetônicos concebidos para controlar e reprimir os ânimos efervescentes dos governados. Ao contrário, a estabilidade estatal reside justamente na benevolência do povo para com aquele que os guia nos assuntos governamentais. Benevolência que, como Maquiavel pondera em diversos momentos, não pode ser firmada pelo exercício constante de uma violência desmedida. Ora, se as fortalezas são essa figura emblemática da violência, que sob esse aparelho de coerção se torna incessante aos olhos dos súditos, tornando explícita a dominação e cristalizando o ódio na relação governante-governado, então qualquer espécie de benevolência é inacessível, ou quiçá até mesmo impensável.

Além disso, as muralhas não são capazes, sob hipótese alguma, de suplantar a existência dos exércitos nacionais. Se o Estado dispõe desse artifício bélico, então medidas de defesa fortificada são inúteis, como afirma o Secretário florentino. Se o Estado se recusa, ou não se apercebe da indispensabilidade do elemento armado, então a fragilidade do conjunto político é novamente exposta: por um lado, as fortalezas cederão a qualquer ataque razoavelmente ordenado, seja por pressão externa, ou pela coação interna dos próprios governados; por outro, a cidade sem exército demonstra a renúncia em confiar em seu próprio povo para a defesa armada de seus interesses. Em ambos os casos, a ruína torna-se evidente.

4 COMENTÁRIOS FINAIS

Com o percurso aqui trilhado, no qual tivemos a pretensão de expor e sistematizar a dimensão que o campo militar desempenhou no pensamento político de Maquiavel, se torna inegável que a teoria governamental do Secretário florentino está fortemente alicerçada – e dependente – do papel exercido pelas forças armadas no interior da universalidade dos Estados. No âmago de princípios e no entremeio de argumentos que iluminariam o futuro das relações governamentais nos séculos vindouros, testemunhamos o nascer de uma teoria militar *sui generis*, que, oportunamente e em consonância com as assunções políticas, seria uma das escoras da estrutura estatal. Porém, não apenas a esfera bélica se revelaria essencial para a manutenção dos problemas políticos, mas as próprias interpretações maquiavelianas acerca dos recursos marciais seriam incrustadas pelas ponderações de cunho político.

Com efeito, a concepção política dos exércitos é uma exteriorização inequívoca da atribuição que a força assume no desenrolar dos acontecimentos governamentais. A *forza*, como uma gama de intérpretes devidamente tem notado, é um aspecto imprescindível e necessário para as considerações de Maquiavel. O poder coercitivo, já para o Secretário florentino, interpretava uma face insubstituível nos assuntos de Estado – ou, como a tradição política posterior irá situar, é uma característica *substancial* ao Estado: somente a entidades soberanas compete o exercício *legítimo* da violência. Ora, se a recorrência a essa mesma força, ocasionalmente, é uma dimensão obrigatória para a conservação das estruturas estatais na dinâmica interna dos governos – como Maquiavel nos ensinava de modo singular em *O Príncipe* –, no âmbito externo ela deve ser uma preocupação constante.

Isso não significa dizer que campanhas beligerantes devam ser expedidas ininterruptamente, nem tampouco propor um argumento apologético em prol de cidades fortemente militarizadas para submeter e tiranizar os territórios circunvizinhos. Sequer Roma, em seu movimento expansionista em direção ao Império, fez da guerra um exercício constante. Aquilo que o Secretário florentino relata é que na delicada conjuntura da política intragovernamental, nas frágeis alianças firmadas sem uma instância reconhecida internacionalmente para coagir o cumprimento dos acordos estabelecidos, apenas os Estados que dependem de si próprios e de suas forças possuem chances reais de conservarem-se.

Nesse sentido, a perspectiva maquiaveliana é bastante clara. Assenhorar-se plenamente do campo militar é uma medida para reduzir a "alçada" da Fortuna. É

delegar a si próprio a responsabilidade por defender os interesses do governo e do povo em geral. Ou seja, é não ficar à mercê de uma força que virtualmente é capaz, caso não sejam construídos anteparos para conter seu ímpeto, de levar qualquer nação ao ocaso. Os exércitos próprios são, portanto, um instrumento para assegurar a autonomia política dos Estados; são um dos diques edificadas para evitar a força avassaladora das enchentes causadas pelos caprichos da Fortuna. Em resumo, as milícias próprias são um instrumento que, por um lado, não pode e nem é capaz de ser adequadamente substituído por nenhum outro artifício; e, por outro, elas devem ser fundadas e organizadas de acordo com princípios diretivos específicos, que estão amparados em disposições políticas apropriadas.

Entretanto, por mais que as considerações militares desempenhem uma função primordial no seio dos assuntos políticos, e a relação atribuída entre guerra e política represente uma das maiores contribuições do Secretário florentino para ambas as áreas, não podemos abrandar os desacertos cometidos por Maquiavel quanto as suas opiniões sobre os mecanismos técnicos da guerra. Apesar de seu nome continuar sendo citado e situado como uma autoridade nos assuntos militares¹³³, e edições e traduções de a *Arte da Guerra* se alastrarem concomitante à deflagração de certos conflitos armados¹³⁴, a evolução da ciência militar se estendeu muito além do que previa os ensinamentos maquiavelianos. Como exemplo disso, o declarado menosprezo à artilharia certamente contrariou todo o progresso que o mundo testemunharia da arte da guerra. Equipar os soldados com armas de fogo e atribuir à artilharia uma função de maior destaque não teria sido, apesar das várias limitações do equipamento no período, um completo absurdo. Ademais, o argumento de pleno desprezo às fortificações e da perspectiva sobre sua eficácia – perniciosa – também incidiu na contramão do desenvolvimento militar. O modelo de guerra defensiva, representado pela construção e remodelamento das fortalezas, atravessou os séculos e, de algum modo, revelou-se efetivo, completamente alheio às críticas maquiavelianas.

Para alguns intérpretes, como Gilbert (1986, p. 28), nem mesmo a defesa feita pelo Secretário florentino das disposições acerca do recrutamento deve ser interpretada

¹³³ Michel de Montaigne, por exemplo, coloca Maquiavel próximo a grandes teóricos, pois "relata-se que muitos capitães [*chefs de guerre*] tiveram apreço particular por alguns livros: como Alexandre Magno, Homero; Cipião Africano, Xenofonte; Marco Bruto, Políbio; Carlo V, Philippe de Commynes. E se diz nessa época que Maquiavel, algures, ainda está em crédito" (MONTAIGNE, 2012, p. 1357, tradução nossa).

¹³⁴ Por exemplo, a deflagração da Guerra Anglo-Americana de 1812, quando cresceu o interesse norte-americano pelos problemas da guerra, fez a *Arte da Guerra* ser lançada em uma edição americana especial (Cf. GILBERT, 1986, p. 27).

em seu caráter seminal, isto é, como capaz de prever o futuro e de inspirar os atuais modelos de alistamento. Embora a hipótese do caráter profético de algumas ideias militares maquiavelianas pudesse agradar "aos estudiosos e admiradores de Maquiavel, seria um erro atribuir grande importância à sua defesa do recrutamento". Pois, explica brevemente o exegeta, a noção de um exército recrutado era a de uma milícia da cidade-Estado, um serviço militar parcial, nos padrões do modelo antigo das cidades-repúblicas, mas dificilmente adequado para o exército de um grande Estado territorial. Além disso, o futuro, ao menos nos dois séculos seguintes a Maquiavel, não pertenceu aos exércitos recrutados, mas ao tipo de soldado desprezado e ridicularizado em toda a sua teoria: o mercenário, o profissional.

Contudo, a influência do pensamento militar do Secretário florentino não pode ser restrita aos aspectos técnicos de sua interpretação sobre a guerra. A admiração pelas instituições romanas e pelo modo procedimental da República nos assuntos bélicos foi essencial para Maquiavel compreender o papel desempenhado pela guerra nos tempos modernos. Se durante a Idade Média o exercício militar havia sido a função de uma classe particular da sociedade, moldada por valores próprios e por um código de honra particular, para o pensamento maquiaveliano a defesa dos Estados seria a tarefa não de um grupo privilegiado, mas deveria ser a preocupação de todos aqueles que vivem nessa mesma sociedade. Essa foi "a primeira e fundamental lição que Maquiavel tirou do estudo do mundo antigo" (GILBERT, 1986, p. 28), aparentemente influenciando, inclusive, algumas tendências do republicanismo posterior¹³⁵.

¹³⁵ Conforme aponta Vegas (2009, p. 158-159), a ideia de que os cidadãos sejam soldados seguiu parecendo correta ao republicanismo posterior. Jean-Jacques Rousseau, no *Contrato Social*, por exemplo, não apenas se limitava a censurar os soldados mercenários, mas também identificava como envilecimento tanto os cidadãos que pagavam para que outros os representassem, como quem pagava para assegurar sua defesa (cf. Livro III, capítulo XV, ROUSSEAU, 1972, p. 322-323. Para uma análise da influência de Maquiavel no pensamento rousseauiano cf. GEUNA, Marco. Rousseau interprete di Machiavelli. In: *Storia del Pensiero Politico*. Torino: Società Editrice il Mulino, 2013, n. 1, p. 61-87). Com orientação semelhante, o artigo 107 da Constituição Francesa de 24 de junho de 1793 estabelecia que a força da república deveria ser composta por todo o povo – "*La force générale de la République est composée du peuple entier*" –, e o artigo 109 laconicamente prescrevia que "todos os franceses são soldados" – "*Tous les Français sont soldats; ils sont tous exercés au maniement des armes*". De acordo com Vegas, cada cidadão se torna comprometido com a defesa da pátria. O alistamento não pode ser voluntário, mas estamos diante de um cumprimento de um dever. A França republicana, durante o período jacobino, sofre os ataques de uma coalizão monárquica sem precedentes, mas consegue sair vitoriosa graças às *levée en masse*, ao enquadramento no exército de cidadãos, e a colocada em prática da ideia republicana do povo em armas. Do mesmo modo que a milícia florentina, esse exército era controlado por comissários políticos. Inclusive a controversa Segunda Emenda da Constituição Federal Americana, aprovada em 1791, comunga desse espírito, sendo classificada como uma condição para salvaguardar a liberdade: "Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser infringido [*A well regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed*]".

Aliás, foi justamente a íntima relação do Secretário florentino com os historiadores romanos que o ajudou a compreender o sistema internacional que estava sendo construído em seu próprio tempo. Os Estados buscavam, continuamente, o crescimento e a expansão. A guerra, ou ao menos a possibilidade dela, era um acontecimento permanente. As cidades, por um lado, buscavam ampliar seu poder, seus territórios e sua influência, e, por outro, lutavam por sua própria existência, defendendo-se da subjugação por outras potências. Nesse sentido, somos tentados a concordar novamente com Gilbert (1986, p. 29), quando reconhece que "Maquiavel foi um dos primeiros a compreender a natureza competitiva do Estado moderno", chegando à conclusão de que a "existência de um Estado depende da sua capacidade para guerra". E, pontualmente por essa capacidade de manter a vitalidade dos Estados, as instituições políticas devem ser organizadas de modo a criar condições favoráveis para a organização militar.

Na realidade, seguindo a constatação apresentada no trabalho acima, a percepção de Maquiavel sobre a natureza da guerra e sobre o papel desempenhado pelas instituições militares na estrutura das sociedades – o que é, afinal, o fundamento de seu pensamento militar – não estavam atrelados a um particular período histórico. Isto é, as regras de ação responsáveis por nortear a simbiose entre guerra e política teriam a universalidade como característica central. Logo, "mesmo quando, com a Revolução Francesa e ascensão de Napoleão, a organização e a condução da guerra havia assumido novas formas, as ideias de Maquiavel mantiveram sua vitalidade" (GILBERT, 1986, p. 29)¹³⁶.

Nessa perspectiva, apesar de algumas insuficiências argumentativas que o desenvolvimento da ciência militar se encarregaria de revelar, a fé do Secretário florentino nas forças populares, a consciência do povo como fundamento dos Estados, acaba por se traduzir na afirmação do soldado cidadão. Conforme nota Pieri (1975, p.

¹³⁶ Atualmente, a dicotomia entre atividade militar como monopólio público e a atividade militar como atividade privada, aparentemente superada com a gradual evolução da práxis guerreira, voltou a ser um tema polêmico para uma das mais importantes potências bélicas – senão a mais – da contemporaneidade, os Estados Unidos. A extenuante e controversa "guerra ao terror", por exemplo, permitiu o aparecimento de empresas privadas, sobretudo a *Academi*, antiga *Blackwaters*, que transformaram a guerra em um lucrativo negócio. Investidas contra grupos terroristas no Iraque foram feitas com meios privados, ainda que financiadas com dinheiro público. Aqui, o Estado possui um controle cada vez menor das atividades bélicas e, conseqüentemente, se torna menos responsável politicamente por esses atos. Sobre isso, cf. SCAHILL, Jeremy. *Blackwater: the rise of the world's most powerful mercenary army*. New York: Nation Books, 2007.

61-62), a elevação do cidadão a soldado representa a supressão da antítese entre homem de guerra e homem de paz. Mas, mais do que isso, também no campo estratégico, Maquiavel demonstra ter compreendido a guerra: é a mais enérgica e fatal expressão da atividade política de um povo, que se conecta diretamente com a estabilidade das ordenações estatais. Ainda que a tentativa – sobre-humana – de salvar solitariamente a Itália através de uma renovação da arte militar tenha fracassado, permanece a nobreza e a genialidade do esforço, a incorruptível afirmação da relação entre guerra e política, e uma profunda e inabalável fé nas *virtù* militares do povo.

Destarte, a proposta militar de Maquiavel é uma parte constituinte de um projeto político mais amplo. Os exércitos e a organização da arte da guerra não possuem uma finalidade em si, mas desempenham uma função que serve aos interesses do Estado. Por estar tão atrelada a uma aplicação prática para a manutenção das ordenações estatais, a interpretação do Secretário florentino sobre os dispositivos militares acabou tornando-se refém de seus preceitos políticos. Em outros termos, a compreensão maquiaveliana da disciplina da guerra, muitas vezes equivocada, como a História ratificaria, se deve ao fato de estar escorada em um fundamento *essencialmente* político. Se o domínio do campo militar se revelava como uma responsabilidade crucial para a subsistência dos Estados, a organização desse âmbito também deveria estar em harmonia com determinados pressupostos políticos, do mesmo modo vitais. A esfera militar, portanto, não apenas ocupava um lugar substancial e insuperável na teoria de Maquiavel, mas ela própria era modelada de acordo com certos cânones políticos intransponíveis. Embora a evolução da guerra, sobretudo a técnica, tenha trilhado um caminho que o Secretário florentino não foi capaz de prognosticar, a necessidade da absorção dessa esfera pelas instâncias políticas representou um considerável lume para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Primária

MACHIAVELLI, Niccolò. *I primi scritti politici (1499-1512)*. Nascita di un pensiero e di uno stilo. A cura di J. J. Marchand. Pádua: Antenore, 1975.

_____. *Legazioni e commissarie*. A cura di Sergio Bertelli. Milano: Feltrinelli, 1964, 3 volumes.

_____. *Opere*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, 3 volumes.

_____. *Tutte le Opere*. A cura di Mario Martelli, Firenze: Sansoni Editore, 1971.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Livio*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *História de Florença*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAQUIAVELO, Nicolás. *Escritos políticos breves*. Traducción de Maria Teresa Navarro Salazar. Madrid: Editorial Tecnos, 2006.

Bibliografia Secundária

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 30, nº 2, p. 33-52, novembro de 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Machiavelli e noi*. Traduzione di Maria Teresa Ricci. Roma: Le Orme, 1999.

AMES, José Luiz. *A função do poder militar na vida política segundo Maquiavel*. In: Revista Ética & Filosofia Política, vol. 8, nº 1, junho de 2005.

_____. Liberdade e conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. *Kriterion*. Belo Horizonte, nº119, p. 179-196, junho de 2009.

_____. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BORNHEIM, Gerd A. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

CAMILI, Davide de. *Machiavelli nel tempo: la critica machiavelliana dal Cinquecento a oggi*. Pisa: Edizioni Ets, 2000.

CAMPILLO, Antonio. *La fuerza de la razón. Guerra, Estado y ciencia en los tratados militares del Renacimiento, de Maquiavelo a Galileo*. Murcia: Universidad de Murcia, 1986.

CASSIDY, Ben. Machiavelli and the Ideology of the Offensive: Gunpowder Weapons in The Art of War. In: *The Journal of Military History*. n. 67. Abril de 2003. p. 381-404.

CHABOD, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1993.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLISH, Marcia L. Machiavelli's Art of War: A Reconsideration. In: *Renaissance Quarterly*. n. 51. 1998. p. 1151-1168.

DAWSON, Doyne. *The origins of Western warfare: militarism and morality in the ancient world*. Boulder: Westview, 1996.

FROSINI, Fabio. Guerra e Politica in Machiavelli. In: *Tempo da Ciência*. Cascavel: Edunioeste. vol. 20. nº 40. p. 11-40, 2º Semestre de 2013.

_____. *Guerra e Politica: considerazioni su alcuni testi di Machiavelli*. Università di Urbino - IESA, 2004. Disponível em: < <http://digital.csic.es/bitstream/10261/2093/1/17-04.pdf>>. Acesso em 27/04/2014.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit civil et liberté: la politique machiavélienne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion, 2004.

GAT, Azar. *The Origins of Military Thought: from the Enlightenment to Clausewitz*. Oxford: Clarendon Press, p. 1989.

GEUNA, Marco. Le relazioni fra gli Stati e il problema della guerra: alcuni modelli teorici da Vitoria a Hume. In: LOCHE, Annamaria (org.). *La pace e le guerre: guerra giusta e filosofie della pace*. Cagliari: CUEC, 2005. p. 45-130.

_____. Machiavelli ed il ruolo dei conflitti nella vita politica. In: ARIENZO, Alessandro; CARUSO, Dario (org.). *Conflitti*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2005. p. 19-57.

_____. Ruolo dei conflitti e ruolo della religione nella riflessione di Machiavelli sulla storia di Roma. In: CAPORALI, R; MORFINO, V; VISENTIN, S. (org.). *Machiavelli: tempo e conflitti*. Milano: Mimesis, 2012, p. 107-140.

GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Traduzione di Alda de Caprariis e Gustavo Gozzi. Bologna: Mulino, 1977.

_____. *Machiavelli e Guicciardini*. Traduzione de Franco Salvatorelli. Torino: Giulio Einaudi, 1970.

_____. Machiavelli: The Renaissance of the Art of War. In: PARET, P. *Makers of Modern Strategy*. 2ª ed. Princeton: Princeton University Press, 1986.

GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GUICCIARDINI, Francesco. *Opere I*. A cura di Emanuella Lugnani Scarano. Torino: UTET, 1974.

_____. *Opere II*. A cura di Emanuella Lugnani Scarano. Torino: UTET, 1981.

HALE, John R. To fortify or not fortify? Machiavelli's contribution to a Renaissance debate. In: HALE, John R. *Renaissance War Studies*, London, 1983, p. 189-210.

HÖRNQVIST, Mikael. Machiavelli's military project and the *Art of War*. In: NAJEMY, John M. (org.). *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge University Press, 2010. p. 112-127.

KEELEY, Lawrence J. *A Guerra Antes da Civilização: o mito do bom selvagem*. Trad. de Fabio Faria. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

LARIVAILLE, Paul. Il capitolo IX del Principe e la crisi del «principato civile». *Cultura e scrittura di Machiavelli: Atti del convegno di Firenze-Pisa 27-30 ottobre 1997*. Roma: Salerno, p. 221-239.

LEFORT, Claude. *Le Travail de L'Oeuvre: Machiaveli*. Paris: Gallimard, 1972.

LIVIO, Tito. *História de Roma: ab urbe condita libri*. 2 vol. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989.

_____. *Storie: Libri I-V*. Traduzione de Luciano Perelli. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1974.

MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das Guerras*. São Paulo: Editora Contexto. 2013.

MALLET, Michael. The Theory and Practice of Warfare in Machiavelli's Republic. In: BOCK, G. e SKINNER, Q. *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press: 1993, p. 173-180.

MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's new modes and orders: a study of the Discourses on Livy*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2001.

_____. *Machiavelli's Virtue*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

MARCHAND, Jean Jacques. *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)*. Pádua: Antenore, 1975.

MCCORMICK, John P. Machiavellian Democracy: Controlling Elites with Ferocious Populism. In: *American Political Science Review*. Vol. 95, No. 2. Junho de 2001. p. 297-313.

MONTAIGNE, Michel de. *Saggi*. Traduzione di Fausta Garavini. Milano: Bompiani, 2012.

MUSSOLINI, Benito. *Opera Omnia*. Vol. XIX. Firenze: La Fenice, 1956.

NEWARK, Tim (org.). *História ilustrada da guerra*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Publifolha, 2011.

OMAN, Charles W. C. *The Art of War in the 16th Century*. London: Methuen, 1937.

PIERI, Piero. *Guerra e politica negli scrittori italiani*. Milano-Napoli: Ricciardi, 1975.

_____. *Il Rinascimento e la crisi militare italiana*. Torino: Einaudi, 1952.

PINZANI, Alessandro. *Ghirlande di fiori e catene di ferro: istituzioni e virtù politiche in Machiavelli, Hobbes, Rousseau e Kant*. Firenze: Le Lettere, 2006.

POCOCK, John G. A. *El momento maquiavélico: el pensameinto político florentino y la tradición republicana atlántica*. 2ª ed. Traducción de Marta Vázquez-Pimentel e Eloy García. Madrid: Dipartimento d'italianistica, 2006.

POLYBIUS. *The Histories*. Translate by W. R. Panton. London: Harvard University Press, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Opere*. A cura di Paolo Rossi. Firenze: Sansoni Editore, 1972.

SANTI, Victor A., *La 'gloria' nel pensiero di Machiavelli*. Ravenna: Longo Editore, 1978.

SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli: storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino, 1980.

SCHELLENS, Sweder. *Niccolò Machiavelli e l'idea di una milizia: sogno umanistico o esercito efficace?* Università di Urbino. Tese de doutorado. Università di Utrecht - Dipartimento d'italianistica, 2006.

SFEZ, Gérald. *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SKINNER, Quentin. Machiavelli's Discorsi and the pre-humanist origins of republican ideas. In: BOCK, G.; SKINNER, Q.; VIROLI, M (org.). *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 121-141.

_____. *Visions of Politics: II Renaissance Virtues*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

SMITH, Hugh. *On Clausewitz: a study of military and political ideas*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

TACITUS, *The Annals*. Translate by A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

VEGAS, Jesus Castillo. Ciudadanía y milicia en el republicanismo florentino. In: *Tópicos: Revista de Filosofía*, nº 37, 2009, p. 135-160

VEGEZIO, Flavio Renato. *L'Arte Militare*. Traduzione di Antonio Angelini. Roma: Stato Maggiore dell'Esercito Ufficio Storico, 1984.

VIROLI, Maurizio. *O Sorriso de Nicolau*. Tradução de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VIVANTI, Corrado. *Niccolò Machiavelli: I tempi della politica*. Roma: Donzelli Editore, 2008.